



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

MARIA ISABELE FARIAS MOREIRA

“A RUA É NÓIS”:
UM PANORAMA DA CRIAÇÃO, SIGNIFICAÇÃO E DISPUTAS DAS E NAS RUAS
DE FORTALEZA (1863-1932)”

FORTALEZA
2023

MARIA ISABELE FARIAS MOREIRA

“A RUA É NÓIS”:
UM PANORAMA DA CRIAÇÃO, SIGNIFICAÇÃO E DISPUTAS DAS E NAS RUAS
DE FORTALEZA (1863-1932)”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Centro de Humanidades II da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em História. Área de concentração: História Social.

Orientador: Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho.

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Federal do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M838" Moreira, Maria Isabele Farias.

"A rua é nós" : Um panorama da criação, significação e disputas das e nas ruas de Fortaleza (1863-1932) / Maria Isabele Farias Moreira. – 2024.
129 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2024.

Orientação: Prof. Dr. Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho.

1. rua. 2. Fortaleza. 3. cidade. 4. urbanização. I. Título.

CDD 900

MARIA ISABELE FARIAS MOREIRA

“A RUA É NÓIS”: UM PANORAMA DA CRIAÇÃO, SIGNIFICAÇÃO E DISPUTAS
DAS E NAS RUAS DE FORTALEZA (1863-1932)

Tese ou Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História Social.

Aprovada em: 27/09/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Luiz Macedo e Silva Filho (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Ana Sara Ribeiro Parente Cortez Irffi
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Margarida Julia Farias de Salles
Universidade Federal do Ceará (UFC)

À minha avó, Maria da Paz, por todo o amor, cuidado e por ter me ensinado a olhar com curiosidade para a minha cidade (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar reconhecendo a natureza incrivelmente desafiadora dessa jornada acadêmica. Escrever uma dissertação de mestrado envolveu lidar com complexidades temáticas, pressões acadêmicas intensas, uma gestão meticulosa do tempo, autodisciplina constante e a necessidade de lidar com revisões e incertezas ao longo do caminho. Além disso, o isolamento inerente ao processo e as altas expectativas pessoais acrescentaram um componente emocional à jornada. No entanto, apesar desses desafios, esta experiência tem sido uma oportunidade de crescimento e aprendizado inestimável. É com profunda gratidão que reconheço todos aqueles que tornaram essa conquista possível.

Primeiramente, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo fomento desta pesquisa.

Agradeço ao meu orientador, o Prof. Dr. Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho. Este texto é fruto direto da sua excelente orientação, não tão somente com os apontamentos acadêmicos formidáveis, como lhe é de costume, mas pela escuta ativa que sempre demonstrou ter desde o princípio. Sua paciência e impressionante empatia tornaram a caminhada para a realização de uma pesquisa em meio a uma pandemia mundial mais leve.

Agradeço também aos professores que lecionaram disciplinas no curso de mestrado. É imensurável o aprendizado através das discussões realizadas em sala de aula. Suas aulas, conselhos atenciosos e dedicação incansável à excelência acadêmica foram verdadeiramente inspiradores. Agradeço à Prof. Dr. Ana Sara Ribeiro Parente Cortez Irffi, ao Prof. Dr. Frederico de Castro Neves, ao Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos, ao Prof. Dr. Jaílson Pereira da Silva e ao Prof. Dr. João Ernani Furtado Filho.

Agradeço a minha família. Minha mãe, Maria da Conceição Farias Paes, por sempre ter me incentivado a estudar e ter acreditado que, por mais distante que fosse da nossa realidade, eu seria capaz de cursar uma graduação. Meu pai, Rogério Angelim Moreira, por ter me acolhido como sua filha e desde então ter sido minha rede de apoio, inclusive durante o mestrado, o que tornou possível conciliar a rotina de trabalhadora e estudante. Aos meus irmãos, Vinícius Farias Moreira e Amanda Almeida Angelim, pelas aflições compartilhadas e por sempre terem certeza de que eu conseguiria conquistar o que eu quisesse.

Agradeço a minha psicóloga, Késsia Desireé Matias Marinho, certamente não poderia deixar de expressar a quão grata sou por tê-la como minha psicanalista e guia durante a jornada da dissertação. Suas palavras sábias e apoio inabalável foram um farol de luz em momentos de dúvida e confusão. Sua capacidade de escuta empática e seu comprometimento em me desafiar a explorar novas perspectivas transformaram não apenas minha pesquisa, mas também minha vida pessoal. Agradeço do fundo do meu coração por estar ao meu lado nessa jornada acadêmica e emocional.

Ademais, agradeço as amigas que tornaram o dia a dia mais leve. A rotina do mestrado é difícil, mas de forma singela, através de seus conselhos, palavras de apoio e momentos de alegria, pude finalizar este trabalho: Gisele Rodrigues Lins, Rafaela Carvalho, Rafaela Caroline e Meryandre.

Quero também expressar minha sincera gratidão aos meus alunos, em particular aos alunos da Unidade Penal Professor Olavo Oliveira II (UPPOO II), que me proporcionaram uma valiosa lição sobre a riqueza e complexidade das experiências urbanas que vão muito além do escopo do meu ofício acadêmico. Ao compartilharem suas histórias e visões de mundo, vocês me ensinaram a olhar para além das teorias e a entender profundamente a realidade multifacetada das dinâmicas urbanas. Seu engajamento e dedicação à aprendizagem têm sido verdadeiramente inspiradores e moldaram minha própria compreensão das complexidades da cidade. Mais do que apenas alunos, vocês são meus professores da vida real, e por isso sou eternamente grata.

Por fim, quero agradecer à Venâncio Sousa de Olivera, um companheiro valioso durante toda essa jornada. Cada palavra de conforto, as inúmeras leituras do trabalho em curso, cada dica de escrita e reflexão foram trampolins que me impulsionaram. Agradeço pela paciência, pelo carinho e amor que recebi todos os dias, sem os quais o meu percurso certamente seria mais tortuoso. Obrigada por não me deixar desistir.

“Tô sempre no combate
Guerra espero vencer
Na rua onde me inspiro para poder escrever
A lenda viva que persiste
Segue sempre na ativa [...]
Entre urbanóides insanos, eu elevo meu ser
À rua é nós e nunca vai deixar de ser”.
(Emicida – A rua é nós)

RESUMO

Este trabalho pretende compreender os processos de construção, produção, significação e disputas das e nas ruas da cidade de Fortaleza entre 1863 e 1932. As ruas são para as cidades parte importante das trocas e dos acontecimentos do dia a dia urbano, dos encontros entre populares e da construção de uma lógica urbana de sociabilidade própria. As ruas são um objeto difuso, não possuem delimitações certas de quem caminha, trabalha, brinca e pratica todo tipo de atividade em seu cotidiano. Da mesma forma, suas configurações estruturais também são heterogêneas: calçadas, calçamento, iluminação, tudo isso varia conforme a localização e sobretudo conforme os jogos de poder que se estabelecem em torno da significação deste espaço. Para a análise do presente trabalho utilizamos as plantas da cidade do arquiteto e urbanista Adolfo Herbster, periódicos amplamente vinculados no período, códigos de postura, documentos da intendência municipal, censos e textos de memorialistas. Buscando alcançar maior diversidade através de um exercício de cartografia das ruas, o trabalho tem como objetivos: analisar o processo de formação das ruas enquanto espaço fundamental urbano e compreender as contradições entre as ruas planejadas e a cidade real. Concluímos que nenhuma rua é em sentido, quando consumida, aquilo que lhe foi atribuído em gênese, mas sim um processo contínuo de significação por todos que formam este espaço.

Palavras-chave: rua; Fortaleza; cidade; urbanização.

ABSTRACT

This work aims to understand the processes of construction, production, meaning and disputes in and around the streets of the city of Fortaleza between 1863 and 1932. For cities, the streets are an important part of the exchanges and events of everyday urban life, the encounters between people and the construction of an urban logic of sociability of their own. The streets are a diffuse object; they don't have clear boundaries as to who walks, works, plays and practices all kinds of activities in their daily life. Likewise, their structural configurations are also heterogeneous: sidewalks, paving, lighting, all of which vary according to location and, above all, according to the power games that are established around the significance of this space. For the analysis of this work, we used the city plans of the architect and urban planner Adolfo Herbster, periodicals widely linked to the period, building codes, documents from the municipal administration, censuses and texts by memorialists. Aiming to achieve greater diversity through an exercise in street cartography, the work has the following objectives: to analyze the process of street formation as a fundamental urban space and to understand the contradictions between the planned streets and the real city. We conclude that no street is in meaning, when consumed, what was attributed to it in genesis, but rather a continuous process of signification by all those who make up this space.

Keywords: street; Fortaleza; city; urbanization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Primeira planta técnica da cidade.....	20
Figura 2 - Planta exacta da Capital do Ceará de Adolphe Herbster.....	22
Figura 3 - Planta da Cidade de Fortaleza e Subúrbios de Adolpho Herbster.....	23
Figura 4 – Mapa da Província do Ceará.....	27
Figura 5 – Planta da Cidade de Fortaleza.....	28
Figura 6 – Planta da Cidade de Fortaleza.....	38
Figura 7 – Planta da Cidade de Fortaleza de 1888.....	40
Figura 8 – Planta da Cidade de Fortaleza de 1888.....	42
Figura 9 – Recorte do Mapa de Fortaleza de 1988.....	43
Figura 10 – Planta Exacta da Capital do Ceará.....	71
Figura 11 – Planta da cidade de Fortaleza.....	73

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	CIDADES DE PAPEL.....	21
2.1	O planejado e o orgânico: as ruas como contraposição ao crescimento imprevisível da cidade.....	21
2.2	Táticas e estratégias: a adequação dos arruamentos ao cotidiano da cidade.....	34
2.2.1	O projeto e o cotidiano: o consumo e produção dos arruamentos efetivados.....	41
3	DIREITO À CIDADE.....	49
3.1	O trabalho e as ruas.....	49
3.1.1	O mascate, a mulher da vida e o policial.....	54
3.1.2	Quando não há trabalho.....	60
3.2	A moradia e a rua.....	65
3.2.1	Higienizar para urbanizar: a crescente diminuição das palhoças.....	70
3.2.2	O privado é interesse público: as moradias coletivas e cortiços.....	78
4	CIDADE DE SENSAÇÕES.....	83
4.1	O lazer e as ruas.....	83
4.1.1	O lazer de corpos negros.....	89
4.1.2	Cidade Bohemia ou cidade desordenada?	94
4.2	A paisagem sonora das ruas em transformação.....	99
4.3	A paisagem olfativa.....	107
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
	REFERÊNCIAS.....	123
	APÊNDICE A - FONTES.....	126
	APÊNDICE B - PLANTAS DA CIDADE DE FORTALEZA.....	132

1 INTRODUÇÃO

Um dia, quando ainda refletia sobre qual seria o meu objeto de estudo dentro da grande área de História e cidade, ao caminhar pelas ruas do meu bairro eu li pichado em um muro: "*a rua é noiz*"¹. Ler a expressão já conhecida naquele momento me trouxe uma nova reflexão: se a cidade tivesse um coração, esse coração seria a rua. E a partir daquele momento, decidi que eu me dedicaria a pesquisar esse espaço.

"*A rua é noiz*" - uma expressão popular, repleta de significado pra juventude urbana e que ecoa nas memórias coletivas da cidade, é meu ponto de partida para uma reflexão sobre o processo de produção e significação das ruas da capital cearense. Essa expressão, que pode parecer simples e desprezível à primeira vista, traz consigo uma poderosa carga simbólica que revela as complexidades e a identidade intrínseca das ruas como espaços de encontro, interação e construção da vida urbana.

Se nós somos a rua, então a rua é feita de gente. De maneira literal, "nós" remete à união de dois ou mais elementos, seja através de laços físicos, como nós em uma corda, ou simbólicos, como as relações entre pessoas. No âmbito humano, "nós" reflete nossa natureza social e a importância das conexões interpessoais. Somos seres que existem e se desenvolvem em comunidades, laços familiares, políticos, amizades e relacionamentos amorosos. Essas conexões nos moldam, influenciam nossas experiências, emoções, percepções de mundo e constroem os espaços.

Por outro lado, "nós" também pode ser uma reflexão sobre identidade e individualidade dentro de um grupo. Cada um de nós é um indivíduo único, com experiências, sonhos e perspectivas particulares. A interseção dessas singularidades cria uma teia complexa de interações, onde encontramos o equilíbrio entre nossa individualidade e nossa conexão com o coletivo. Nesta dissertação, propomos uma investigação aprofundada sobre os primeiros fios dessa teia, o

¹ A expressão "*a rua é noiz*" é um termo popular originado nas comunidades urbanas, especialmente nas periferias brasileiras. Ela expressa a identificação e o senso de pertencimento de indivíduos que vivem nessas áreas, enfatizando a solidariedade e união entre as pessoas que compartilham uma realidade de adversidades e desafios. A expressão é frequentemente utilizada em letras de músicas de rap, assim como nas pichações em muros. No contexto do rap, é empregada como uma forma de representação da cultura das ruas. Já nas pichações, a expressão é usada como uma forma de marcar território e reivindicar a identidade e a presença daquela comunidade naquele espaço urbano.

processo de produção² das ruas de Fortaleza durante o final do século XIX e início do século XX.

Entendemos a rua enquanto espaço e um espaço, é sempre fruto de uma produção. O conceito de "produção do espaço"³ refere-se à compreensão de que o espaço geográfico não é apenas um cenário passivo, mas sim um produto resultante das ações humanas e das relações sociais que ocorrem nele. O espaço não é apenas uma dimensão física e geográfica, mas também uma construção social, política e econômica:

O espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre eles especificamente, mas para os quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado das ações humanas sobre o próprio espaço, intermediado pelos objetos, naturais e artificiais.⁴

Para Milton Santos, a produção do espaço envolve processos complexos de transformação e organização da paisagem, influenciados por fatores sociais, culturais, políticos e econômicos. Esses processos são moldados por relações de poder e interesses diversos, como a apropriação do solo, a distribuição desigual dos recursos, a segregação socioespacial e as dinâmicas de exclusão.

O conceito de produção do espaço destaca que o espaço não é dado ou natural, mas sim construído e transformado através das práticas humanas ao longo do tempo. Essas práticas incluem desde a ocupação e utilização do espaço até a criação de infraestruturas, a definição de limites territoriais, a implementação de políticas públicas, a formação de identidades e culturas locais e a elaboração de normas legais, as quais formulam uma delimitação do proibido e do permitido e têm forte expressão, por exemplo, nos códigos de postura – uma das fontes aqui analisadas. Essa é a perspectiva que baseia a abordagem teórica desta pesquisa.

No entanto, este trabalho percorreu um longo caminho até chegar ao que é hoje. Ainda durante a graduação os temas relacionados as cidades e seus processos de urbanização me chamaram atenção, principalmente ao cursar a disciplina de História do Brasil III, mediada pelo professor doutor Antonio Gilberto Ramos Nogueira, onde pude discutir o tema de maneira mais aprofundada.

² SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 67-68.

³ *Ibid.*

⁴ *Ibid.*, p. 78.

Naquele momento, percebi que as cidades se configuram como um espaço de efervescência social, que emergem com a modernidade e que são possibilitadas pelo aprofundamento do capitalismo. Frutos de projetos civilizatórios ao redor do mundo, a multiplicidade de experiências que a urbanidade possibilita em um único lugar guarda em seu âmago tensões, vivências dispares e conflitos. Mesmo na mais pacata das cidades “a paisagem criada pelo capitalismo também é vista como lugar da contradição e da tensão, e não como expressão do equilíbrio harmonioso”.⁵

Em Fortaleza, percebemos esses movimentos conforme crescia a população e se aprofundavam os projetos urbanísticos. Iniciamos em 1863, ano do plano de expansão da cidade, que visava planejar o crescimento citadino de maneira ordenada e garantir a vigilância sobre os espaços e os corpos. O plano de expansão, projetado pelo engenheiro da província Adolfo Herbster, em conformidade com a solicitação feita pela presidência da província teria nos próximos anos várias reverberações, apoiadas em outros documentos como as plantas da cidade e os Códigos de Postura municipais, que tentavam dar conta do constante crescimento populacional, que seria ainda mais acentuado após a seca de 1888⁶.

O novo contingente de moradores chegava à cidade movido pelo imaginário construído em torno da cidade, baseados em fatores materiais emergentes e de sobrevivência, mas também tinha uma relação direta com o desejo de ascensão social, a ideia de “mudar de vida”, uma vez que se estabelecia uma imagem em relação a cidade de lugar de oportunidades⁷. O imaginário em torno desse espaço vai se tornando então, a partir do final do século XIX, o modelo que representaria o a melhoria da condição de vida.

Logo, o que Fortaleza teria a oferecer estava ligado sim a esfera material e do trabalho, mas não somente. Seria capaz de ofertar o atendimento de necessidades como o acesso ao lazer, a alta cultura e a informação, aspectos do

⁵ HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. p. 53.

⁶ BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil**: 1 ano (1908-1912): território e população. Rio de Janeiro: Tipografia de Estatística, 1916.

⁷ SANTIAGO, Pádua. A cidade como utopia e a favela como espaço estratégico de inserção na cultura urbana (1856-1930). **Trajetos Revista de História UFC**, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 115-130, 2002. p. 116.

cotidiano urbano que com o advento da modernidade tornaram-se essenciais em um padrão de vida médio⁸.

Ao adentrarmos no contexto histórico desse período, somos transportados a uma Fortaleza em plena efervescência, passando por transformações significativas em seu tecido urbano. A cidade, que antes se limitava a ruas estreitas e sinuosas, começava a ganhar novos traçados, avenidas mais amplas e uma paisagem urbana em constante metamorfose. O crescimento econômico, impulsionado principalmente pela expansão da indústria algodoeira e pelo comércio⁹, influenciou diretamente a configuração das ruas e a forma como eram vivenciadas pelos seus habitantes.

Urbanização e vigilância andavam de mãos dadas. A ideia de ordem desempenhou um papel fundamental. Nesse período, a busca por uma cidade organizada e planejada se fez presente, refletindo as transformações e influências do movimento modernista e das ideias higienistas que permeavam a sociedade da época. O plano de urbanização foi marcado pela implementação de projetos urbanísticos que visavam ao ordenamento e à estruturação do espaço urbano, como a delimitação de áreas específicas para comércio, indústria e habitação, além da introdução de serviços públicos, como iluminação e transporte. Essas medidas visavam proporcionar uma cidade mais funcional, limpa, saudável e vigiada, contribuindo para a criação de uma imagem de modernidade e progresso:

Urbanismo é disciplina, é diretriz. Tanto sua forma de delineamento ou desenho de cidades a construir, de pré-cidades ou, mais tecnicamente, cidades criadas, como na remodelação e nos traços de expansão das cidades já feitas.¹⁰

Nesse contexto, as ruas de Fortaleza se tornaram não apenas caminhos para transitar entre os diferentes pontos da cidade, mas a delimitação mais evidente do projeto de urbanização. As ruas são os limites, os acessos que a modernidade deveria percorrer, os fios pelos quais as infraestruturas passariam e os lugares por onde o policiamento dos costumes exerceria seu papel primordial.

⁸ SANTIAGO, 2002, p. 117.

⁹ QUEIROZ, Priscilla Régis Cunha de. **Trabalho e cotidiano**: produção e comércio de gêneros alimentícios em Fortaleza, no final do XIX e início do século XX. 2011. Dissertação (Mestrado em História) –Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011

¹⁰ GIRÃO, Raimundo. **Geografia Estética de Fortaleza**. 2. ed. Fortaleza: Casa José de Alencar, 1979. p. 73.

Buscamos então compreender os fatores sociais, políticos, econômicos e culturais que influenciaram a configuração das ruas e como elas foram apropriadas e significadas pela população. Além disso, analisaremos a importância das ruas como espaços de sociabilidade, habitação, trabalho e lazer, as práticas cotidianas que as permeavam e como tudo isso contribuiu para a construção da identidade urbana de Fortaleza entre 1863 e 1932.

O recorte que encerra esta pesquisa, 1932, ano do último Código de Posturas analisado, demarca o fim do planejamento urbano nos moldes aqui considerados. A década de 1930, foi um período marcado por mudanças significativas devido às transformações políticas no Brasil. Com o fim da Primeira República, as atribuições da prefeitura e da câmara de vereadores passaram por alterações substanciais, a descentralização do poder municipal foi enfatizada, conferindo às prefeituras um papel mais proeminente na gestão das cidades. Além disso, o planejamento urbano passou a ser pautado por outros aspectos como uma demanda por infraestrutura e serviços urbanos para acomodar o crescimento industrial e populacional.

É também na passagem dos anos de 1920 para 1930 onde observamos os últimos vestígios dos movimentos sociais galgados no século XIX, como a relação com a propriedade privada, com o trabalho e a própria configuração espacial da cidade; que com a chegada das vilas operárias e com a separação eminente das classes baixas e altas entre bairros, além da divisão dos espaços de moradia e os comerciais, mudaram as relações sociais próprias desta pesquisa. O código e a planta de 1932 são ambos uma consolidação do plano de expansão de 1863 e do trabalho de Adolfo Herbster, abrindo então espaço para uma nova etapa do processo de urbanização fortalezense.

Definido o recorte, essa pesquisa encontrou outro entrave na pandemia de Covid-19, pois iniciei no programa de pós graduação e em apenas uma semana entramos em lockdown e, por quase dois anos, lidei com a impossibilidade de visitar arquivos públicos. O que de início foi um grande problema, no entanto, se mostrou ao longo do tempo um percurso de pesquisa interessante, tendo em vista que foi só a partir da falta de acesso aos arquivos e da busca por fontes disponíveis online que emergiu a possibilidade de investigar a partir das plantas da cidade, tê-las como fonte principal. Hoje percebo a ironia e a contradição de tentar buscar o espaço dos

arruamentos em minha pesquisa sem analisar sua formulação primeira, aquela que está no papel.

É a partir desta análise que organizamos o Capítulo 2 desta dissertação: *Cidade de Papel*. Como se trata de documentos oficiais, com pretensões estatais, faz-se necessário uma análise cautelosa para acolher a dimensão do cotidiano. A lida com as plantas como fonte exige uma imersão, um mergulho na vista de cima a qual se propõem:

A imensa texturologia que se tem sob os olhos seria ela outra coisa senão uma representação, um artefato ótico? É o análogo do fac-símile produzido, graças a uma projeção que é uma espécie de colocação à distância, pelo administrador do espaço, o urbanista ou cartógrafo. A cidade-panorama é um simulacro “teórico” (ou seja, visual), em suma um quadro que tem como condição de possibilidade um esquecimento e um desconhecimento das práticas.¹¹

Adentrar as linhas retas e impessoais e tornar-se pedestre, um transeunte da imaginação em seis dimensões, que enxerga e considera seus sons, cheiros, temperatura, texturas, sentimentos, simbologias e que sobretudo percebe que uma rua traçada em um plano só faz sentido para uma análise historiográfica se consideramos as experiências, os sujeitos que habitam, ao mesmo tempo que constroem, este espaço muito mais do que o traço que ora as desenhou.

Para uma melhor análise, dividimos o capítulo em dois tópicos. O primeiro, “*O planejado e o orgânico: as ruas como contraposição ao crescimento imprevisível da cidade*”, tem como ponto de partida a “*planta exacta da capital do Ceará*” (1888) de Adolfo Herbster que faz parte do plano de expansão da cidade de Fortaleza, a primeira grande tentativa de uma projeção para o crescimento planejado das ruas. Muito embora, já algumas décadas antes Silva Paulet tenha elaborado uma planta da cidade (1812) com o mesmo propósito, é apenas no período das contribuições de Herbster que a cidade passava por um crescimento considerável em suas vias e carecia de um poder aquisitivo e infraestrutural maior que desse conta de um aprofundamento da modernização e urbanização da capital.

Também analisamos a *Planta da Cidade de Fortaleza e Subúrbios* (1875) de Adolfo Herbster, que tinha um caráter de projeção, apontando por que regiões a câmara municipal pretendia expandir a urbanização da cidade nos próximos anos.

¹¹ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano I: as artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 171.

Esse projeto, no entanto, resulta em conflitos diretos com a população, na medida em que tenta impor a localização das futuras ruas sobre espaços que anteriormente eram livremente utilizados. Tenta impor o traçado xadrez em diversas áreas, como nas ocupações existentes na antiga estrada do Cocó, o Arraial Moura Brasil, as dunas e outeiros e até mesmo o rio Pajeú, reforçando o caráter historicamente colonial desse tipo de traçado.

Por fim, no tópico “*Táticas e estratégias: a adequação dos arruamentos ao cotidiano da cidade*” buscamos evidenciar a possibilidade de que os usos das ruas pudessem ser pautados por lógicas que não necessariamente vinham exclusivamente do Estado e do planejamento urbano modernizador, mas pautadas por experiências cotidianas de moradores como o comércio local de uma comunidade ou poder aquisitivo. A urbanização em curso poderia por vezes precisar adequar seus planejamentos à lógica urbana já existente anteriormente que nem sempre poderia ser ignorada ou contida.

Analisamos também como, após os arruamentos já concretizados, os problemas se renovam, uma vez que as ruas já implementadas precisam de uma série de aparatos infraestruturais que muitas vezes não chegam para quem já habita esse espaço.

No Capítulo 3, *Direito à Cidade*, observamos que o novo contingente de moradores de Fortaleza, principalmente a partir do século XX, alargava as formas de vivenciar as ruas da cidade, agora mais experiências divergentes e até contraditórias entre si apresentam-se no dia a dia urbano. Essas experiências podem estar associadas ao local social em que um ou outro sujeito se encontra, desenhando rotinas díspares, pautadas, dentre outras coisas, pelo ofício que exercem ou o lugar em que habitam. Raquel Rolnik, na tentativa de compreender o que é a cidade no Brasil nesse momento de ascensão, escreve:

A cidade, ao aglomerar num espaço limitado uma numerosa população, cria o mercado. E assim se estabelece não apenas a divisão de trabalho entre campo e cidade, o que já nos referimos, mas também uma especialização do trabalho no interior da cidade.¹²

É nesse período que a especialização do trabalho passa a ser pautada, e no caso de Fortaleza não necessariamente no interior das fábricas. No primeiro

¹² ROLNIK, Raquel. **O que é Cidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. p. 26.

tópico “*O trabalho e as ruas*” analisaremos como prestações de serviços, em parte informais e autônomos, são comuns e compreendem boa parte do ir e vir dos arruamentos no dia a dia. Foram utilizadas fontes hemerográficas, com destaques para as colunas policiais e queixas do povo dos jornais *O Ceará* (1928), *Jornal do Ceará - político, commercial e noticioso* (1904-1911) e *O Cearense* (1846-1891), acessadas na íntegra através da Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital. Também utilizamos o censo realizado pela chefia de polícia no ano de 1888, através da digitalização realizada pelos estudantes da Universidade Rural do Cariri (URCA). Nele, é possível ter acesso a uma longa listagem dos moradores, divididos por ruas, onde acessamos suas idades, casas e ocupações. Dentre elas, estão: carreteiros, lavadeiras, engomadeiras, pintores, vendedores, ambulantes, jornaleiros dentre muitos outros profissionais que fazem uso das ruas como espaço de trabalho.

Dessa forma, lançamos alguns questionamentos como: Qual a importância dessas ruas para o exercício da função desses trabalhadores? O que as ruas significavam para eles? Que profissões são consideradas aceitáveis e que profissões são condenadas nesse espaço?

No tópico 3.2: *A habitação e as ruas*, analisaremos igualmente por meio de fontes hemerográficas e do censo da Chefia de Polícia de 1888, acima citados, as formas como a habitação gera conflitos em torno dos arruamentos. Contabilizamos e mapeamos os tipos de moradia presentes na cidade e observamos ao longo dos anos o sumiço das chamadas casas de taipa, moradias pertencentes as famílias mais pobres da cidade, que eram mantidas as margens do perímetro urbanizado conforme avançava a urbanização. Além disso, nos debruçamos a pensar as moradias coletivas como alternativa ao alto custo de morar em uma casa de alvenaria em um arruamento calçado e em melhor localização.

No capítulo 4 “*Cidade de Sensações*”, investigaremos o lazer nas ruas de Fortaleza entre os anos de 1862 e 1928, destacando os sentidos olfato e audição como elementos fundamentais na percepção desses espaços. Por meio do uso de nossas fontes hemerográficas, foi possível mapear as práticas de lazer e compreender as representações sociais relacionadas às ruas da cidade. Além disso, os códigos de postura revelaram como o entretenimento público, usufruído principalmente pelas classes mais pobres é cerceado, enquanto o olfato e a audição eram considerados e regulamentados, refletindo as preocupações com a higiene e o sossego urbano. De todos os códigos utilizados nesta pesquisa, apenas ao de 1932

tivemos acesso na íntegra através de uma xerox, os demais foram reconstruídos a partir de uma quebra-cabeças, onde levantamos diversos artigos presentes e citados em outros trabalhos.

No primeiro tópico “*o lazer e as ruas*”, identificamos diferentes formas de lazer praticadas nas ruas de Fortaleza, na maioria das vezes relacionados a hábitos considerados prejudiciais à ordem pública, como é o caso do consumo de álcool, que se distinguia entre o que é consumido nas ruas e nos espaços privados como chalés e cafés. Essas atividades públicas, no entanto, contribuía para a construção de uma identidade coletiva e para a ocupação e vivacidade das ruas da cidade. Levamos em consideração as divisões de tempo como fator primordial que pauta o uso das ruas com fins de lazer, principalmente pelas classes menos abastadas, como o dia e a noite e dias úteis e não úteis.

O segundo tópico desse capítulo, “*os sentidos e as ruas*”, aborda os sentidos olfato e audição como elementos fundamentais na percepção das ruas de Fortaleza. Em meio a revolução olfativa¹³, uma mudança de entendimento sobre o que é considerado mau cheiro e os maus cheiros como elementos fundamentais a serem eliminados pelo higienismo, utilizamos os códigos de postura, que eram as regulamentações municipais que mais incidiam sobre as experiências cotidianas, como fontes principais para compreender as práticas sensoriais nas ruas. Além de analisar também como os sons revelam uma cidade “escondida” das normas, onde um jogo de interesses é estabelecido. É possível ouvir, por exemplo, as máquinas de caça níqueis, que eram proibidas por lei, mas escondidas da visão elas sobrevivem em funcionamento na cidade por muito tempo.

Além disso, examinar os aspectos mencionados ao longo dos capítulos desta pesquisa representa essencialmente uma oportunidade de aprofundar a compreensão das transformações urbanas em Fortaleza. Essas mudanças não se limitam apenas a elementos físicos, mas também se estendem às dinâmicas sociais e políticas que se desenrolam nas ruas da cidade. As ruas não são apenas componentes fundamentais do ambiente urbano, mas também servem como palcos onde os residentes exercem influência na produção do espaço urbano e onde os jogos de poder que moldam esses processos são evidenciados e analisados de forma mais aprofundada.

¹³ CORBIN, Alain. **Saberes e odores**: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

2 CIDADE DE PAPEL

2.1 O planejado e o orgânico: as ruas como contraposição ao crescimento imprevisível da cidade

Na segunda metade do século XIX Fortaleza era uma cidade pacata, com cerca de 16 mil habitantes¹⁴ e algumas poucas ruas que constituíam o núcleo central da cidade. Com um horizonte de areia litorânea de dificultar a visão, seus arredores eram formados por dunas brancas e diversos outeiros¹⁵, onde todo o movimento afora o trabalho era realizado pelas igrejas e pelos festejos dos poucos moradores¹⁶. Pobre, uma das maiores dificuldades enfrentadas no lugar foi a cólera, que diariamente acometia vários moradores no início da década de 1860, mas que logo em seguida, com a diminuição dos casos correntes, tornou-se um problema superado.

Desde os seus primeiros esforços de assentamento Fortaleza fora crescendo devagar e ocupando espaço de maneira tímida. As margens do Pajeú, que deram início a vila e posteriormente a cidade, formara-se a primeira rua, por volta de 1816, fortemente movimentada pelo comércio, futuramente chamada de rua da Matriz. Após quase cinco décadas apenas mais sete ruas surgiram, estando a parte urbanizada da cidade em 1863 com apenas oito ruas e ainda delimitada pelas dunas dos arredores¹⁷.

Pequenos conglomerados de casinhas de taipa fugiam à regra, construindo-se casas acima dos outeiros e na beira da praia, formando o que ficou conhecido à época como arrabaldes. Os arrabaldes nada mais eram do que a parte não urbanizada e mais pobre da cidade, regiões periféricas que formavam pontos destoantes do traçado oficial organizado pela câmara de vereadores através de plantas baixas.

Esses traçados estão inseridos no processo de crescente urbanização nas principais cidades do país, onde o planejamento urbano seguia uma lógica de modernização e higienismo, refletindo a influência das correntes intelectuais europeias da época. Essa abordagem buscava transformar as cidades brasileiras de

¹⁴ BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**: tomo 1. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1863.

¹⁵ Pequena elevação de terreno; monte.

¹⁶ O CEARENSE. Fortaleza: Typographya Brasileira Paiva & C.^a, Ano 15, n. 1502, 17 dez. 1861.

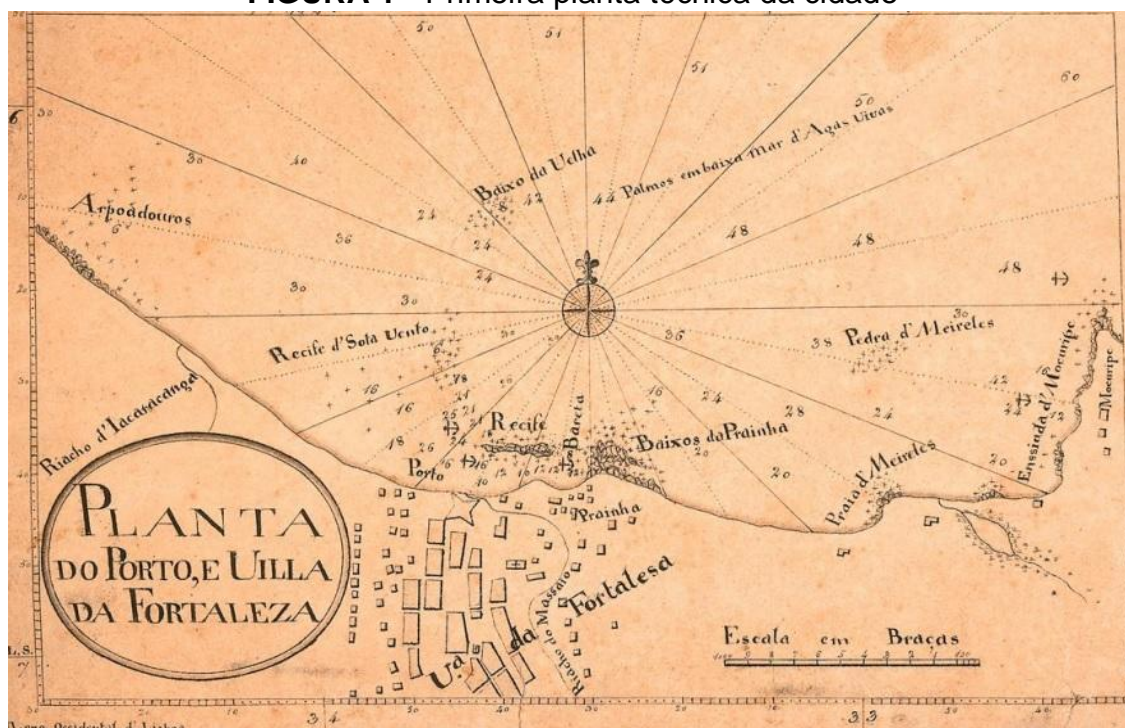
¹⁷ GIRÃO, 1979, p. 73-74.

acordo com princípios de ordem, higiene e progresso, alinhado com os ideais da Belle Époque e da visão positivista que prevalecia naquela época.¹⁸

Um dos principais teóricos nesse contexto foi o urbanista francês Georges-Eugène Haussmann, que ficou conhecido por sua reconstrução radical de Paris no século XIX. Embora suas ideias não tenham sido diretamente aplicadas no Brasil, sua visão de cidade ordenada, com amplas avenidas e espaços verdes, influenciou a concepção de muitos planejadores urbanos da época, incluindo Adolfo Herbster.

Em 1812 Silva Paulet inicia seu trabalho como ajudante de ordens do 4º governador da capitania o Coronel Manuel Ignacio de Sampaio. Paulet teve uma participação relevante na construção de importantes obras de infraestrutura no Ceará, como o porto de Fortaleza, mas é no traçado do primeiro plano de expansão da cidade (1812) e da primeira planta técnica da cidade (1818), que se pode observar uma certa pretensão arquitetônica em delimitar a forma pela qual o crescimento urbano deveria acontecer.¹⁹

FIGURA 1 - Primeira planta técnica da cidade



Fonte: Paulet (1818)

¹⁸ PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reforma urbana e controle social 1860-1930**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2001.

¹⁹ CASTRO, José Liberal de. Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana da cidade de Fortaleza. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v. 108, p. 43-90, 1994. p. 52.

O clássico quadriculado francês, adaptado para a então pequena província até pouco mais da metade do século XIX não encontrou em seu caminho grandes dificuldades para ser posto em prática. A ideia de uma urbanização muito mais planejada do que orgânica é materializada a partir da elaboração do alinhamento das casas e pelo arruamento, que nos anos que se seguiram a feitura da planta, respeitou o seu desenho.

Para o advogado e historiador Raimundo Girão, Fortaleza nasceu como espontaneidade as margens do rio Pajeú, mas apesar disso ao longo dos anos não encontrou dificuldades em adaptar-se as projeções de Paulet:

É evidente o contraste entre a *cidade antiga*, tipicamente *topográfica* (espontaneamente topográfica) e a *cidade nova*, que aumentava obediente a geometria, ao traçado ortogonal retangular. Flagrante maior tem-se, observando a primeira planta de Herbster, datada de abril de 1859, mês em que falecia o Boticário Ferreira. *Planta exata da Capital do Ceará* é, em verdade, o exelente retrato da cidade ainda sem maiores voos. Evidencia-se, por esse exame, que o conjunto urbano não pudera vencer as areias que os cercavam²⁰.

A planta a qual refere-se Girão é a primeira organizada pelo engenheiro de obras da Província Adolfo Herbster, que já ocupava o cargo desde de 1855, quando desembarcou na cidade. Herbster, deixou um legado significativo para a cidade de Fortaleza ao longo dos séculos XIX e XX. Durante sua trajetória, ocupou diversos cargos de destaque, como Diretor de Obras Públicas e Diretor de Estradas de Ferro.

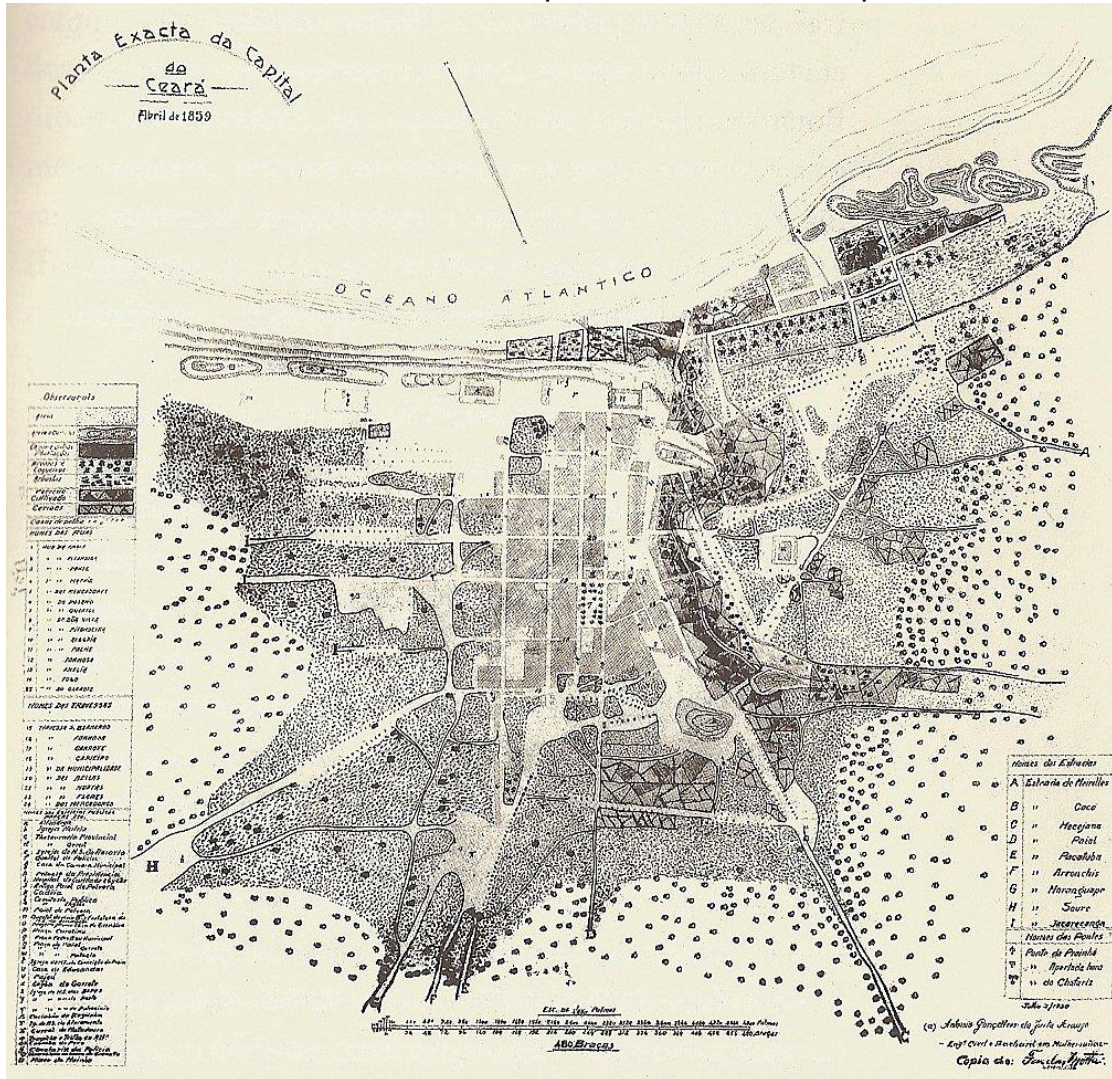
Suas contribuições foram fundamentais para o desenvolvimento urbano da cidade, sobretudo no planejamento e construção de obras de infraestrutura, como pontes, estradas, sistemas de abastecimento de água e saneamento básico. Além disso, Herbster teve um papel crucial na arquitetura fortalezense, projetando e supervisionando a construção de edifícios. Herbster também se destacou por realizar importantes plantas urbanas para Fortaleza, propondo a expansão e modernização da cidade, incluindo a criação de novas avenidas, praças e parques. Seu comprometimento com a modernização o tornou uma figura memorável na história de Fortaleza e na arquitetura regional.

Sua primeira planta (1859) tinha um caráter literal, de representação do “real”, buscando fidelidade na proporção e na distribuição de todas as construções e

²⁰ GIRÃO, 1979, p. 79.

ruas, servindo como uma base para a elaboração futura de um plano de expansão da cidade:

FIGURA 2 - Planta exacta da Capital do Ceará de Adolphe Herbster

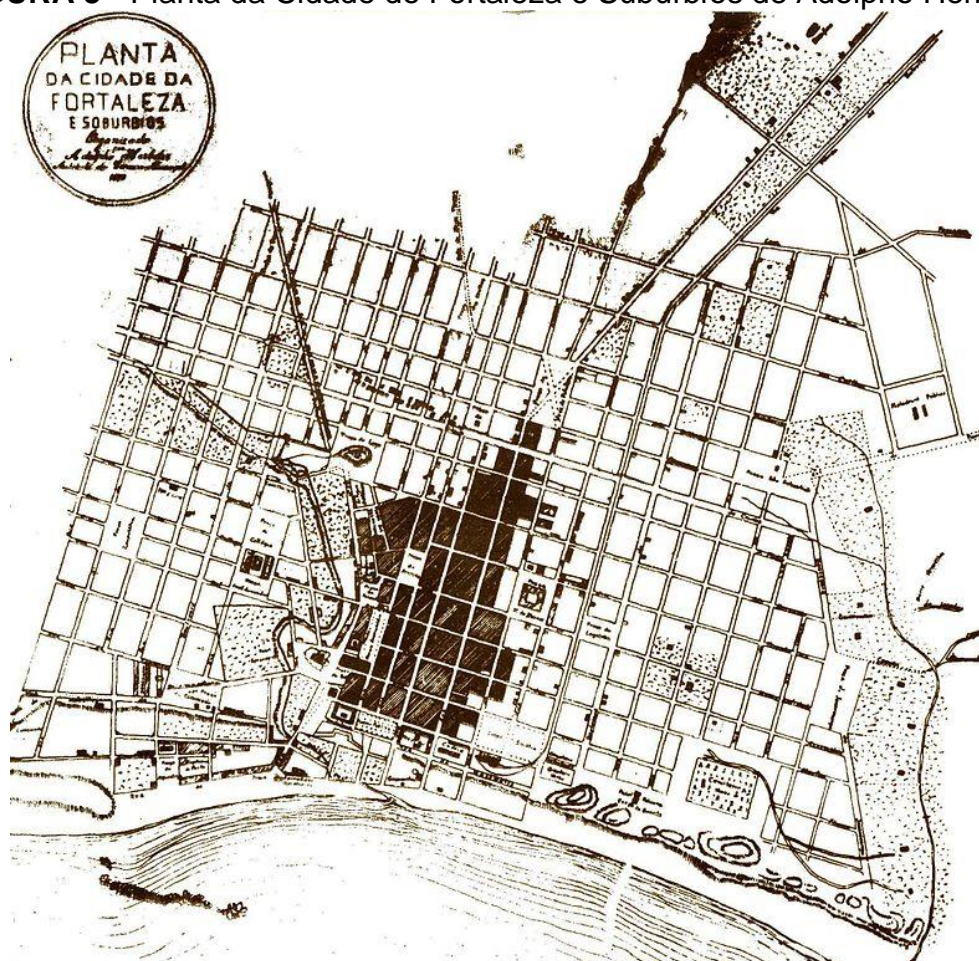


Nota-se na planta de Herbster que é através do tracejado das ruas de Paulet que ao longo do século XIX a cidade de Fortaleza cresceu cumprindo quase todo o esperado. Com os bons resultados, todo o material arquitetônico da cidade posterior à Paulet deveria girar em torno daquele pretensão traçado. Ruas projetadas para que a cidade se acomodasse nela e não ruas que surgiam em demanda de uma cidade já existente, essas eram as principais solicitações estatais concernentes à ampliação da cidade que já se esperava que crescesse ao longo dos próximos anos.

Dessa forma, a partir de 1859 Herbster dedica-se a analisar os contornos da cidade, no papel e na prática, para então projetar uma proposta de continuidade do processo de urbanização. As plantas e todos os documentos oficiais de planejamento urbano aquela época eram elaborados pelo responsável seguindo os parâmetros exigidos pela câmara de vereadores e devendo ser aprovado pelos mesmos para que então fosse executado. Dessa maneira, elabora-se em 1863 um plano de expansão territorial, assinado por Adolfo Herbster dando seguimento ao trabalho feito anterior a sua chegada.

É apenas em 1875 que Herbster então traz à tona uma planta que configurava planejamento, diretamente atrelada ao plano de expansão de 1863. Em seu desenho é possível observar uma área ampla, muito diferente das plantas anteriores, que retratavam apenas o núcleo central da cidade e nunca os arredores.

FIGURA 3 - Planta da Cidade de Fortaleza e Subúrbios de Adolfo Herbster



Fonte: Herbster (1875).

É possível observar através da planta que Adolfo Herbster, demonstra uma preocupação com o desenvolvimento ordenado da cidade de Fortaleza. Seu trabalho reflete dois fatores importantes: primeiro, sua preocupação em lidar com o aumento populacional, que tedia a crescer nos anos seguintes, e a cidade precisaria estar pronta para receber todos os novos habitantes. Crescimento que de fato aconteceu, em 1872, a população de Fortaleza era de 42.458 habitantes e, gradualmente, aumentou para 65.816 em 1910²¹.

Em segundo lugar, Herbster tinha como objetivo evitar problemas como a mendicância e a falta de sanitarismo urbano, não apenas no núcleo central da cidade. Expandir era uma forma de demonstrar que o plano de urbanização, que envolvia a implementação de códigos de conduta e a supervisão sanitária e policial dos costumes locais, também se estendia às áreas periféricas da cidade, conhecidas como "arrabaldes". Assim, Herbster buscava garantir que não apenas o centro já urbanizado, mas também as regiões circundantes, fossem abrangidas pelas medidas de planejamento urbano.

Vê-se na planta uma coloração escura em alguns quarteirões, esses correspondem ao centro, a região urbanizada desde Paulet e que já contava com todo o aparato da urbe disponível no momento. Corresponde à parte da cidade que servia de base para todo o planejamento dos entornos, porque já possuía o tracejado xadrez e não precisaria de modificações estruturais. Em suma, apenas o território em escuro, quase cinco vezes menor do que a planta como um todo, correspondia a realidade da cidade naquele momento, que desde a primeira planta de Herbster em 1859 havia mudado muito pouco.

Em menor qualidade gráfica do que as que estariam por vir, a *Planta da Cidade da Fortaleza e subúrbios* fora produzida em uma espécie de sobreposição, onde embaixo dos traços das ruas é possível observar o rio Pajeú, aguadas e diversas casas. Todo o conjunto de coisas que não se encontram enquadradas entre as ruas deveriam sair dali mais cedo ou mais tarde e as próximas construções a serem realizadas na cidade deveriam seguir rigorosamente e obrigatoriamente os caminhos da planta, mesmo antes de ela ser oficialmente publicada. Essa preocupação e fiscalização também é reforçada por matéria do Jornal O Cearense de 1861:

²¹ BRASIL, 1916.

A' Camara Municipal da Capital – Recommendando-lhe, á visita da informação que prestou o Engenheiro Herbster, que faça observar o alinhamento e que foi começada a casa de Joao Antonio do Amaral, mandada embargar por essa Camara, visto que assim está de confirmado com a planta da cidade.²²

Semanalmente os principais jornais da cidade publicavam um caderno de chamadas oficiais, onde encontravam-se avisos, ordens e condecorações dos chefes de Estado. No caso em questão, observamos um aval da Câmara de Vereadores para a construção de uma casa, demonstrando que o responsável apenas poderia dar continuidade à obra após a confirmação de que a construção respeitava o alinhamento das ruas, devendo ter assim a aprovação de Herbster para prosseguir.

Margarida Julia Farias de Sales Andrade ressalta essa imposição que acontecia em diálogo com os códigos de postura e que passava a impor a forma como as casas deveriam ser construídas a partir de então, resguardadas pela noção de planejamento urbano “posturas municipais publicadas em 1868, mencionam que as choupanas somente poderiam ser construídas com autorização da câmara, e que estas deveriam estar alinhadas em relação as ruas principais e aos becos”²³.

No entanto, apesar dessas imposições, comunidades continuavam a formar-se comumente sem levar em conta, em primeiro momento, os arruamentos. A prioridade era estar nas ribeiras do Pajeú ou das aguadas, que a essa altura ainda existiam na localidade, permitindo atividades que necessitavam de grande volume de água como a agricultura, fato constatado em sua primeira planta (1859) em que tomava nota de todos os possíveis percalços ao planejamento²⁴.

Conjuntos como o Arraial Moura Brasil, localizado na beira da praia, podem ser observados seguindo uma lógica organizacional indiferente ao traçado urbano. O que podemos supor, a partir desses apontamentos, é que em primeiro momento, nem as ruas nem o perímetro urbanizado da cidade configuravam uma necessidade ou prioridade para parte dos moradores locais.

²² O CEARENSE, 17 dez. 1861.

²³ ANDRADE, Margarida Julia Farias de Sales. **Fortaleza em perspectiva histórica: poder público e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade 1810-1933**. 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. p. 125.

²⁴ MAIA NETO, Emy Falcão. **Cartografias da água: territorialidade, políticas e usos da água doce em Fortaleza (1856-1926)**. 2015. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. p. 41-42.

Mesmo que houvesse a possibilidade de construírem as casas de taipa mais próximas aos arruamentos, estavam em localizações que lhe permitiam o trabalho com a agricultura e o ir e vir, o que não parece necessariamente estar associado as vias públicas em primeiro momento para essa parcela da população.

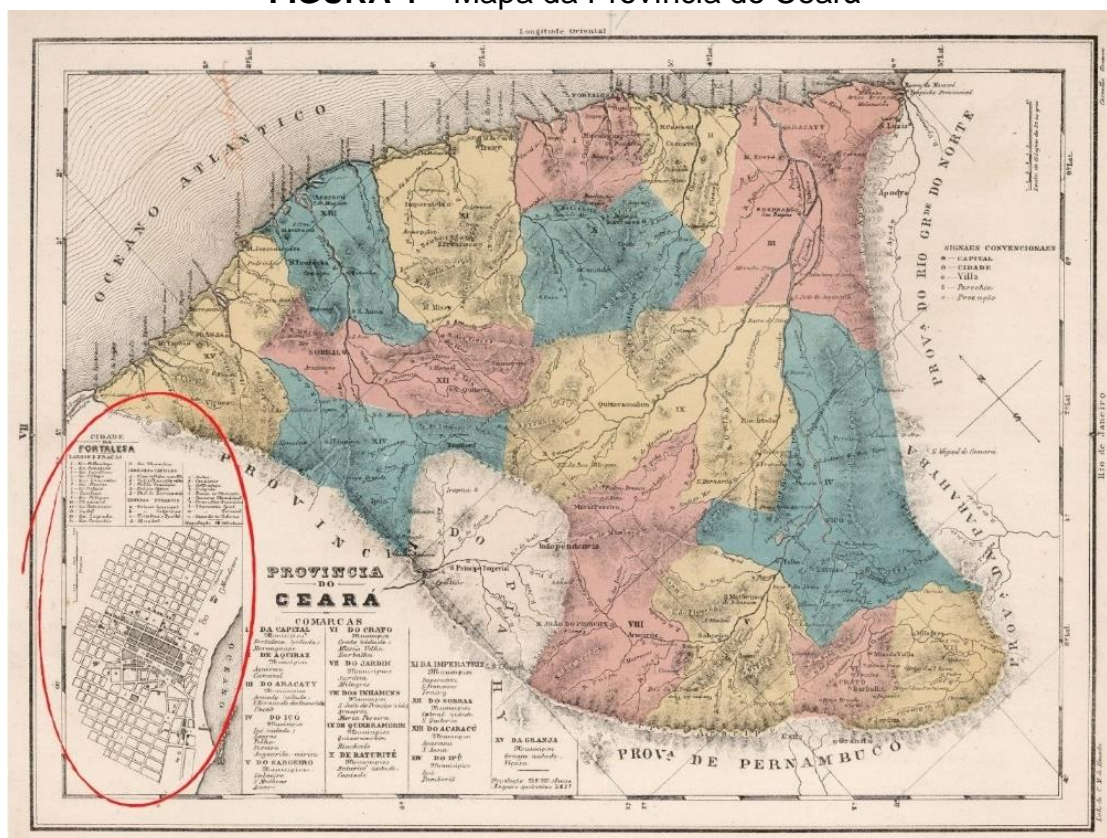
No entanto, o planejamento urbano pretendia tornar as distâncias entre a cidade real e a cidade de papel cada vez menores. Esse processo de avanço da urbanização tem como figura visual emblemática o espaço da rua, a grande responsável pela delimitação da urbe, por dar ênfase na estética e na funcionalidade moderna, em detrimento das necessidades e interesses das populações locais. Mas a pretensa imposição dos arruamentos acaba gerando movimentos dissidentes, conflitos e novos caminhos, movimentos que constroem uma cidade de diversidade muito maior do que os traços das plantas baixas.

Alguns anos antes, em 1868 Herbster publicara no *Atlas do Brazil* uma planta de Fortaleza onde movido por interesses políticos locais ele esconde o rio Pajeú, as aguadas, os outeiros e dunas da cidade, além de ampliar o arruamento existente e ignorar comunidades, como é possível notar em um exercício de comparação com a *Planta Exacta da Capital do Ceará* (1859), citada anteriormente.

O *Atlas do Brazil* (1868), organizado por Candido Mendes de Almeida, faz parte de um esforço cartográfico para mapear o grandioso território brasileiro, que com a centralização administrativa do segundo reinado fazia-se necessário para a construção de uma ideia de nação brasileira e conseqüentemente de um território brasileiro²⁵. Constituído por 27 mapas, dos quais alguns mapas referentes as províncias vinham acompanhados de plantas de suas respectivas capitais, a planta de Herbster encontra-se no canto inferior esquerdo do mapa do Ceará, constando como a representação da capital da Província:

²⁵ BORGES, Maria Eliza Linhares. Atlas Histórico: Com eles também se escrevem memórias nacionais. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. **Política, Nação e Edição**: o lugar dos impressos na construção da vida. São Paulo: Annablume, 2006. p. 369-390.

FIGURA 4 – Mapa da Província do Ceará



Fonte: Hebster (1868).

Como as plantas oficiais se tratam de documentos produzidos através da demanda da câmara de vereadores, as produções de Hebster e a disposição das ruas nas mesmas vai mudando conforme o interesse e a circulação de cada uma. Processo esse que envolve uma seleção de elementos mais favoráveis a serem apresentados em cada caso.

As plantas de 1859 ou mesmo a, mais tarde publicada, planta de 1875, são bem mais amplas que a do Atlas e a visibilidade da referida planta torna-se modesta, quando comparada com o conjunto dos mapas que são de fato o foco da publicação. Dessa maneira, era importante fazer parecer uma cidade desenvolvida, limpa e com planejamento já executado na publicação do Atlas, que circularia entre qualquer pessoa que tivesse dinheiro para adquiri-la por todo o país, diferentemente da planta de 1875 que era acessada apenas por administradores que em maioria já conheciam a cidade.

O importante a ser observado nesse caso é que como o Atlas tinha como princípio o mapeamento do Brasil, mesmo as plantas feitas por arquitetos e engenheiros publicadas no volume deveriam seguir a linha de uma representação do

real. No entanto, o que vemos é, assim como a planta de 1875, um desenho de caráter mais próximo à projeção e planejamento, com a representação de uma extensão de arruamentos ainda inexistentes na prática.

Ao mesmo tempo que se continha em não exagerar na expansão da malha uma vez que é ainda muito menor do que a de 1875, que como observamos, tinha uma amplitude muito maior do que a região de fato arruada, não se furta em expandir seu território para além do núcleo central, que novamente aparece em escuro:

FIGURA 5 – Planta da Cidade de Fortaleza



Fonte: Hebster (1868).

Analisando a duas plantas, que com apenas sete anos de distância temporal possuem arranjos diferentes em pretensões, circulação e execução, o que se pode observar é que não se sabe qual era de fato a realidade estrutural da cidade naquele momento, uma vez que a última planta de representação real da cidade fora projetada nove anos antes da publicada no Atlas do Brazil e dezesseis anos antes da Planta da Cidade de Fortaleza e Suburbios. Em ambos os casos as ruas, principalmente as que existiam apenas no espaço do papel, serviam para ocultar uma outra cidade, escondida pelo aparato institucional.

A cidade de Fortaleza da planta publicada no Atlas aparece como completamente plana, sem acidentes naturais. Em parte, essa simplificação da planta se deve ao fato de o Atlas servir de material educacional das elites brasileiras, organizado em dedicatória ao Imperador D. Pedro II, ele é amplamente utilizado no colégio Imperial de Pedro II e comprado por pessoas que não teriam

necessariamente o conhecimento cartográfico, as noções de escala, distâncias e legendas para ler mapas e plantas complexas²⁶. Além disso, se comparado ao tamanho da página completa em que aparece, a planta da cidade ocupa um espaço muito pequeno, não favorecendo assim a inclusão de muitos detalhes, que facilmente dificultariam a qualidade gráfica da impressão.

No entanto, a ocultação da natureza, ainda muito presente na realidade, é também uma escolha. Para além das árvores e do rio Pajeú que cortava a cidade, a planificação de um ambiente de dunas, escondia as comunidades próximas ao centro e ao mar, que escolhiam o topo das dunas e outeiros para existir. O Arraial Moura Brasil é o exemplo mais gritante, uma vez que tomava toda a extensão litorânea próximo de onde estão sinalizados o matadouro (que ainda não havia sido transferido para o local assinalado) e o curral, mas que sequer fora ocupado na planta por arruamentos. As casinhas de taipa por não estarem enquadradas no formato proposto de quarteirões sumiram junto com a duna e deram espaço a uma faixa de areia grande, vazia e plana.

Mesmo na região privilegiada como núcleo central, a praia e seus declives se faziam presentes. No ponto “c”, por exemplo, destacado na legenda da planta, observamos o que Herbster nomeia como “Capela da Nossa Senhora da Conceição”, que faz parte da região que aparece traçada, mas que ainda não havia sido contemplada pelo arruamento no momento da publicação. A igreja, na realidade, era popularmente conhecida como “Capela do Outeiro da Prainha” por localizar-se em um dos diversos outeiros encontrados na cidade, montes de areia que não tomavam uma proporção de dunas, mas que de certo dificultavam as projeções de planificação da malha urbana, e também por pertencer a comunidade da Prainha que ganha essa nomenclatura pela sua proximidade com a praia.

A comunidade da Prainha era movimentada e reunia moradores de outras localidades para as celebrações da igreja. Entre 1865 e 1871 encontramos diversos anúncios do Jornal O CEARENSE que propagandeavam celebrações, terços e missas, além de fornecerem relatos e descrições dos eventos já realizados na localidade:

Com toda a pompa e esplendor, compatíveis com as posses da respectiva confraria, celebrou-se em sua Capella do Outeiro da Prainha, as festas da Immaculada Conceição de Maria, no dia 8 do corrente.

²⁶ BORGES, 2006, p. 371-372.

As novenas foram extraordinariamente concorridas. Apesar da distancia e de começarem as novenas muito cedo, muitas famílias d'esta capital concorreram a ellas.²⁷

Nessa publicação em específico, tratando-se de um retorno sobre as festas da padroeira da capela que fora anunciada diariamente por meses no mesmo jornal, o autor narra o sucesso das celebrações destacando que “apesar da distância” muitas famílias compareceram ao local. O “apesar da distância” denota sobretudo a falta de planificação do terreno e arruamento, pois se observarmos a localidade da igreja na planta, ela está a apenas um quarteirão de distância do trecho central da cidade e já calçado, pintado em tom escuro. A questão aqui é que a vista de cima e planificada não dá conta, assim como de resto nenhum documento costuma integrar todos os elementos daquilo que pretende retratar, de perceber todas as nuances da realidade prática.

Por estar em um outeiro sem arruamento, caminhar até a igreja significava subir um morro de areia branca, afundando os pés e enfrentando o sol a depender do horário. Além disso, para ir à missa ou às novenas há um código social de vestimentas, onde homens de paletó e mulheres de vestido, não encontravam facilidades para realizar tal tarefa. Além da areia, o vento do litoral também é forte, fazendo segurar o chapéu e as barras da saia. Tudo isso em 1869, um ano depois da publicação de Herbster no Atlas do Brasil.

Podemos partir então da análise da Igreja do Outeiro da Prainha para compreender dois aspectos fundamentais da cidade naquele momento: em primeiro, o planejamento urbano de Herbster encontraria mais dificuldades para ser executado se comparado com o anterior de Silva Paullet, porque nesse caso, a configuração da cidade com que Herbster lida não é a de um lugar em processo de formação com poucos moradores e com muita disponibilidade da pequena população de adequar-se ao sistema urbano proposto. Ao contrário, com o caminhar das duas primeiras décadas da segunda metade do XIX muitas comunidades já existiam e não se comprometiam a ceder as suas casas para dar espaço a uma rua ou para enquadrar-se em um quarteirão. Isso se somava ao fato de que Paullet pensava uma cidade com área muito menor, enquanto a Herbster sobrou o desafio de ampliar em níveis muito maiores a projeção, tendo que lidar com um volume proporcionalmente mais largo de percalços para o cumprimento de seus projetos.

²⁷ O CEARENSE. Fortaleza: Typographia Brasileira, Ano 24, n. 275, 10 dez. 1869.

Em segundo, observamos uma dicotomia entre o que pensava e agia parte da população e o Estado em relação ao terreno local. As moradias das comunidades que se achavam dentro do perímetro central ou nos arrabaldes, próximas ao litoral ou das aguadas, tinham uma organização muito ligada ao plantar²⁸, ao pescar, ao clima, ao acesso à água ou com o terreno que melhor favoreceria a construção de uma casa de taipa. A organização da cidade para essas pessoas se dava de maneira orgânica, sem necessariamente existir uma preocupação com a forma como soaria a disposição das casas ou como o arruamento passaria pela localidade.

Na verdade, não há indícios de que a falta do arruamento durante as décadas de 1850 e 1860 fosse um problema para os moradores das comunidades e dos arrabaldes. Ao contrário, como veremos adiante, muitas vezes é exatamente o processo de criação das ruas que incomoda os moradores dessas localidades, que brigam por espaço. Não podemos, no entanto, apontar de maneira homogênea essa articulação da população com a natureza ou com as construções orgânicas e espontâneas.

De certo as pessoas que estavam no centro se beneficiavam do arruamento, assim como é possível que houvesse moradores fora do centro que desejariam estar ali. Nesse ponto é importante destacar que é nos arrabaldes e na beira da praia onde estava a população mais pobre e que o centro se configurava enquanto um bairro “nobre”, o que também dificultava o acesso a esse espaço.

Dessa forma, as ruas vão se construindo como uma delimitação que cerceia o morar e o estar em Fortaleza. Para o planejamento urbano da Câmara de Fortaleza as ruas configuram-se como elemento central, são elas que dão o tom de futuro às plantas. Ruas planejadas, em teoria, não permitem desvios. Dessa forma, as ruas aparecem nas plantas como o espaço de estabelecimento de uma organização e delimitação da urbanização: controle baseado no avanço da modernidade.

Para o ir e vir no início da segunda metade do século XIX Fortaleza encontrava caminhos, estradas, passagens e trilhas entre os acidentes naturais do terreno adentro, onde as casinhas, muitas construídas sem alvenaria, criavam referencial de localização em aspectos como a natureza, o trabalho e a locomoção.

²⁸ MAIA NETO, 2015, p. 44-45.

Já as plantas, endurecidas pela retidão, encontravam nas ruas uma alternativa ao crescimento orgânico da cidade, definindo suas próprias prioridades dentro do dia a dia urbano. Existiam no papel e dessa forma incidiam sobre a realidade.

2.2 Táticas e estratégias: a adequação dos arruamentos ao cotidiano da cidade

Ao longo dos anos, para fazer funcionar o plano de expansão da cidade, Herbster e a câmara de vereadores tiveram que ceder em diversos momentos. Apesar de rígido e de ter uma pretensão disciplinadora em relação ao crescimento da cidade, ao passo que o plano, as plantas e os códigos urbanos vigiavam e cerceavam espaços e comportamentos, em se tratando dos arruamentos eles também se mostraram negociáveis em certa medida.

Realizadas através de uma trama de concessões com diversos setores da população fortalezense, assim foram se adaptando as plantas de Herbster e o plano de expansão para garantir ao máximo sua concretude. Para a parcela mais rica da cidade, que desejava o arruamento, existia uma necessidade de diálogo sobretudo porque o projeto de enxadrezamento era caro e para expandir Fortaleza como se pretendia, era necessário contar com a colaboração da iniciativa privada. De um lado, a elite compraria o desejo da modernidade e requinte citadinos, mas para os altos investimentos, os arruamentos precisariam privilegiar seus próprios interesses pessoais, o que supomos que fora fator decisivo na ordem de urbanização e de surgimento de bairros arruados até o final no século XIX.

O surgimento do bairro “Alagadiço”, que se localizava pelas redondezas da avenida Bezerra de Menezes, é um dos exemplos de como por vezes as iniciativas privadas e individuais de famílias de imponente financeira e intelectual da cidade eram também encarregadas pela urbanização crescente: Teófilo Bezerra foi o responsável por ceder 9.100 palmos por 60 de largura do seu terreno para a construção da avenida Bezerra de Menezes em 1897, além de assumir o projeto, e mais quatro ruas paralelas. Além disso, Teófilo também teria doado uma praça de 500 palmos quadrados para abrigar a igreja local²⁹.

As doações não foram ao acaso, Teófilo morava na região e além de investir no aformoseamento das redondezas de sua moradia também contava com o

²⁹ O CEARÁ. Fortaleza: [s. n.], Ano 4, n. 1.014, 23 out. 1928.

apreço dos moradores locais, que mais tarde, já no século XX, defendiam a mudança do nome do bairro para “Bezerra de Menezes”, como a avenida, por ter sido uma escolha de seu investidor³⁰, sinal do prestígio e respeito que alcançara com os investimentos.

Mas além dos investidores em busca de prestígio social que agiam em conformidade as leis através de doações voluntárias ao Estado, outros arranjos para a prioridade nos arruamentos e calçamentos eram feitos de maneira ilegal:

Pois bem, o Sr. Dom Pedro Borges acaba de contractar, clandestinamente e sem as formalidades legais, com o senhor Esmerino Barrozo, pela quantia de três mil e quinhentos réis o metro quadrado, o calçamento do boulevard Duque de Caxias e o da rua do Imperador que passa em frente á casa do Sr. Targino Mendes.
Ao contracto não precedeu publicidade.³¹

Em abril de 1904, como apontado em matéria do Jornal do Ceará, as ruas do Imperador e o boulevard Duque de Caxias teriam recebido calçamento através de um contrato informal que não estaria nos conformes do regulamento para a arrematação de serviços a cargo da repartição de obras públicas que salientava que “todo o fornecimento, obras ou trabalho a cargo da repartição de obras publicas serão executados por contractos feitos com publicidade e concurrencia perante uma junta”³², ou seja, toda contratação feita nominalmente e individualmente era ilegal e estaria sujeita a uma escolha pautada em interesses particulares e não ao bem público geral, como sugere o referido jornal. Aponta ainda, que a escolha específica da rua do Imperador para receber o calçamento estaria ligada à Targino Mendes, que possuía habitação na localidade e era amigo pessoal do contratante e do contratado para a obra.

A rua do Imperador (atualmente Av. do Imperador) se configurava como uma rua de um bairro central, residencial e de trabalhadores de classe média e baixa. Com casas de alvenaria e já arruada, parte de seus moradores possuíam certo poder financeiro, apesar de não necessariamente fazerem parte da elite. Não encontramos nas documentações analisadas nenhuma informação sobre Targino, mas através da sua localização residencial e do poder que demonstrou em

³⁰ O CEARÁ, 23 out. 1928.

³¹ JORNAL DO CEARÁ: político, comercial e noticioso. Fortaleza: Typographica Cearense, Ano 1, n. 9, 6 abr. 1904.

³² *Ibid.*

conseguir prioridade no calçamento de sua rua, para além de um laço de amizade com os responsáveis, é possível que seu poder aquisitivo possa ter tido influência no convencimento das partes envolvidas.

O que destacamos aqui é que as pretensões de planejamento urbano das ruas de Fortaleza, muito embora contassem com diversos artifícios legais como os Códigos de Postura e as plantas de Hebbster, não tiveram sua implementação baseadas apenas nessa perspectiva. A implementação do planejamento urbano em uma cidade é um processo complexo e desafiador, que visa estabelecer diretrizes e normas para o desenvolvimento urbano de forma ordenada. No entanto, é importante reconhecer que, muitas vezes, o planejamento não segue o curso esperado devido à interferência do cotidiano das pessoas que habitam a cidade.

No contexto específico de Fortaleza, a implementação do planejamento enfrentou diversas dificuldades decorrentes das demandas e necessidades da população local. A rápida urbanização e o crescimento populacional impuseram desafios consideráveis para os planejadores urbanos, que se viram diante da necessidade de adaptar constantemente as estratégias de desenvolvimento urbano às realidades em constante mudança. Foram estabelecidas diversas licenças, caminhos desviaram-se ou novos planejamentos foram sendo traçados por pretensões individuais conforme a cidade crescia.

Mas não somente as elites e classes médias encontravam artifícios para a adequação dos arruamentos. As características culturais, sociais e econômicas da população impactaram diretamente as políticas urbanas implementadas ao longo desse período. A resistência da comunidade local a determinadas intervenções urbanísticas, a logística comercial, a falta de recursos financeiros, bem como a carência de infraestrutura adequada, foram fatores que afetaram significativamente o desenvolvimento planejado da cidade. A interação entre o que era planejado e o cotidiano dos habitantes mais pobres de Fortaleza revela uma influência mútua entre ambos.

Grande parte da população dos arrabaldes era constituída por moradores de baixo poder aquisitivo, e é justamente nessas regiões onde a urbanização precisaria de mais esforços para avançar. Em diversos momentos, como já observado anteriormente, as comunidades dos arrabaldes eram ignoradas ou tinham sua existência ameaçada pelo traçado. Assim fora com as já referidas Outeiro da

Prainha e Arraial Moura Brasil, que mantinham certa proximidade do centro. No entanto, outras comunidades dos arrabaldes eram ameaçadas pela expansão:

Passa a ser exigido com maior ênfase o disciplinamento do espaço urbano por meio do respeito do traçado xadrez formulado em 1863 por Adolfo Herbster. [...] Essa preocupação se reflete na planta de regulamentação de 1875, quando o arquiteto Adolfo Herbster tenta impor o traçado xadrez sobre as ocupações das casas existentes na antiga estrada do Cocó.³³

O conjunto de casas ao qual se refere Margarida Julia Farias de Sales localizava-se entre as atuais avenidas Duque de Caxias e a Clarindo de Queiroz, próximo a estrada da Messejana, que já não fazia parte de Fortaleza. Diferentemente das comunidades trabalhadas anteriormente, sua localização estava bem mais próxima ao que se esperava que um dia fosse a área urbanizada da cidade do que realmente era possível naquele momento. Ainda assim, insinuar a realocação das choupanas e casas de taipa ou garantir e estivessem de sobreaviso sobre as novas diretrizes da cidade era um aval legal do olhar do Estado sobre a região.

Arruar e enfileirar, por sinal, não estava meramente ligado à uma organização física da cidade ou a facilitação do ir e vir, higienização e calçamento das ruas; parte importante da expansão projetada nas plantas, em consenso com os códigos de conduta, era a expansão da vigilância. Agora as normas presentes anteriormente apenas no núcleo central da cidade passam a entrar em vigor em toda a área projetada nas plantas³⁴, afinal, estar arruado significa estar moderno, ordenado e civilizado e todos esses adjetivos são garantidos a partir da vigilância.

Mas mesmo na região de arrabaldes abrangida pela planta de 1875 é possível observar readequações nos arruamentos. A distinção entre as duas situações se fazia a partir da moeda de troca, pois diferentemente da oferecida pelas classes altas e médias, o traçado xadrez era cedido às classes pobres por uma lógica cultural de comércio que a depender da incisão sobre o dia a dia urbano, conseguia se impor e não pelo dinheiro servido por vias diretas, mas pelo impulsionamento da economia local.

Priscilla Régis Cunha de Queiroz, destaca a presença do comércio local nos arrabaldes, mesmo quando a noção de comércio estava muito ligada ao centro:

³³ ANDRADE, 2012, p.125.

³⁴ MAIA NETO, 2015, p. 31-32.

A característica principal desse ramo era a venda menor de artigos diversos, em especial gêneros alimentícios. Nas contagens desse segmento, encontramos 266 casas retalhadoras, a grande maioria descrita como sendo responsabilidade de homens. No entanto, entre todos, sete pertenciam a mulheres, duas delas estabelecidas no Arraial Moura Brasil. Entre os comerciantes João Teixeira de Souza e Pastor Napomuceno de Castro, merceiros do Arraial, figuravam as senhoras Maria Senhorinha da Gloria e Maria Rodrigues da Silva.³⁵

O arraial, ignorado na planta de 1863 publicada no *Atlas do Brazil* fora impossível de ignorar na planta de 1875 e que na planta de 1888 não só aparece, mas se encontra disposta na praia e sem arruamento, como se manteve por algumas décadas. A vista grossa não condizia com o olhar estatal sobre o lugar, uma vez que a comunidade fora apagada do Atlas, mas possivelmente correspondia a imposição e ao crescimento que fora conquistando. Com quatro mercearias até a década de 1880, estava inserida na lógica urbana independente das ruas, inserção que só cresceria ao longo das décadas já que em 1887 o Arraial contava com 40 imóveis e 44 palhoças, em 1890 passa a 70 imóveis e 60 palhoças e em 1922 já possui 338 imóveis.

Nesse período o comércio local e popular desempenhou um papel fundamental na economia da cidade. A presença de pequenos estabelecimentos comerciais e feiras populares foi essencial para o abastecimento da população local, assim como para o desenvolvimento econômico e social da região.

Esse tipo de comércio, formado por estabelecimentos de pequeno e médio porte, atendia às necessidades cotidianas da população, oferecendo uma variedade de produtos essenciais, como alimentos, roupas, calçados e utensílios domésticos. Esses estabelecimentos eram frequentemente administrados por comerciantes locais, estabelecendo laços estreitos com a comunidade e criando uma relação de confiança com os clientes. Além disso, o comércio local proporcionava uma maior diversidade de opções e preços mais acessíveis em comparação às grandes redes de comércio.

São as mercearias presentes nos bairros e comunidades que muitas vezes garantem a manutenção de uma parte significativa de sua riqueza e recursos circulando dentro do próprio território, beneficiando diretamente a cidade e contribuindo para a formação de um tecido econômico mais inclusivo e assim, adquirindo a possibilidade de pautar o traçado urbano.

³⁵ QUEIROZ, 2011, p. 48.

Em outro caso, a própria planta de Herbster (1875) nos fornece alguns vestígios de que no século XIX outras concessões aos costumes da população foram feitas, como aponta o arquiteto José Liberal de Castro:

Perimetrais já bem distantes do centro apareciam timidamente com o surgimento da Avenida Treze de Maio (trecho do Benfica) e da rua Justiniano de Serpa, vias nascidas espontaneamente mas que deixaram de ser eliminadas por Herbster talvez porque estivessem fora da zona urbanizada (ou a urbanizar) ou talvez porque já desempenhassem funções de especial relevância urbana. Ambas constituíam uma parte menos rural da “Estrada do Gado”, longo caminho que buscava o matadouro ³⁶

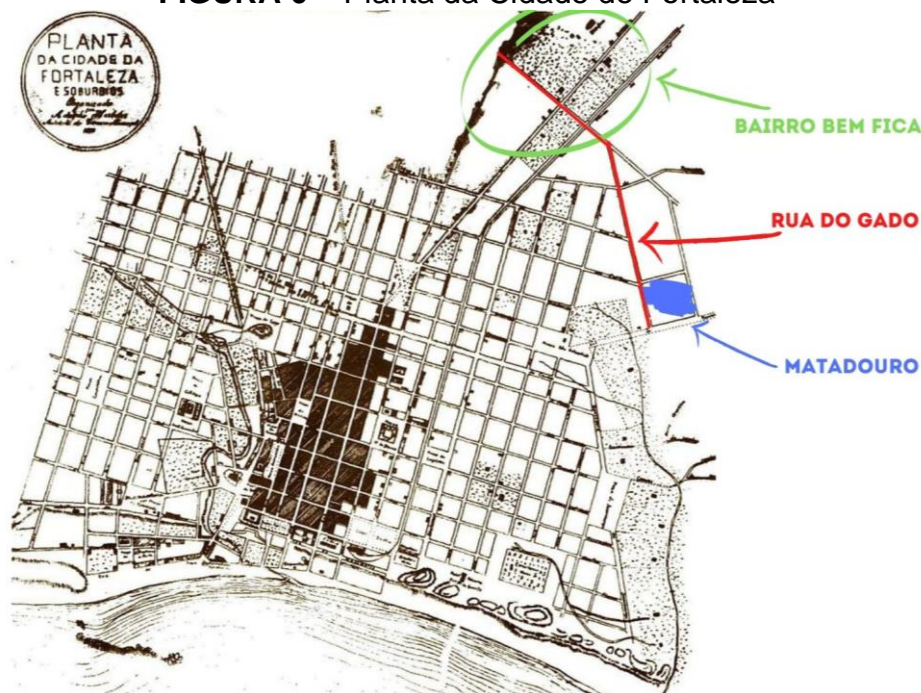
Nos casos citados por Liberal de Castro, a avenida Treze de maio e a rua Justiniano de Serpa, faziam parte do então bairro Bem Fica (atual Benfica). O bairro, apesar de abrigar moradores de alto poder aquisitivo, por sua localização já distante do centro tinha uma função de interligação com territórios vizinhos, principalmente com a Porangaba. Mais tarde, seria o Bem Fica a receber as últimas paradas do bonde naquele sentido, ressaltando a noção de último bairro dentro da região considerada como Fortaleza.

Além de interligar Fortaleza à Porangaba o Bem Fica era também via de acesso ao matadouro e o matadouro, por sua vez, tinha uma forte importância comercial para a cidade, uma vez que era o principal ponto de distribuição de carnes, gerando renda e circulação de dinheiro. O matadouro municipal passou por diversas mudanças de localização e essas mudanças refletiam a necessidade de adaptação às transformações urbanas e às demandas da população da época.

Inicialmente, o matadouro foi estabelecido nas proximidades do centro da cidade, buscando facilitar o acesso aos produtos de origem animal, no entanto, o crescimento populacional e as mudanças na estrutura urbana da cidade exigiram a realocação do matadouro para áreas mais afastadas do centro. A primeira mudança significativa ocorreu no final do século XIX, quando foi transferido para a região conhecida como Jacarecanga, mais distante do centro. Essa mudança foi motivada pelo aumento populacional e pela necessidade de espaço adequado para o abate e processamento de animais, além de melhorias na higiene e no saneamento básico:

³⁶ CASTRO, 1994, p. 77.

FIGURA 6 – Planta da Cidade de Fortaleza



Fonte: Adaptado de Hebstler (1859).

Com o processo de aprofundamento da urbanização muitas discussões envolviam o matadouro público. À medida que a cidade crescia e novas áreas eram ocupadas, o matadouro precisava se adaptar e ser realocado para garantir condições adequadas de produção e atender às necessidades da população. A transferência do matadouro para áreas mais distantes do centro urbano também tinha o objetivo de minimizar os impactos negativos, como odores e resíduos que podem estar associados a essa atividade.

Em resumo, tendo estado em diferentes pontos da cidade, no momento da feitura da planta de 1875 é no bairro Alagadiço (atual Jacarecanga), na região atrás da rua do Imperador, que o matadouro municipal se encontra.

Com a importância do matadouro pra cidade, que tinha como base da sua alimentação a farinha e a carne seca, a rua do Gado precisaria ser mantida, pois ela garantia a chegada e saída do essencial gênero alimentício, mesmo havendo nesse ponto uma quebra no xadrez perfeito dos bairros mais próximos. Assim também, como apontado por Liberal de Castro, outras ruas do bairro Bem Fica foram mantidas, tendo assim a planta que se adequar a lógica citadina já existente.

Nem tudo poderia ser remodelado e reencaixado, podendo a projeção das ruas serem pautadas por lógicas de consumo e uso dos espaços que não necessariamente vinham das noções de planejamento e urbanização pensadas pelo

Estado. Essa urbanização em curso poderia por vezes precisar adequar seus planejamentos à lógica urbana já existente anteriormente que nem sempre poderia ser ignorada ou contida.

Do ponto de vista estrutural, consideramos as ruas através desses emaranhados, assinalando que por um lado tratamos de um tracejado xadrez que conseguiu ser implementado, embora não em totalidade, e que pretensamente facilita a vigilância e o estabelecimento da ordem, o que de fato acontecia. Mas levamos também em consideração todos os fatores que poderiam dar sentidos, usos e significações à essas ruas diferentes das pensadas em sua elaboração. Mesmo dentro de um planejamento “fechado” das ruas, é possível, encontrar diversidades urbanas em seus caminhos.

2.2.1 O projeto e o cotidiano: o consumo e produção dos arruamentos efetivados

Com a aproximação do fim do século XIX, Fortaleza fora mudando de cenário estrutural e político. A abolição da escravatura no Ceará (1884), e posteriormente no Brasil (1888) e o advento da República (1889) foram processos carregados de mudanças significativas na forma como se davam as articulações em torno da municipalidade.

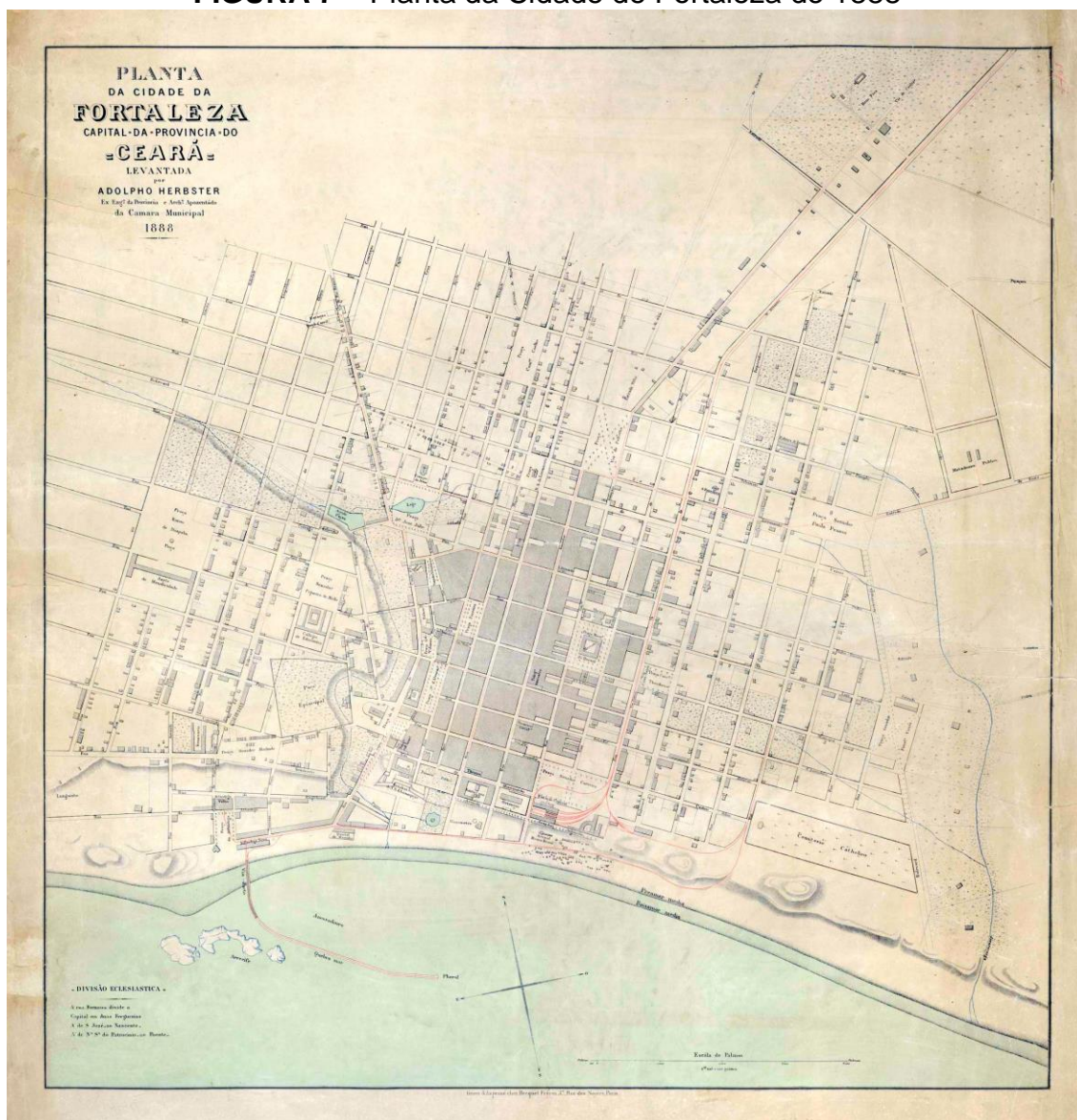
Para a efetivação dos arruamentos, no entanto, as permanências do sistema organizacional perduraram por certo tempo. Na prática, continuou a cargo da Câmara de vereadores articular o plano de expansão da cidade, embora do ponto de vista legal e com a divisão dos três poderes, essa instância pertencesse ao Poder Legislativo e não Executivo, ou seja, não caberia mais a Câmara executar os projetos, apenas fiscalizar a sua execução que agora era função da Prefeitura. Só anos mais tarde essa mudança ocorreu na prática, mas podemos apontar que durante a transição do Império para a República, as Instituições estatais estivessem abaladas e se readaptando ao novo funcionamento do país.

Apesar do hiato municipal, Herbster, que se aposentara antes da proclamação, ainda realiza uma última planta da cidade de sua autoria em 1888. Ao contrário das anteriores, a Planta da cidade da Fortaleza de 1888 não havia sido efetuada sob demanda ou encomenda, mas partindo de uma vontade particular do engenheiro e urbanista que desejava encerrar suas contribuições contando como

uma melhor tecnologia cartográfica. Nela é possível observar uma considerável amplitude das vias, pensadas para conectar os extremos da cidade.

Dividia-se em vias radiais, que em maioria eram caminhos que anteriormente eram usados pela população local para deslocamento para fora da cidade e que na planta ganham ajustes e servem como pontos de conexão da Fortaleza com os arredores; e de conexão, dentro dos limites da cidade, com as vias perimetrais. As perimetrais, por outro lado, tinham a função de ligar as radiais, principalmente nos pontos onde eram mais espaçadas:

FIGURA 7 – Planta da Cidade de Fortaleza de 1888



Fonte: Hebster (1888)

Apesar de maior e em maior qualidade que a planta de 1875, a planta de 1888 apresenta muitas semelhanças a ela. O caráter de projeção, o reaproveitamento de vias não oficiais e a larga escala de expansão, sempre buscando contemplar cada vez mais os arredores. É possível notar também, através de um exercício de comparação entre as duas plantas, um aumento considerável do número de arruamentos. Mesmo levando em consideração que essa planta novamente era de projeção, no final do século XIX o número de ruas realmente crescera consideravelmente.

Segundo a publicação da Revista do Instituto do Ceará, publicada em 1895 por Antônio Bezerra de Menezes, *Descrição da cidade da Fortaleza*, eram ao todo aproximadamente 61 as ruas da cidade neste ano e 3 boulevards:

Em 34 ruas que se dirigem proximamente do norte ao sul e 27 de nascente a poente. Todas paralelas, bem alinhadas com 13m 33c de largura cada uma, formando quadras, cuja regularidade lhes imprime certo ar de elegância e harmonia. Além destas tem ainda boulevards, ruas largas de 22m 22c, verdadeiros ventiladores da cidade, que circundam pelo lado de leste, sul e oeste [...]³⁷

Para nós, isso significa que com o passar das décadas, as ruas se tornam um espaço comum de um número muito maior de pessoas, que moravam e se locomoviam entre as vias. Estar uma parcela maior da população ocupando os arruamentos, no entanto, não significa um esgotamento das contradições em torno dos planos e das plantas, mas um deslocamento dos problemas a serem observados. Se anteriormente, discutimos as ruas em sua implementação, agora, são também os problemas estruturais de ruas já implementadas que nos tomam a atenção.

Nenhuma rua de uma planta ou mapa é em sentido, quando consumida, aquilo que lhe foi atribuído em gênese. As plantas de Fortaleza, da segunda metade do século XIX, estão impregnadas pelo dia a dia urbano. No momento em que suas diretrizes, diluídas nos planos de urbanização e nos Códigos de Postura, alcançam os moradores da cidade, os sentidos se produzem. O consumo³⁸ dos arruamentos das plantas pela população são a própria fabricação da cidade, muito mais do que

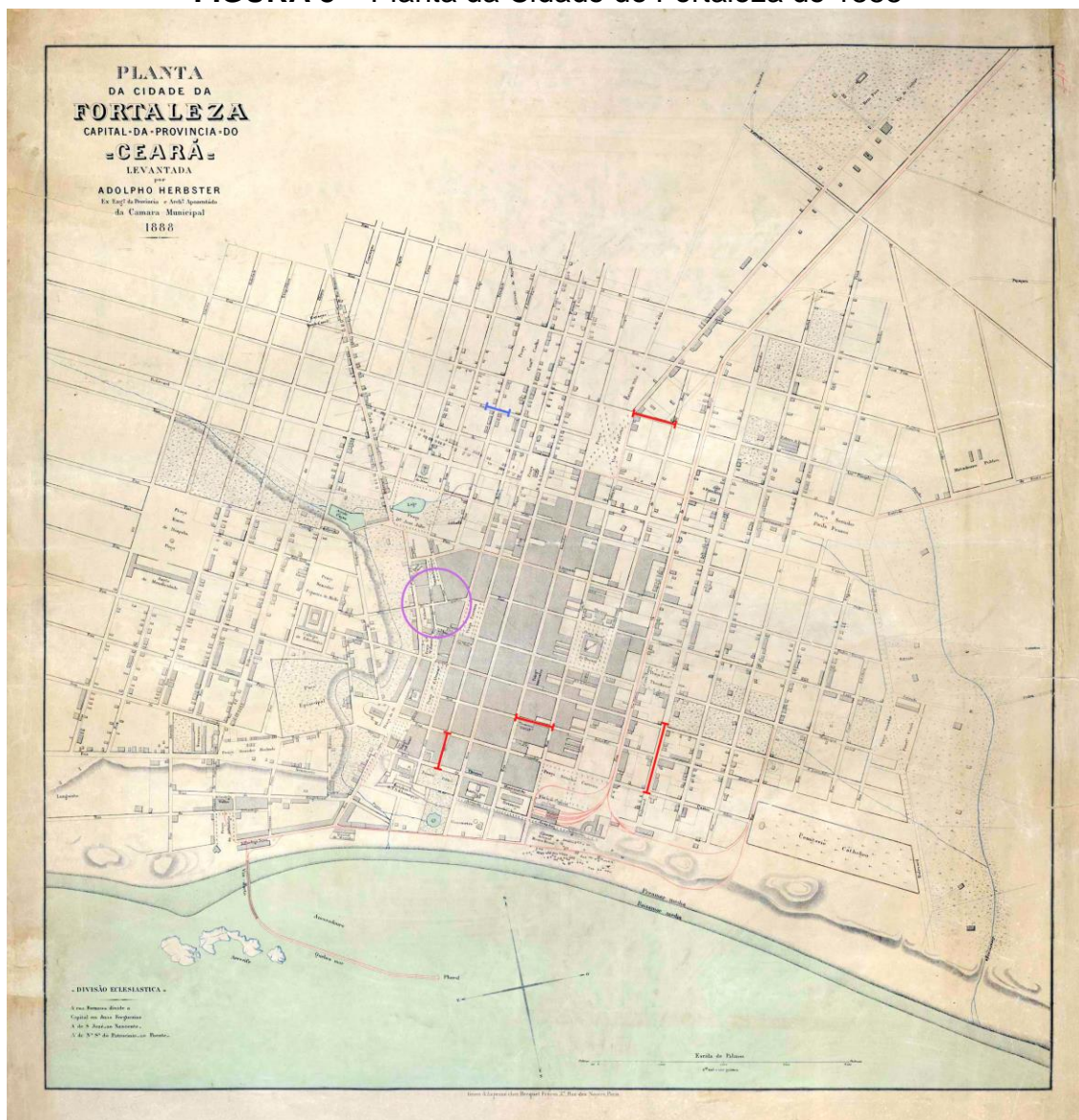
³⁷ MENEZES, Antonio Bezerra. **Descrição da cidade da Fortaleza**. Fortaleza: Editora, 1895.

³⁸ CERTEAU em *Cotidiano e poder: artes de fazer*, trata como consumo o movimento gerado pela apreensão cultural dos dominantes pelos dominados, que não tem possibilidades de rejeitar por completo a ordem, mas modifica os resultados esperados por ela. (CERTEAU, p.42.). É esse sentido de consumo que empregamos no presente trabalho.

as projeções intelectuais de Adolfo Herbster, da burguesia ou da Câmara de vereadores.

Uma das formas pelas quais é possível notar essas diversidades urbanas das ruas a qual nos referimos é a partir de uma análise infraestrutural, principalmente aquelas que influenciam diretamente no cotidiano dos moradores:

FIGURA 8 – Planta da Cidade de Fortaleza de 1888



Fonte: Adaptado de Herbster (1888)

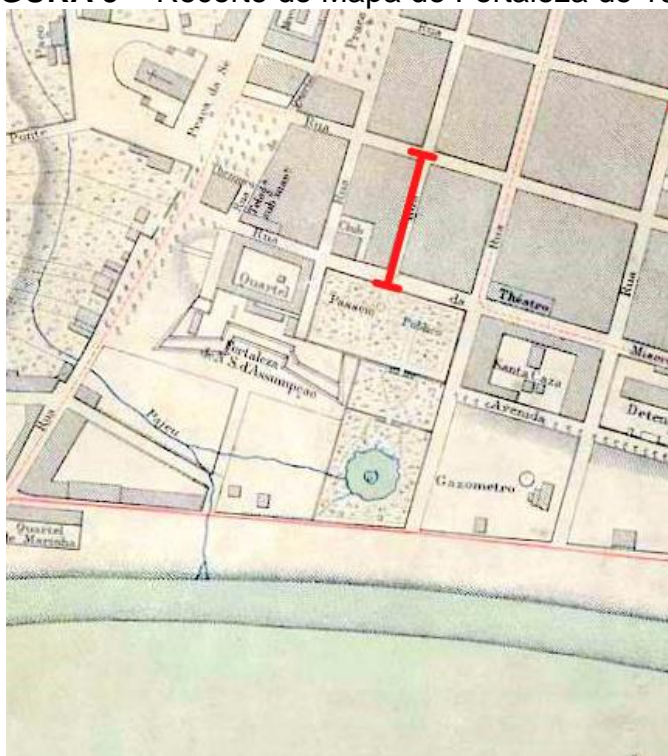
Através do cruzamento da planta de 1888 e das cartas publicadas na coluna Queixas do Povo do jornal “O Ceará” (1928) chegamos à configuração acima: em vermelho destacamos as ruas que apresentavam problemas relacionados a limpeza das ruas, coleta de lixo e saneamento; em azul, problemas ligados ao

calçamento, acidentes naturais e desvios que atrapalhavam a locomoção; e por fim, em roxo, a falta de iluminação pública e calçamento (que em quase todos os casos aparecem juntas).

As ruas que apresentam um ou mais problemas infra estruturais estão nos arrabaldes e no próprio perímetro central e vão desde travessas menos significativas para o comércio e locomoção, até vias como a rua do Imperador, que configurava uma das mais importantes desde as primeiras plantas de Herbster.

Durante as primeiras décadas do século XX a poeira em Fortaleza dominava as ruas e irritava os transeuntes que ocupavam esses espaços independentemente da finalidade. A depender da localização, os ventos, que carregavam areia e fragmentos de fezes secas de burros de carroça, faziam com que os moradores precisassem lavar os cabelos por um longo tempo até que conseguissem tirar o pó que se alojava no couro cabeludo.

FIGURA 9 – Recorte do Mapa de Fortaleza de 1888



Fonte: Adaptado de Hebster (1888).

Algumas ruas sofriam mais que outras, na Major Facundo, cujo sentido dava direto na areia da praia, as valas para o escoamento de água eram cheias dessa poeira e mesmo que de tempos em tempos o poder público ordenasse a

limpeza, eventualmente ela voltava a se alojar entre as calçadas e as ruas e a cada vento rodopiava em quem quer que passasse:

E' verdade que todos os anos, a Prefeitura manda proceder essa raspagem nas sarjeas mas, tal serviço é feito sem o cuidado preciso. Os homens encarregados do trabalho raspam a terra mas, não a conduzem no mesmo instante, ficando os montículos de terra a se alastrarem a se desfazerem durante vários dias. Depois a colheita dos entulhos é feita pela metade, ficando a outra metade, a mais fina, a mais prejudicial sobre o calçamento ou sobre o meio fio da calçada. Este é trabalho infructífero de todos os anos, dahi a causa principal desta poeira que irrita, que flagella, que morde, que suja e que cega a gente³⁹.

Na reclamação feita para a coluna “Queixas do Povo” do jornal O Ceará, o/os autores do texto, que assinam como “os empoeirados”, chamam a atenção para a forma como o serviço público lida com o problema da poeira.

Em outro momento, na mesma queixa, se referem ao prefeito de maneira irônica, afirmando que o mesmo “já deve ter notado, mesmo de dentro de seu automóvel, aqui, ali, acolá”⁴⁰ a nuvem de poeira que aflige aqueles que transitam a pé e que constituem a exorbitante maioria da população fortalezense, insinuando que o prefeito e possivelmente os órgãos responsáveis pela resolução de problemas infra estruturais da cidade não vivenciavam de fato esses problemas, sendo essa experiência reservada apenas a uma parcela da população, mesmo que o trecho afetado estivesse ainda dentro do centro da cidade.

A poeira, no entanto, não era a única reclamação constante referente a manutenção e condições de uso das ruas entre os moradores da cidade. A falta de iluminação pública, sobretudo nas ruas mais afastadas do perímetro central, a irregularidade da coleta de lixo, mau cheiro e abcessos incomodavam os moradores que tinham de lidar com inúmeras situações desagradáveis em seu dia a dia.

Esses problemas passam a ser observados em forma de reclamações nos jornais da época principalmente a partir da virada do século, quando o crescimento populacional de Fortaleza dá um salto substancial, acentuando os conflitos de sentido em torno dos espaços públicos urbanos⁴¹.

³⁹ O CEARÁ. Fortaleza: [s. n.], Ano 4, n. 1.017, 26 out. 1928.

⁴⁰ *Ibid.*

⁴¹ BRASIL, 1916.

O crescimento populacional, no entanto, não foi acompanhado pelas reformas infra estruturais, acentuando problemas como observa Paulo César Cunha Lima:

A partir do início do século XX observa-se que começa a ocorrer um crescimento populacional considerável na cidade de Fortaleza. No período entre os anos de 1920 e 1940, o incremento populacional foi de 130,34%, e com isso os problemas começaram a avolumar-se, e os principais deles são: falta de moradia; saneamento básico inexistente para grande parte da população; falta de transporte público; iluminação domiciliar e pública precária, e ainda, a ineficiência dos serviços de saúde e educação⁴².

Dessa forma, as ruas que ficavam mais afastadas do centro, como ruas como Santa Izabel e Santa Thereza, que localizavam-se a leste do centro, situadas no bairro Jacarecanga, após a rua/boulevard do Imperador, não possuíam iluminação pública ou calçamento. A rua Santa Thereza e as travessas dessa região também não possuíam coleta de lixo regular, problema que se mostra frequente em muitos pontos da cidade.

A rua Antonio Pompeu, localizada entre a 24 de maio e a General Sampaio, também era suja por falta de regularidade na coleta do lixo. Em outras ocasiões, mesmo ruas tidas como importantes dentro da lógica urbana fortalezense, como era o caso da rua do Imperador, também possuíam problemas infraestruturais como a irregularidade da coleta:

os quintaes das casas da referida rua estão transformados em depósitos permanentes de lixo e animaes mortos em estado adiantado de decomposição.

Quem transitar pelas travessas de São Paulo, Senador Alencar e Castro e Silva, terá que levar o lenço ao nariz porque não supportará o mau cheiro dos animaes mortos que se acham depositados nos fundos dos quintaes das casas da aludida rua do Imperador⁴³.

É possível observar que o cenário urbano a qual nos referimos passa por uma multiplicidade de espaços construídos, sendo difícil apontar para a direção de uma estruturação e acessos infra estruturais homogêneos, mesmo com o planejamento urbano em curso, como observamos anteriormente. Ao passo que

⁴² LIMA, Paulo César Cunha. **A produção do espaço na cidade de Fortaleza-CE**: uma análise das ações, políticas, projetos e planos diretores. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2013.

⁴³ O CEARÁ, 26 out. 1928.

parte das ruas caminhavam alinhadas aos ideais de remodelação uma outra parcela dessas ruas possuíam problemas que persistiriam por muitos anos.

Logo, o debate em torno das ruas não se restringe a sua implementação. Uma vez arruado, o espaço carrega uma série de expectativas e a necessidade de uma manutenção constante. A urbanização também cria necessidades, como o saneamento, iluminação e coleta de lixo. O que ora não era pauta aparente entre os moradores dos outeiros, torna-se reivindicação constante nos moradores da urbe. O afastamento de um modo de vida rural e diretamente ligado a natureza exige que a tecnologia da urbanização dê conta da resolução dos novos problemas.

É a forma pela qual a população vai construindo diariamente a rua enquanto espaço, de acordo com seu dia a dia, que nos permite considerar a multiplicidade com a qual evocamos nosso objeto. Em primeiros indícios, observamos que não é possível homogeneizar nem a elaboração, planejamento e construção das ruas; nem a sua manutenção e estruturação; muito menos delimitar o seu cotidiano. É apenas a partir do rompimento das barreiras que nos fazem enxergar as ruas como espaço unânime na cidade que será possível adentrar em nossas demais questões.

3 DIREITO À CIDADE

3.1 O trabalho e as ruas

O processo de urbanização da cidade de Fortaleza ocorreu de maneira mais lenta do que em outras cidades do Brasil com maior centralidade de comércio, como Rio de Janeiro e Recife. A lentidão com que chegavam os equipamentos de modernização na cidade, em relação à outras, se dava principalmente porque até meados do século XIX Fortaleza ainda se configurava apenas como um centro político, mas sem grande efervescência comercial.

Para Juliana Magalhães Linhares, Fortaleza como centro urbano, se dá apenas na segunda metade do século XIX, com a entrada efetiva do Ceará no comércio internacional:

O impulso necessário para a mudança de cenário econômico e político da província de base agropastoril foi dado na década de 1860 com o aumento da produção e exportação algodoeira. Nesse período, o Ceará se transformou num importante polo de abastecimento da indústria têxtil inglesa⁴⁴.

Nesse aspecto, a localização geográfica fora fundamental. Como a capital possuía uma localidade que favorecia a entrada e saída de mercadorias através da sua faixa litorânea, aos poucos o comércio foi centralizando-se na região, que por consequência, precisou moldar-se para atender as novas demandas.

O comércio, como ferramenta do capital, continuamente busca criar infraestruturas sociais capazes de sustentar a circulação de mercadorias⁴⁵, logo, o porto, as estradas de ferro, os arruamentos e todo o sistema de transporte urbano, pode ser considerado como parte central desse processo, uma vez que ele só se torna possível com a “anulação do espaço pelo tempo”⁴⁶, ou seja, a necessidade de diminuir o tempo que se leva para circular o capital de um lugar para outro integrando espacialmente trabalhadores, mercadorias e consumidores.

Fortaleza, como centro urbano, é um produto do capital e de acordo com as mudanças infra estruturais e a chegada dos equipamentos urbanos e da

⁴⁴ LINHARES, Julia Magalhães. **Entre a casa e a rua**: trabalhadores pobres urbanos em Fortaleza (1871-1888). 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011. p. 28.

⁴⁵ HARVEY, 2005, p. 128.

⁴⁶ *Ibid.* p. 48

ampliação da malha urbana, modificam-se também as relações de trabalho, como aponta Milton Santos:

Quanto mais evoluem os sistemas de engenharia, mais coisas se produzem em menos tempo. Também se transportam mais objetos em menos tempo, o consumo se faz mais imediatamente, tornando tudo isso mais e mais fácil, graças aos equipamentos criados pelo Estado para facilitar a circulação. Altera-se a relação capital-trabalho, isto é, a equação dos empregos, e muda a estrutura profissional, levando ao aumento de número de técnicos, administradores e outros trabalhadores⁴⁷.

A cidade então, conforme vai sendo construída e modernizada, passa a pautar e possibilitar uma série de ofícios. O espaço muda em um movimento dialético as formas de trabalho. No caso de Fortaleza, é possível observar que conforme avançavam os equipamentos de modernização do capital, o perímetro central vai também concentrando espaços de produção:

A listagem de estabelecimentos filiados à Associação Comercial do Ceará, presentes do Almanaque de 1899, mostra que as atividades fabris concentravam-se nas áreas centrais da cidade, sobretudo na rua Formosa, Senna Madureira, Barão do Rio Branco, Boulevard do Imperador e Travessa da Alfândega, resumindo-se ao beneficiamento de matérias-primas produzidas no Estado⁴⁸.

O centro se firma como um lugar de trabalhadores conforme as necessidades comerciais avançam. Em nosso recorte, buscamos dar uma maior atenção a como esse processo ocorre no âmago das ruas da cidade, considerando estas como esfera fundamental do desenvolvimento urbano capitalista.

As ruas, dentro do circuito mercadológico, facilitam o trânsito de pessoas (trabalhadores e consumidores) e de mercadorias e tornam a paisagem mais rápida e eficaz. Dessa maneira, enquanto configuração geográfica, podem ser pensadas a partir da chave de leitura marxista uma vez que boa parte do discurso que pauta o projeto de expansão da malha urbana (1866) baseia-se no atendimento das necessidades comerciais, do controle de trabalhadores e do resguardo a moral e segurança dos potenciais consumidores, aqueles que configuram as classes com maior poder aquisitivo de compra.

⁴⁷ SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. p. 90.

⁴⁸ QUEIROZ, 2011, p. 37.

A expansão da malha urbana aumenta as possibilidades de trabalho, seja pela facilitação de ofícios já existentes, pelo aumento do número de trabalhadores em algumas profissões ou pela criação de novas funções, antes inexistentes. Em meio a esse processo, surgem contradições e disputas.

Em análise feita através do censo organizado pela chefia de polícia de 1887⁴⁹ observamos pelo menos 15 profissões que se utilizam das ruas como meio efetivo de trabalho. Algumas delas, como cita Linhares, mesmo não tendo seu fim neste espaço, acabam usufruindo dele para facilitar os processos:

Grande parte deles precisava conhecer a cidade para trabalhar, pois, dessa forma, percorriam as ruas e becos com mais facilidade, diminuindo o caminho e se movimentando mais rápido. Para alguns, ganhar tempo era essencial. Podemos citar, para este caso, vendedores ambulantes e os criados que faziam o serviço externo da casa, e os escravos de ganho que viviam “sobre si”, prestando serviços para terceiros, que quanto menos gastavam no percurso mais clientes ganhavam. Esses sujeitos, entre uma infinidade de ocupações que realizavam, tinham no conhecimento do traçado urbano, um aliado para o seu trabalho⁵⁰.

Além das profissões citadas acima, as ruas como um “aliado para o seu trabalho”, também podem ser observadas em ofícios como o de pedreiros, lavadeiras, quitandeiras, capinas, pintores e prestadores de serviços independentes de maneira geral. Todos esses ofícios, sendo muito populares entre os trabalhadores pobres em 1887, de acordo com o censo realizado pela Chefia e Polícia⁵¹.

Nos chama a atenção, além dos citados acima, a profissão de jornaleiro, que entre o sexo masculino configura a com maior número de trabalhadores. A princípio pode-se ter a impressão de que jornaleiro se trata do trabalhador responsável por entregar jornais ou responsável por uma banca de jornais, mas na segunda metade do século XIX, esse termo era comumente utilizado para designar aqueles que cumprem jornada de trabalho diárias, ou seja, que prestam os mais variados serviços e que são contratados através do sistema de diárias, onde o cliente paga por um dia do seu trabalho para que realize aquilo que precisa.

É possível que os jornaleiros fizessem meias diárias, ou meias jornadas de trabalho, e em um dia prestassem serviço para duas ou mais casas diferentes.

⁴⁹ CEARÁ. **Arrolamento da população de Fortaleza de 1887**. Fortaleza: [s. n.], 1887.

⁵⁰ LINHARES, 2011. p. 32-33.

⁵¹ CEARÁ, *Op. Cit.*, 1887.

Com um salário não fixo, a agilidade de deslocamento é essencial para a garantia de um maior ganho por jornada, atendendo a mais clientes. Todo esse movimento exige um profundo conhecimento e utilização das ruas da cidade.

Em média, a cada 1000 moradores, Fortaleza abrigava cerca de 80 jornaleiros, 30 lavadeiras, 20 pedreiros, 10 quitandeiros, 5 pintores e 200 prestadores de serviços domésticos⁵². Todas essas profissões utilizavam-se das ruas como rotas essenciais para a realização de seus respectivos trabalhos e é possível que ao longo da semana e dentro dos horários de jornada, fossem eles os que ocupavam em maior número este espaço.

Os prestadores de serviços domésticos nos são um caso singular por dois motivos: primeiro, é válido lembrar que até 1884 o Ceará contava com a mão de obra escrava e em Fortaleza a principal função das pessoas escravizadas era justamente auxiliar no manejo e manutenção das casas das famílias de seus senhores. Com uma população de 21.372 habitantes até 1872, Fortaleza contava com 1.183 escravizados⁵³, número que supomos estar em grande parte ligado aos serviços domésticos.

Em segundo, muitas pessoas não escravizadas, principalmente após 1877, quando a população da cidade aumentou drasticamente devido a onda migratória do interior para a cidade devido as grandes secas, não constam como trabalhadoras na listagem do senso da polícia, mas aparecem como “agregadas” de casas de famílias com maior poder aquisitivo, que possuem no seu núcleo familiar médicos, professores e servidores públicos.

Provavelmente, esses agregados, que em regiões mais nobres da cidade chegam a aparecer em todas as casas de uma rua, sem parentesco evidente com os chefes da família que os abriga, prestavam serviços domésticos sem vínculo empregatício, apenas em troca de moradia e comida, prática que perdurou como comum ainda durante muitas décadas.

Por ocupar em tão grande escala a população mais pobre da cidade em todo o período aqui trabalhado e os escravizados até a abolição, os trabalhos voltados a esfera do lar não nos passam despercebidos. E embora possa-se

⁵² CEARÁ, 1887.

⁵³ BRASIL. **Recenseamento do Brasil em 1872**: Ceará. Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger, [1874?]. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v4_ce.pdf. Acesso em: 03 set. 2023.

imaginar que estariam apenas restritos ao privado, trabalhar neste tipo de serviço não significava estar apenas em casa:

As atividades exercidas dentro de uma casa não se resumiam ao seu espaço interno. Muitos poderiam trabalhar na rua, como é o caso dos carregadores de água, já que não havia um sistema de esgoto. Consideramos ainda aqueles que cativos que, trabalhando ao ganho, poderiam mensalmente pagar um valor fixo ao seu senhor⁵⁴

Buscando água, fazendo serviços por fora das ordens do senhor, empregador ou bem feitor, acompanhando as crianças da família, saindo para comprar suprimentos ou até mesmo cuidando da área externa das casas, os trabalhadores domésticos eram o maior número de trabalhadores na capital, mesmo considerando apenas aqueles listados pelo censo, e que se torna um contingente ainda maior se considerarmos escravizados e agregados.

Em nossa hipótese, também são os prestadores de serviços domésticos que se configuravam como o grupo que ia e vinha por entre as ruas da cidade em maior número, construindo o cotidiano dia após dia neste espaço.

Mas além dos trabalhadores que se utilizavam das ruas como meio, existem ainda aqueles que tem elas como fim, ou seja, que tem o espaço das ruas como seu lugar de trabalho, ofícios que são cumpridos especificamente neste espaço, como é o caso dos policiais, carroceiros, carteiros, mascates⁵⁵, maquinistas, guardas cívicos, carreteiros, cambistas, carregadores de quimoas, mulheres da vida⁵⁶, carteiros, ambulantes e muitos outros. E embora estivessem em menor número do que aqueles que apenas iam e viam pelas ruas, muitas vezes são esses trabalhadores que constituem a paisagem⁵⁷ da cidade.

Alguns desse grupo são trabalhadores formais e prestadores de serviços de maneira direta ou terceirizada para o Estado, mas a grande maioria das profissões que usam as ruas como fim são, na realidade, trabalhos independentes e informais, que aglutinam uma grande parcela de trabalhadores autônomos. Esses,

⁵⁴ LINHARES, 2011, p. 70.

⁵⁵ Mercador que oferece mercadorias a domicílio, pode também ser chamado popularmente de “galego”.

⁵⁶ O mesmo que prostituta ou meretriz.

⁵⁷ Para Milton Santos a paisagem é resultado da interação entre elementos naturais e culturais, refletindo a influência humana sobre o ambiente. Além disso, Santos destaca que a paisagem é dinâmica e está em constante transformação, sendo moldada por processos sociais, econômicos e políticos. Portanto, trata-se de um produto da complexa interação entre a natureza e a sociedade, representando um palco onde a vida humana se desenrola e se expressa.

possuíam menor seguridade financeira e estavam sujeitos a imprevistos como o clima, a ausência de clientela e embates com a polícia, uma vez que nem todos eram regularizados ou prestavam serviços permitidos pela lei.

Para um melhor desenvolvimento desta análise, vamos dividir esses trabalhadores, sejam os que usam as ruas como meio ou como fim em seus ofícios, entre aquelas profissões que eram bem aceitas pelo Estado, que estavam dentro das leis e que em princípio não são uma ameaça a moralidade ou ao ideal de modernidade projetado pelos documentos oficiais. E aquelas profissões que são alvo de repressão, que incomodam o Estado e até mesmo outros moradores e trabalhadores.

3.1.1 O mascate, a mulher da vida e o policial

Entre o final do século XIX e o início do século XX uma série de restrições foram impostas aos trabalhadores informais pelos Códigos de postura municipais. O código de 1932, por exemplo, veta a passagem de carregadores e mercadores ambulantes pelas calçadas da cidade: “Art. 382 – E’ proibido o transito pelos passeios aos carregadores e mercadores ambulantes. Penas: Multa de 10\$000 e prisão por 24 horas”⁵⁸.

De maneira geral, os documentos oficiais que visavam o estabelecimento de uma ordem, tendem a definir precisamente a serventia e o uso dos espaços públicos. Logo, os passeios ou calçadas, deveriam servir apenas para a circulação de pedestres, o que pode explicar a proibição de carregadores e mercadores ambulantes.

Muitos outros trabalhadores autônomos serão alvo de restrições e ações de controle neste período baseadas nos códigos e leis municipais, e algumas profissões vão ser configuradas como ilegais, tendo toda a sua atividade proibida e não apenas restrita.

Quase sempre os trabalhadores autônomos configuram-se como aqueles que não são bem vistos pelo Estado e que sofrem constantes repressões policiais. Podemos observar um destes casos através de uma carta publicada na coluna

⁵⁸ FORTALEZA. **Decreto nº 70, de 13 de dezembro de 1932**. Põe em execução o Código de Posturas do Município de Fortaleza. Fortaleza: Prefeitura Municipal, 1932. Disponível em: <https://acervo.fortaleza.ce.gov.br/download-file/documentById?id=fad9a320-1c0d-484c-9c75-6838f7ee99e9>. Acesso em: 03 set. 2023.

“Queixas do Povo” do Jornal O Ceará de 1928, onde um morador faz uma reclamação após observar o trato de policiais com um trabalhador autônomo:

Hontem, presenciámos diversos agentes policiaes tomando cadernetas e dinheiro de pobres cambistas valetudinários, na praça do Mercado, enquanto, á mesma praça, momentos antes e depois, vimos vender “bicho” em grosso e a retalho.
Por esta desigualdade é que não acreditamos que sejam eficientes as medidas policiaes, ora em vigor.⁵⁹

Os mascates são profissionais ilegais. Trabalham comprando bilhetes de estabelecimentos privados como cinemas e clubes e os revendendo a preços elevados para obter lucro. Normalmente, costumam vender para aqueles que não conseguiram comprar ingressos com antecedência e estão dispostos a pagar mais caro para ter acesso a entretenimento.

E embora suas atividades acabem prejudicando os consumidores, que gastam mais para ter acesso aos ingressos pelas mãos de um mascate do que nas bilheterias oficiais, se tomarmos a reclamação feita pelo morador para a coluna “Queixas do Povo” ao referido jornal, podemos supor que este ofício não necessariamente era mal visto pelos moradores da cidade. No entanto, a atitude dos policiais de tomar o dinheiro e as cadernetas desses trabalhadores foram condenadas.

Todo embate em torno das profissões não regularizadas é na verdade um embate moral. Para o autor da carta, a revenda de ingressos, mesmo ilegal, não parece ser um atentado a moral, ao passo que o trato da polícia com o trabalhador e a desigualdade de tratamentos, estaria configurada como um comportamento a ser reprovado.

O popular “jogo do bicho”, que é citado no trecho, também é um ofício proibido, como quase todos os jogos de aposta serão nesse período, mas a disparidade de tratamento entre os dois tipos de vendedores indigna o morador, que se compadece pelo mascate “valetudinário”, fisicamente abatido e esgotado.

O discurso moral para o espaço das ruas e para o que a população acredita ser ou não trabalhos dignos, independente do prescrito em lei, está imbuído de uma série de variáveis. Ora podem ser aceitos pela população geral, que cria suas próprias lógicas de julgamento, mesmo que esse posicionamento contrarie as

⁵⁹ O CEARÁ. Fortaleza: [s. n.], Ano 4, n. 1.012, 20 out. 1928.

vias legais, ora encontra concordância nos discursos conservadores modernos, na defesa da moral e dos bons costumes.

O último caso, é o que acontece quando observamos as chamadas “mulheres da vida”, que atualmente podem também ser chamadas de profissionais do sexo, e ocupavam os arredores da Estação Central, nos trechos correspondentes a rua Senador Pompeu, Rua da Misericórdia (atual Barão do Rio Branco) e rua General Sampaio. Estavam também em outros pontos da cidade, mas nessas redondezas usavam as ruas com maior publicidade, e seus comportamentos nesse trecho, acabavam por causar incômodos e reclamações da população nos jornais de maior circulação:

Varias famílias tem sido afetadas pelos dicerios desavergonhados das zubanêras acolytadas por um troço de vagabundos que naquella rua tem pousada.

Entao o trecho mais anarchisado pelas marafonas⁶⁰ e seus admiradores é justamente o que fica mais próximo a Estação Central. [...]

Urge uma providencia enérgica de parte das autoridades policiais da cidade, para que tamanha desenvoltura tenha um paradeiro.

Do contrario, aquilo ali no andar em que vae, mais dia, menos dias, há de transformar-se em um terreno contestado em que as decahidas ditarão leis que serão postas em execução pelos seus proxenetas^{61, 62}.

Na queixa prestada ao jornal, o morador afirma que esse trecho, que fica próximo à Estação Central, e por isso possui uma grande quantidade de transeuntes, está sempre ocupado pelas mulheres da vida e cobra um posicionamento da polícia. Em termos legais, mulheres da vida e mascates são ambas profissões proibidas, mas ao passo que uma é resguardada pelos moradores que não veem nada de errado em seu ofício, a outra é vista como um atentado a moral, uma vez que, sendo até hoje um tabu social, uma mulher que ganha dinheiro vendendo prazer sexual, afetaria diretamente a ordem e a moral das famílias locais.

A moral fortalezense, no momento aqui trabalhado, encontra um consenso entre a maioria dos moradores locais, independente de suas classes sociais, e os interesses do Estado, nos valores cristãos. Muito católica, a cidade que

⁶⁰ O mesmo que prostituta ou meretriz.

⁶¹ Aquele que explora a prostituição, lucrando com ela ou vivendo às custas do trabalho de prostitutas.

⁶² O CEARÁ. Fortaleza: [s. n.], Ano 4, n. 766, 01 jan. 1928.

contava em 1912 com 77 paróquias⁶³, número impressionante para o seu tamanho, vivia sob a ótica da família tradicional cristã, que condenava esse tipo de atividade.

Isso nos leva a crer que, tomadas de sua própria lógica de funcionamento, as ruas da cidade podem fornecer experiências muito diversas para cada profissional que se vale deste espaço em seu trabalho. A paisagem e a experiência se tornam relativas para cada um deles, uma vez que cada indivíduo vê, sente e ouve uma paisagem diferente de acordo com sua perspectiva, mesmo que todos eles estejam diante de um único lugar⁶⁴.

Dessa maneira, mesmo que mascates e mulheres da vida sejam profissões proibidas em lei, a rua que uma ou outra encontra em sua trajetória não é igual. Enquanto mascates são repreendidos pela polícia, muitas vezes esses mesmos policiais parecem fazer vistas grossas para as mulheres. Da mesma forma, enquanto as mulheres lidam com olhares de repreensão e indignação popular, os mascates tem seus afazeres mais naturalizados, e mesmo que encontrem em algum momento reprovação moral por parte de alguém, em volume e grau, também não são iguais.

Esses dois exemplos, embora não deem conta de demonstrar a grande variedade e diversidade dos trabalhadores “indesejados” ou “proibidos” em Fortaleza no período aqui trabalhado, nos ajudam a ilustrar a ideia de que, suas restrições podem ser variáveis de acordo com os sentidos dados a eles na produção do espaço das ruas da cidade, ou seja, “o resultado das ações dos homens, agindo sobre o próprio espaço”⁶⁵.

Por outro lado, as ruas também eram ocupadas por profissionais a quem Milton Santos refere-se como “trabalhadores terciários”, o que poderíamos exemplificar em nossa pesquisa como aqueles que são responsáveis por construir, organizar e manter as estruturas modernas da cidade e os próprios arruamentos, como o arruador responsável por medir, delimitar e mobilizar a construção de novas ruas na cidade, aqueles que limpam as ruas tomadas pela poeira ou fazem a coleta do lixo, os guardas e policiais responsáveis por vigiar essas ruas, dentre outros:

⁶³ BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil**: 1 ano (1908-1912): cultos, assistência, repressão e instrução. Rio de Janeiro: Tipografia de Estatística, 1927

⁶⁴ SANTOS, 2012, p. 68.

⁶⁵ *Ibid.*, p. 70.

Quanto mais evoluem os sistemas de engenharia, mais coisas se produzem em menos tempo. [...] Altera-se a relação capital-trabalho, isto é, a equação dos empregos, e muda a estrutura profissional, levando ao aumento de número dos técnicos, administradores e outros trabalhadores terciários.⁶⁶

Ou seja, toda a ampliação da malha urbana prevista pelo plano de expansão de 1863 precisa, para ser posto em prática, da mobilização de mão de obra profissional. Logo, para assegurar o funcionamento do plano não bastava apenas aumentar o número de ruas, mas garantir que elas estariam assistidas através da coleta de lixo, da limpeza regular e da vigilância. Dentre todas essas funções, a mais notável em praticamente todos os registros do período, é a de policial.

Os guardas cívicos e policiais ocupavam significativamente as ruas de Fortaleza e eram a representação física da ordem imposta pelo Estado. Conforme avançava a segunda metade do XIX e até a primeira metade do século XX a importância dos policiais para o dia a dia urbano era tão notável que a imprensa passou a noticiar com afinco os casos de polícia tornando-se extremamente populares as colunas policiais, dedicadas exclusivamente a dar as vistas todos os acontecimentos que envolviam a polícia, o que aumentou ainda mais a evidência da profissão para a manutenção da ordem.

Nos três jornais usados nesta pesquisa, sendo eles *Jornal do Ceará* (1904-1011), *O Ceará* (1928) e *O Cearense* (1846-1891), todos com uma tiragem diária e razoável distribuição na cidade em seus respectivos períodos de vinculação, a coluna policial aparece como uma das principais. Sempre em negrito, os títulos dos casos seguiam um gênero narrativo muito próprio, carregado o texto quase que de um senso mais literário que jornalístico, o que tornava tudo mais interessante para o leitor.

Muito embora o intuito dessas colunas pareça ser o entretenimento do público, as campanhas políticas e o posicionamento do veículo perante a ação policial sempre acabavam aparecendo com muita frequência nos textos e são em parte responsáveis pela formulação dos ideais de modernidade e valores neste período⁶⁷.

⁶⁶ SANTOS, 2012, p. 90.

⁶⁷ LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

Também eram comuns as queixas da população, uma vez que mesmo que a profissão de policial tivesse notado prestígio social, e embora cumprissem ordens estatais em seu serviço, nem sempre as condutas dos policiais pelas ruas da cidade estavam alinhadas com os parâmetros estabelecidos pela prefeitura ou pelo o que a própria população julgava ser ou não adequado. Assim, os policiais e guardas cívicos estavam sob vigilância constante da população.

Já nas queixas apresentadas acima, no caso do mascate e das mulheres da vida, a cobrança dos moradores perante o serviço prestado por esses profissionais se torna evidente quando destacamos os trechos: *“Urge uma providencia enérgica de parte das autoridades policiais da cidade, para que tamanha desenvoltura tenha um paradeiro.”*⁶⁸, e *“Por esta desigualdade é que não acreditamos que sejam eficientes as medidas policiaes, ora em vigor”*⁶⁹.

É possível notar que muitas vezes não se cobra o Estado pelas injustiças ou desvios morais, mas a figura do policial em si, que é quem, em vias de fato, está diretamente em contato com as pessoas nas ruas. Além dessas duas queixas, uma série de outras reclamações semelhantes, principalmente no que diz respeito a conduta moral dos policiais são observadas nesse período:

Falta força moral a polícia civil

Ultimamente, a polícia de Fortaleza [...] vem embargando os passos das “decahidas” que residem em pensões alegres⁷⁰, estabelecimentos que existem nesta capital, sendo até um d’elles de propriedade de um official da guarda cívica, esta mesma guarda encarregada de reprimir abusos contra a moral. [...] Os milicianos encarregados de fazer observar os bons costumes na via urbana, são os primeiros a transgredir as ordens do seu chefe, andando com as criadinhas, andando em passeios ostensivos pelas calçadas com flagrante desrespeito as famílias envergonhadas.⁷¹ (Grifo nosso).

Com vistas a polícia

[...] Como é que na capital do paiz não se permite o desembarque de “caftens” e “caftinas” e aqui em Fortaleza se consente que “caftens” e “caftinas” mantenham pensões e que nestas pensões organizem danças publicas e “ruidosas”, perturbadora do sossego dos vizinhos, com grande escândalo dos transeuntes? E isso com o consentimento (licença) da própria Polícia, que deveria ser a primeira a zelar pelos “bons costumes” e moralidade publica? Não lhe parece isso um contrasenso? [...] Em toda parte existem estas pensões, aliás chamadas de “casas de tolerância”⁷² pelo facto de serem “toleradas” pela Policia e pela Hygiene-Publica.⁷³ (Grifo nosso).

⁶⁸ O CEARÁ, 01 jan. 1928.

⁶⁹ Id., 20 out. 1928.

⁷⁰ Prostíbulos, casas de prostituição.

⁷¹ Id. Fortaleza: [s. n.], Ano 4, n. 853, 14 abr. 1928.

⁷² Prostíbulos, casa de prostituição.

⁷³ O CEARÁ. Fortaleza: [s. n.], Ano 4, n. 1.020, 30 out. 1928.

Em ambas as queixas acima citadas reclama-se do comportamento dos policiais diante das casas de prostituição, que abrigavam as “mulheres da vida” com seus clientes, e eram o lugar onde muitas vezes eram prestados os seus serviços. Assim como o trabalho das mulheres da vida, as “casas de tolerância” ou “pensões alegres” também eram mal vistas pela população da cidade. Apesar de supor-se que existiam porque possuíam um fluxo razoável de clientes, o discurso público diante desse tipo de lugar era sempre de condenação moral.

O problema, no entanto, se encontra no fato de que os policiais, que em teoria deveriam resguardar essa moral, acabam por fim participando dessas atividades, seja como clientes, como proprietários ou fazendo “vistas grossas”, deixando de cumprir em prioridade com as diretrizes do cargo a qual foram designados.

O próprio nome da coluna policial do Jornal O Ceará, “na polícia e nas ruas”, nos permite compreender como os policiais eram trabalhadores que cuidavam, sobre tudo, daquilo que acontecia nas vias da cidade. Resguardar o que é público e comum, talvez fosse sua principal função, e quando não cumprida, gerava desconfortos e reclamações.

Destacamos aqui a forma pela qual aqueles profissionais que são, em suma, a representação do Estado, transitam entre o moral e o imoral de maneira muito tênue. Da mesma forma, aqueles que vigiam os comportamentos da população nas ruas da cidade, ora se veem também vigiados por essa população, que encontra nesse balanceamento uma forma de resguardar o serviço público e denunciar, através da figura do policial ou do guarda cívico, as contradições de uma cidade banhada por discursos de lei e ordem.

Cada profissional, do ilegal ao servidor público, trabalha sob o emaranhado da complexidade que é a construção de uma paisagem. Não sendo possível que quaisquer profissionais que ocupassem este espaço tão diverso e dialético chamado de rua, tenham seus comportamentos ou a forma como a ocupam e constroem, delimitados por uma visão única de suas funções.

3.1.2 Quando não há trabalho

No em tanto, nem todos eram trabalhadores. Nos primeiros anos da década de 1860 a maior parte da população cearense não tinha profissão definida

segundo Tomás Pompeu de Souza Brasil, que em 1855 iniciou a realização de um ensaio estatístico da província do Ceará a pedido do então Presidente de Província, Conselheiro Vicente Pires da Motta:

Ciente das transformações políticas e sociais pelas quais passava o país, o Presidente reconhecia a importância em recensear a população. O trabalho intitulado Ensaio Estatístico da Província do Ceará foi publicado em 1863, abrangendo a Província, dividindo-a em partes, tais como a parte física enfocando aspectos ligados ao território, vegetação e reino animal. A segunda parte seria política, envolvendo, de forma geral, economia e população.⁷⁴

Destacamos dentre as diversas conclusões apresentadas por Tomás Pompeu, a falta de ofício entre a população cearense. O grande número de pessoas sem profissão definida também se estende a Fortaleza, problema que ao longo da segunda metade do século XIX viria a aumentar.

Isso porque, mesmo que durante a década de 1860 a cidade estivesse em crescimento econômico devido a exportação de algodão, as duas grandes secas, em 1877 e 1888, respectivamente, trouxeram um enorme desbalanço social para a pequena cidade.

Ao passo que em 1860 tomasse foco a modernização e embelezamento da urbe, tendo como base os planos de expansão e o controle social por meio do higienismo e policiamento, conforme a década de 1970 chegava, esse controle precisava estar também na coerção pelo trabalho, uma vez que o número de pessoas em Fortaleza era cada vez maior com a chegada de retirantes do interior que não tinham um ofício.

Esse problema era tão latente que em 1872, dos 19.092 moradores de Fortaleza em faixa etária propícia para o trabalho, 8.267 estavam sem profissão⁷⁵, ou seja, 43,3% da população. Não ter uma profissão definida, não significa necessariamente estar sem trabalho, uma vez que muitas dessas pessoas poderiam fazer “bicos” para conseguir manter-se na cidade ou estar como agregados em casas de famílias mais abastadas, como vimos anteriormente. No entanto, ainda que com essas considerações, é possível reputar que o desemprego é um problema com o qual o Estado precisou lidar, fazendo-se necessário traçar estratégias para a sua solução.

⁷⁴ LINHARES, 2011, p. 43.

⁷⁵ BRASIL, [1874?].

Essas pessoas sem profissão, ociosos e muitas vezes sem uma moradia fixa, são um grande incômodo para Fortaleza que, para todos os fins, tentava manter uma boa aparência. Eram indesejadas porque, sem trabalho para cercear suas rotinas e comportamentos, passavam boa parte do tempo convencionalmente útil em outras atividades, quase sempre consideradas inadequadas para os códigos de postura, como o consumo de álcool em vias públicas e outros tipos de perturbação da ordem:

Capítulo 2.º

BULHAS, VOSERIAS, OBSCENIDADES E OFFENSAS Á MORAL.

Art. 98. E' prohibido:

§ 1.º Levantar altos gritos á noite, sem necessidade ou utilidade.

§ 2.º Disputas ou controversias nas ruas em altas vozes.

§ 3.º Dar tiros a qualquer hora do dia ou da noite, excepto no desempenho de deveres ou serviço publico.

§ 4.º Praticar actos reputados obscenos em publico.

§ 5.º Banhar-se de dia no corrente da rua do Pôço, na lagôa do Garrote, Pajehú e outros lugares expostos as vistas dos viandantes, ou de quem estiver nas cazas.

§ 6.º Estar na propria caza de modo deshonesto, offensivo do pejo, de modo a ser visto e notado por quem passar pela rua.

§ 7.º Andar pelas ruas indecentemente vestido, deixando de trazer, pelo menos, camisa e calça, sendo aquela por dentro desta.

Os infractores além das penas criminaes, soffrerão a multa de 5\$000 reis.⁷⁶

A forte necessidade que o Estado tinha de controlar os comportamentos da população é muito bem exposta através dos códigos, onde até mesmo a forma como as roupas deveriam ser utilizadas era contida. Logo, não havendo como garantir que toda a crescente população seguisse as vias da lei, a coerção pelo trabalho tornava-se um importante meio de legitimação dos valores morais, uma vez que quem estava trabalhando, não poderia estar praticando, ao mesmo tempo, “bulhas, voseiras, obscenidades e ofensas a moral”.

Logo, se não há trabalho não há valor, e consequentemente também não há espaço para essas pessoas nas ruas. E, partindo desse pressuposto, a lógica empregada pelo Estado e classes altas, foi a de retirar todos esses moradores das vistas e deixar a livre circulação apenas para aqueles que possuíam um ofício a cumprir, e todos os outros, corriam o risco de serem, a qualquer momento, recolhidos pelas autoridades, como observamos no caso de Manoel Roque Grangeiro, publicado no jornal O Ceará no ano de 1928:

⁷⁶ FORTALEZA. **Resolução nº 1.818 de 1º de fevereiro de 1879.** Aprova o código de posturas da Câmara Municipal de Fortaleza. Fortaleza: Câmara Municipal, 1879.

O barrão foi recolhido ao Asylo de Mendicidade

Manoel Roque Grangeiro, mais conhecido pela alcunha de Barrão, é o heroe de que muito nos temos occupado nesta secção, quando canaliza para as vísceras alguns dedos da “branquinha”.

A embriaguez é o estado em que sempre se encontra este representante da degenerescência physica e moral.

Sem profissão alguma com que occupe as horas do dia, Manoel Roque é continuamente visto a vagabundar pelas ruas, não deixando, no entanto, de, com os nickeis que recebe de esmola ou provenientes de algum pequeno serviço particular, molhar a garganta com o saboroso “passa raiva” em cada bodega por que passa.

A policia, por tanto, a fim de impedir que tão incurável “borracho” continue a vaguear pela cidade com prejuízo do sossego e moral publica mandou, hontem, recolhe-lo ao Asylo de Mendicidade.

Dessa maneira, o Barrão, heroe da nossa chronica, não mais visitará, aos sabbados, as grades, como também não mais entornará o copo, que até ontem lhe era inseparável⁷⁷ (Grifo nosso).

Manoel era popularmente conhecido como Barrão, o termo significa porco não castrado próprio para a reprodução, mas pode ser utilizado para designar homens indesejados, não agradáveis. Ser indesejado é justamente a carga carregada pelos moradores ociosos, que eram tidos como um inconveniente para as vias públicas.

Manoel não possui profissão, como destacamos no trecho “Sem profissão alguma com que occupe as horas do dia”, mas logo em seguida somos apresentados ao fato de que o morador na verdade tinha seus próprios meios de conseguir dinheiro para manter-se. Por esmola ou por prestação de “pequeno serviço particular”, Manoel usava o dinheiro que ganhava para sustentar seu vício em álcool, o que fere diretamente as condutas impostas pelo Estado.

O vício e a falta de emprego são colocados na matéria como atrelados, talvez pela noção de que quem trabalha, não tem tempo para beber, mesmo que saibamos que trabalhadores com empregos fixos, também faziam esse tipo de consumo na cidade.

Percebemos, ao decorrer da leitura, que o problema visto em Manoel não é apenas a falta de trabalho, mas a perturbação da ordem pública: “a fim de impedir que tão incurável “borracho” continue a vaguear pela cidade com prejuízo do sossego e moral publica”, mas a falta de trabalho, é uma ferramenta de afirmação da falta de valores, já que esse fato aparece na argumentação da notícia de forma a desfavorecer Manoel. O trabalho é uma das formas pelas quais os cidadãos

⁷⁷ O CEARÁ. Fortaleza: [s. n.], Ano 4, n. 958, 18 ago. 1928.

fortalezenses mantem-se controlados e vigiados. E entre profissões aceitas e não aceitas pela ordem estatal, o mais indigno na verdade é não ter profissão.

A mendicância decorrente do desemprego, era um problema de ordem moral, financeira e social considerado grave tanto pelo estado, como pelas camadas mais abastadas da população fortalezense, como observamos no relato do memorialista Rodolfo Teófilo:

Hoje, nos dias de sábado, vê-se uma procissão de esmoleres, rua abaixo e rua acima, e tão crescida que espanta. A falta de brio da arraia miúda em Fortaleza, chegou a ponto de santificarem o sábado. Reservam este dia para as esmolos. Já me haviam dito isto, que achei extravagante, mas depois verifiquei ser verdade. As lavadeiras, por exemplo, não trabalham nos sábados, pedem esmolos ... e todas as vezes que por eles passei no mencionado dia não vi uma lavadeira sequer.⁷⁸

Teófilo afirma em sua obra, que pedir esmola tornou-se um hábito comum entre a camada empobrecida da cidade e que, até mesmo aqueles que possuem ofícios, como no caso das lavadeiras, pedem esmolos aos sábados. O ato de pedir esmola, passa a ser condenável e até mesmo repugnante, como aponta Cláudia Freitas de Oliveira ao tratar da construção do Asylo de Mendicidade de Fortaleza:

Segundo a historiadora Josinete Souza (1999, p.37), o discurso da imprensa voltava-se contra as ações praticadas por “esmoleres” que proliferavam em abundância pela cidade e atentavam contra os bons costumes. Seus atos eram considerados “imorais e repugnantes”, e o jornal salientava que nem sempre os que pediam esmolos eram realmente mendigos.

O Cearense reforçava o lugar da filantropia praticado por particulares na condução de obras públicas ao afirmar que o asilo “envolve a caridade no manto da esperança e afasta da esmola os verdadeiros necessitados” (Souza, 1999, p.37). Isto é, para o jornal, por meio da construção do asilo de mendicidade seria possível distinguir os verdadeiros dos falsos mendigos que, tendo estes condição de trabalhar, aproveitavam-se da situação de penúria da cidade para conseguir filantropia, sem, contudo, a merecer.⁷⁹

Dessa maneira, para retirar de vistas os ociosos, mendigos e perturbadores da ordem pública, na segunda metade do século XIX começa-se a pensar na necessidade de um lugar para onde pudessem despejar esses mendigos. As construções do Asylo de Mendicidade iniciam no ano de 1878, no então outeiro

⁷⁸ THEÓFILO, Rodolfo. **Variola e vacinação no Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara. 1997.

⁷⁹ OLIVEIRA, Cláudia Freitas de. O traço do personalismo das instituições assistenciais: doadores, doações e projeção social no Ceará oitocentista. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, vol. 26, núm. 1, Suppl., p. 129-145, 2019.

da prainha, comunidade não urbanizada e arruada, mas que ficava próxima da parte central e calçada da cidade.

A obra tem início a partir de uma generosa doação de Joaquim Cunha Freire, o Barão de Ibiapaba, que além de ceder o terreno, doou cerca de 10:000\$000 réis para sua realização. O prédio ficou pronto dois anos depois, em 1880, mas tendo em vista os altos custos para a manutenção do Asylo, terminou por abrigar o Colégio Militar, que funciona até hoje na referida propriedade.

No entanto, apesar de não ter sido concretizado naquele momento, os dois anos que se seguiram a construção do atual Colégio Militar, foram regados por discussões políticas e morais referente aos ociosos, mendigos e desempregados, uma vez que Barão de Ibiapaba era aliado aos conservadores que estavam à frente da Província. Logo, entre 1878 e 1880 fomentava-se a ideia de que era necessário tirar todos aqueles que estavam fora da lógica trabalhista das ruas.

Mais tarde, já no século XX o Asylo de Mendicidade é enfim inaugurado, em novo endereço, para onde Manoel Roque Granjeiro é levado em 1928 e, assim como ele, muitos outros moradores que fugiam ao trabalho coercitivo fortalezense. O trabalho então, aparece como uma das esferas essenciais do direito à cidade, ideia que enfatiza o papel fundamental dos cidadãos na construção e no desenvolvimento das cidades. O direito à cidade argumenta que os habitantes urbanos não devem ser apenas vistos como consumidores do espaço urbano, mas sim como agentes ativos que têm o direito de participar nas decisões e transformações urbanas⁸⁰.

O que vemos, no entanto, é que durante o período aqui assinalado, a dimensão do trabalho, atrelado a outras esferas, como a habitação e o acesso a moradias adequadas, apresenta-se também como uma ferramenta de dignificação das ruas, delimitando quem é moralmente digno de ocupar ou não esse lugar, de constituir ou não essa paisagem.

3.2 A moradia e a rua

Na segunda metade do século XIX Fortaleza, que vivia uma crescente populacional, passava a se deparar com questões concernentes a habitação urbana. Nem sempre o morar se constituiu como um direito positivo, incluso como necessário perante a lei para a garantia do bem estar social. Na verdade, tanto a

⁸⁰ LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

moradia como o planejamento urbano são históricos, e a habitação como uma preocupação social e governamental se estabelece no Brasil justamente nesse período, com a promulgação da Lei de Terras⁸¹:

Outro evento com significativo impacto nas relações urbanas e fundiárias foi o estabelecimento da Lei de Terras em 1850. Essa lei marca um corte fundamental na forma de apropriação da terra pois foi a primeira iniciativa no sentido de organizar a propriedade privada no Brasil, tendo em vista que estabelecia a compra como única forma de acesso à terra e abolia o sistema de sesmarias.⁸²

A lei de terras trouxe consigo uma série de caminhos que ao longo das últimas décadas do século XIX iriam tornar a gestão das moradias uma necessidade pública. Doze anos depois da lei de terras, em Fortaleza, o plano de 1862, em conjunto com as plantas da cidade e os códigos de postura municipais, estavam imbuídos da lógica capitalista da propriedade privada e usando o planejamento urbano e o traçado das ruas para delimitar os interesses das elites políticas:

A moradia que está diretamente vinculada à terra, passa a ter seu acesso dificultado, uma vez que agora essa terra possui um valor de troca. A preocupação com o planejamento e ordenamento no sentido de controlar o uso do solo passa pela elaboração de planos ou plantas de ordenamento e pela contratação de um profissional com conhecimentos técnicos mais profundos.⁸³

Nestor Goulart Reis Filho, compreende a questão do planejamento urbano na colônia a partir de dois vieses: o do “lote urbano”, ou seja, toda a área pública que é ocupada pela cidade, e a arquitetura, que está atrelada ao âmbito privado como as casas, comércios, sobrados etc.: “a perspectiva que queremos destacar é, portanto, a da interdependência entre arquitetura e lote urbano, quando são amadurecidos pelas tradições, de modo informal, ou quando são pensados e planejados racionalmente.”⁸⁴

⁸¹ BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispões sobre as terras devolutas do império. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, 1850.

⁸² PONTE, Thaís Oliveira. A construção institucional do direito à moradia em Fortaleza de 1812 a 1972. *In*: ENCONTRO DA ENANPUR, 17., 2019, Natal. **Anais eletrônicos** [...]. Natal: Anpur, 2019. Disponível em: <https://xviiienanpur.anpur.org.br/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1515>. Acesso em: 21 out. 2023. p. 3.

⁸³ *Id.*

⁸⁴ REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

Dessa maneira, ainda que no período imperial, em Fortaleza seguia-se o padrão colonial português onde as casas são construídas sem espaço entre elas e, em maioria, sem espaço entre a porta de entrada e a rua, dando uma ideia de lugar populoso, mesmo em cidades pequenas. O privado, ou seja, todas as construções particulares realizadas dentro do perímetro urbanizado ou em processo de urbanização, tinham dentre outras coisas a função primordial de ser o principal delimitador do espaço da rua.

Sendo assim, o muro da casa também é o muro da rua. E a porta pode ser a porta para a rua ou a porta para a casa, dependendo do sentido em que se encontra. Mesmo que mais tarde, com o advento da República e a crescente modernização do centro urbano, muitas casas abastadas tenham adotado certo distanciamento do espaço público com a construção de halls de entrada e jardins⁸⁵, a grande maioria das moradias (e podemos observar isso até hoje), seguiam a fôrma do “de porta pra rua”.

Essa noção se torna importante sobretudo para a compreensão de que se as casas são fundamentais para o traçado urbano ou lote urbano, na concretização dos arruamentos do planejamento, elas deveriam então adaptar-se a esses ensejos e não o contrário. Ocupam então seu lugar seja para a facilitação do processo ou para as possíveis dificuldades e dissonâncias. Por isso, inevitavelmente, para compreender as significações do espaço da rua faz-se necessário debruçar-se sobre as questões concernentes a habitação na cidade.

É nessa perspectiva de controle do crescimento urbano e das ruas que em 1887 um censo foi realizado pela Chefia de Polícia da cidade de Fortaleza. Passando por cada moradia, foram coletados o nome de cada habitante, sua idade, nacionalidade, estado civil, profissão, grau de instrução e observações que fossem tidas como necessárias. Esse documento é o maior e mais completo registro no que tange à habitação em Fortaleza em toda a segunda metade do século XIX e é baseado em suas informações que podemos observar com melhor nitidez o funcionamento da questão habitacional nesse período.

As habitações são classificadas pelo censo em três categorias: sobrados, casas e casas de palha ou choupanas⁸⁶. Podendo cada um desses tipos de

⁸⁵ REIS FILHO, 2000.

⁸⁶ Casa muito simples, rústica, com o telhado de palha ou sapê, geralmente feita em madeira; cabana, caluje, choça, palhoça.

habitação serem ou não moradias coletivas, com mais de uma família. Dentro do perímetro urbanizado os três tipos de moradia conviviam sem restrições entre rua e/ou bairros nobres e pobres, pois esse processo de separação apenas aconteceria na cidade a partir de 1920, como aponta Margarida Andrade:

Pode-se dizer que não existia até 1920 uma clara e definida separação entre classe e funções urbanas na cidade de Fortaleza. No entanto, é nessa época que se dá o início do processo segregatório, discriminando as áreas a serem habitadas pela população de baixa renda.⁸⁷

Acompanhando o aumento da população e o avanço da urbanização, aumentam também os conflitos mediante aos diferentes tipos de habitação que possuíam características sociais, culturais e econômicas muito diferentes.

Os sobrados se espalhavam por toda a extensão da cidade onde existia arruamentos e apesar de imponentes, eram as moradias menos comuns, em média a cada 200 moradias apenas 15 eram sobrados. Os sobrados pertenciam a famílias chefiadas por médicos, professores, servidores públicos e em geral eram nessas moradias onde encontramos também os letrados e moradores ausentes por motivo de estudo em outros estados ou em outros países.

Pertenciam as classes mais altas da cidade e eram tidas como o ideal de morada, mais privativa. Quando localizadas em ruas centrais e de grande movimentação comercial, como a rua Conde D'eu, muitos sobrados também eram marcados com a observação de *"loja fazenda p. térreo"* indicando que no andar térreo (os sobrados possuíam normalmente dois ou três andares) funcionava um ponto comercial.

Já as casas eram o tipo de habitação mais comum. Apesar de simples, térreas e sem grandes malabarismos arquitetônicos, eram construídas de alvenaria. Existiam em variados tamanhos e disposições, seguindo o poder aquisitivo de cada família, mas as fachadas seguiam padrões parecidos, com linhas retas. Poderiam possuir pontos comerciais, que aparecem em formato de armazém ou porão, ou seja, na frente ou nos fundos das casas.

As casas estavam por toda a cidade, abrigando a maior parte da população e se estendiam não apenas onde havia arruamentos. Apesar de ainda predominarem as palhoças, são contabilizadas muitas casas nas regiões dos

⁸⁷ PONTE, 2019, p. 6.

arrabaldes. Mas é na área arruada que as casas poderiam ser alvo das restrições estatais:

não será permitido a habitação em casas ou cômodos chamadas de travessa sem área livre ou quintal e sem instalação sanitária. [...] Não é permitida a habitação em sótãos que tenham; iluminação e arejamento deficiente.⁸⁸

É justamente entre o final do século XIX e início do século XX que observamos um adensamento das casas de travessa no sentido leste-oeste da cidade, normalmente habitadas por camadas mais empobrecidas, por se tratarem de cômodos menores e mais baratos. Não havendo como fazer o controle social a partir de regiões e bairros, que abrigavam camadas econômicas distintas, o Estado focava em legislações para tipos específicos de habitação, focando em características que quase sempre estavam relacionadas a pobreza.

Já as casas de palha, palhoças ou choupanas eram as moradias pertencentes a parte mais economicamente vulnerável da população e também o maior alvo do controle habitacional urbano. Dentro do perímetro urbanizado, eram em média 18 a cada 200 moradias, como na freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio, um número muito menor do que em regiões não urbanizadas, uma vez que não eram vistas como higiênicas ou bonitas para ocupar esse espaço. Mas, dentro das comunidades pertencentes a outeiros e arrabaldes, ao redor de estradas de terra onde os arruamentos ou calçamento ainda não havia chegado, muitas vezes sem número, essas moradias eram predominantes.

Dentro ou fora dos arruamentos, as palhoças e choupanas eram ocupadas majoritariamente por trabalhadores que ganhavam por serviço ou diárias como costureiras, lavadeiras e jornaleiros e nos arrabaldes mais próximos ao mar eram dominadas por pescadores, jangadeiros e trabalhadores do porto, ofícios que dependiam da localização próxima a praia.

Em todos os tipos de habitação raramente observamos moradias com poucos habitantes, em regra, cinco ou seis pessoas por lar é o convencional. Muito comum também que entre filhos, sobrinhos, primos, afilhados, criados e empregados dos chefes de família, mais de 10 pessoas morassem em um único lugar, não sendo

⁸⁸ FORTALEZA. **Decreto lei nº 1.643 de 08 de novembro de 1918**. Aprova, com modificações, o Regulamento da Diretoria Geral de Higiene, expedido com o Decreto do Poder Executivo n. 145, de 2.9.1918. Fortaleza: Câmara Municipal, 1918.

tão raros também os casos onde esse número se estende para 15 ou 20 pessoas, todas orbitando o mesmo núcleo familiar.

Essa realidade não era restrita apenas as classes mais baixas ou a um tipo de habitação, na verdade, nos sobrados, pertencentes a pessoas abastadas, o número de moradores tendia a ser dos maiores, já que incluíam todos aqueles que prestavam serviços aos proprietários, como amas de leite e caseiros, que para cumprir seus deveres moravam na casa dos patrões, prática colonial ainda persistente.

Independentemente do número de habitantes e da localização, as habitações que eram diretamente atreladas as camadas mais pobres da população, tornavam-se o maior alvo do processo de urbanização, que se utilizava do aparelho estatal para, aos poucos, varrer para o mais distante possível das áreas urbanizadas esses lares.

As experiências que não eram condizentes com os preceitos morais e classistas da época encontraram ao longo das últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX diversas dificuldades em continuarem de pé, com fortes violências promovidas pelo aparelho municipal, amparado no higienismo e reproduzidos por uma parcela da população. Neste tópico, abordaremos esses movimentos.

3.2.1 Higienizar para urbanizar: a crescente diminuição das palhoças

Fortaleza nesse período também passava por um aprofundamento dos discursos científicos e cada vez mais buscava o respaldo e a legitimidade das ações municipais na ciência. E é nesse anseio de controle e gestão científicos que o corpo médico se torna uma peça fundamental para compreender as questões habitacionais da cidade.

Em 1862 o Presidente da Província do Ceará, Dr. Manuel Antonio Duarte Azevedo, monta uma comissão médica com a prerrogativa de prevenção da febre amarela, que já se alastrava por Pernambuco e que se temia chegar com a mesma força no Ceará.

Até 1848 o Ceará possuía apenas seis médicos em atuação no território, todos advindos de famílias de elite e com enorme prestígio social, muitas vezes com um histórico de grande influência política durante o período monárquico, como os de

sobrenome Castro, Feitosa e Teófilo⁸⁹. Isso porque a medicina local era um meio de acumular capital cultural e garantir a perpetuação do prestígio social para as novas linhagens dessas famílias, uma vez que as ciências estavam em alta e, sendo inacessíveis para boa parte da população, garantiam uma diferenciação imediata.

Com um estado tão grande, seria impossível que esses poucos profissionais pudessem fornecer atendimento médico direto à população. Dessa maneira, aos poucos os membros dessa comissão foram assumindo cargos que estavam para além do contato com pacientes enfermos e incidindo diretamente na elaboração do planejamento urbano, tornando-se peças fundamentais, pois baseados na ciência da época poderiam tentar garantir que as moléstias não chegassem até o Ceará, além de perpetuar o poder de influência familiar sob a política local.

Boa parte desses médicos atuava em Fortaleza, que já se firmava como centro político e econômico e acumulava cada vez mais moradores que carregavam consigo as moléstias e conseqüentemente, era também o maior alvo das propostas de reorganização apresentadas pelo corpo médico. Com princípios alinhados ao higienismo, os médicos cearenses acreditavam que as doenças poderiam estar relacionadas a diversos aspectos da vida humana e encontravam como solução para esses problemas a tentativa de garantir a higiene social.

Castro e Silva, que se dedicou em boa parte da vida a estudar as moléstias oculares que assolavam os cearenses em larga escala, em dado momento, já apontava que a higiene poderia ser um fator de causa:

O grande problema das doenças referia-se a falta dos preceitos higiênicos da população, que tornava as pessoas predispostas a ficarem doentes. Abria-se assim, em seu discurso, a transposição da causa das doenças, que saía das condições climatológicas, para o aumento populacional e a falta de higiene por parte dos habitantes.⁹⁰

O crescimento populacional e a falta de higiene, vão ser parte forte dos argumentos usados para justificar todo o conjunto de leis do planejamento urbano: planos, códigos de postura, plantas da cidade etc. garantindo assim, ainda mais espaço para a atuação de médicos na urbanização.

⁸⁹ GADELHA, Georgina da Silva. A Formação de um Corpo Médico Cearense durante a Segunda Metade do século XIX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: ANPUH, 2009. p. 4

⁹⁰ *Ibid.* p. 6.

Aos poucos a acentuação da urbanização, principalmente a partir de 1860, firmou leis cada vez mais duras e segregatórias, quase sempre em nome da saúde pública e do higienismo e com a participação direta dos profissionais da saúde, como observamos nas posturas municipais publicadas em 1868:

Art. 91 - As casas e seus quintais serão vistoriados quando a intendência julgar conveniente, a bem da salubridade, ou por intermédio de comissões nomeadas por dito fim.

O médico fará sempre parte da comissão necessária para a vistoria, de que se trata⁹¹.

O trecho das posturas destacadas acima, tratam do regulamento para vistorias nas casas e quintais da cidade, sempre que se achar necessário e dois fatores nos chamam atenção: a obrigatoriedade do acompanhamento de um médico para a realização da ação e o fato não explicitado de que o foco das leis de higiene eram, em grande parte, as casas de palha e choupanas⁹². Isso porque as famílias com menor poder aquisitivo não tinham condições financeiras para arcar com todas as exigências de ventilação, luminosidade e até mesmo, material com que seriam construídas as casas.

Muitos desses direcionamentos cabiam a Liberato de Castro Correia, que tendo sido nomeado pelo então presidente da província Coronel Inácio Ferreira de Vasconcelos desempenhava os cargos de *Médico da Pobreza de Fortaleza*⁹³, *médico-consultante do Hospital Militar*⁹⁴, *Provedor da Saúde do Porto do Ceará*⁹⁵, e *membro da junta de higiene pública*⁹⁶. Cargos que Correia deixaria em 1852 quando parte para o Rio de Janeiro.

No período em que esteve em pleno exercício da medicina no estado, não só na cidade de Fortaleza, mas também em Aquiraz, Cascavel, Russas, Sobral e Imperatriz, Castro Correia desempenhou um papel fundamental de direcionar os ideais sanitaristas que incidiam sobre as moradias que eram justificadas pelo controle de doenças como a varíola, responsável por uma epidemia em 1849, e febre amarela que atingia o estado por volta do ano de 1951. Com isso, o

⁹¹ FORTALEZA, 1918.

⁹² ANDRADE, Margarida Julia Farias de Salles. **A Legislação no campo da Habitação Popular em Fortaleza**. [s. l.: s. n.], 1994. Disponível em: <https://acervo.fortaleza.ce.gov.br/download-file/documentById?id=3a95dbdc-1405-4bae-a330-3aa64e5cac7a>. Acesso em: 20 out. 2023. p. 4.

⁹³ Portaria de 3 de abril de 1845.

⁹⁴ Portaria de 2 de abril de 1847.

⁹⁵ Decreto de 29 de julho de 1848.

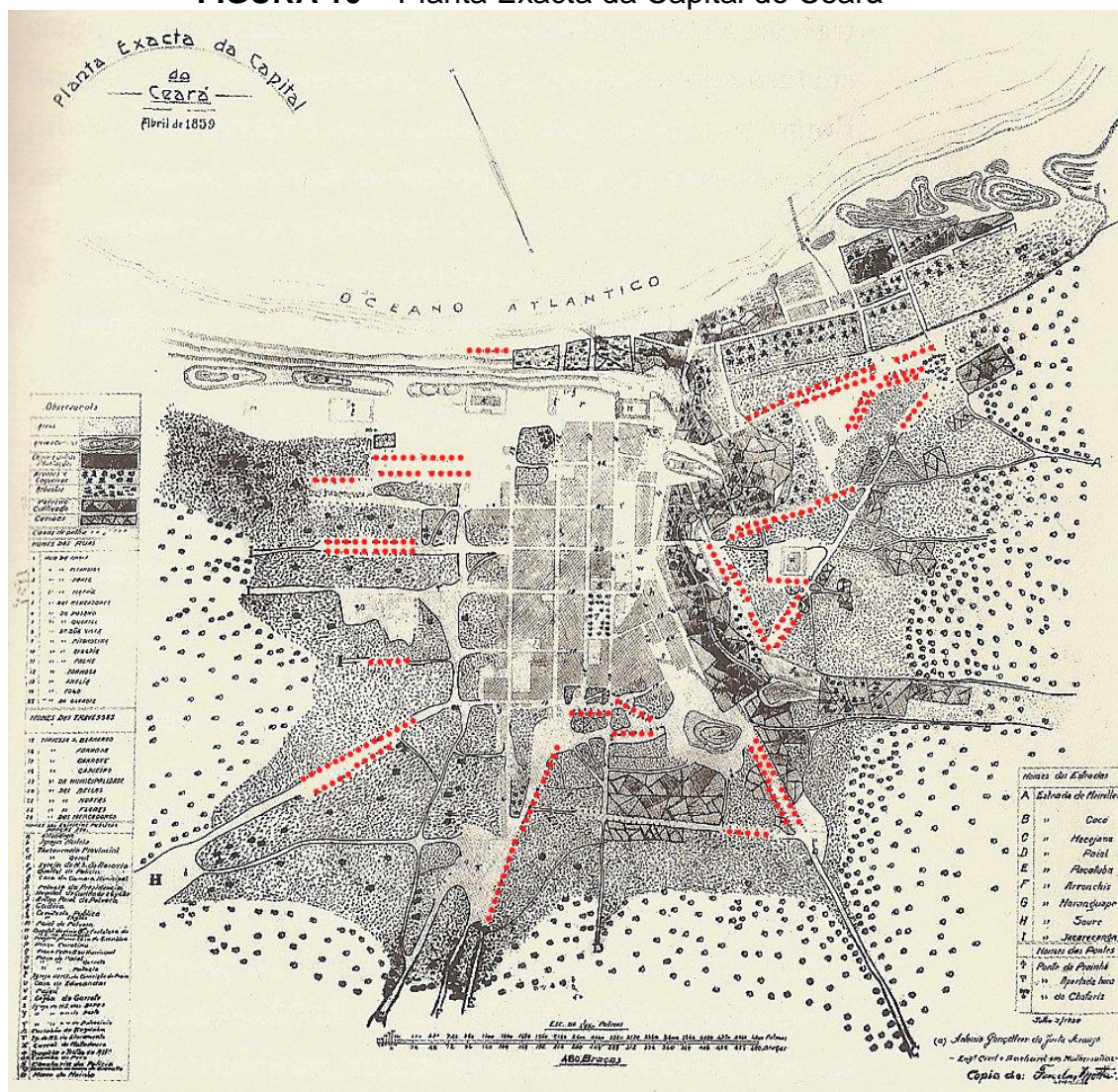
⁹⁶ Portaria de 26 de julho de 1852.

sanitarismo da cidade dedicava-se ao controle social das áreas mais precárias e, conseqüentemente, com maior número de palhoças e choupanas:

Essas ações começam pelos espaços públicos, para depois dar destaque às áreas pobres da cidade, pois existe a crença por parte desses especialistas de que a casa popular, no caso específico da casa de palha, constitui foco da epidemia.⁹⁷

Ao observarmos a *Planta Exacta da Capital do Ceará* (1859), realizada por Adolfo Herbster como um diagnóstico que seria base para o plano de urbanização da cidade, é possível notar a localização mais precisa das palhoças:

FIGURA 10 – Planta Exacta da Capital do Ceará



Fonte: Adaptado de Hebster (1859).

⁹⁷ ANDRADE, 1994 p. 4.

Destacadas em vermelho as casas de palha estavam dispostas nos arredores da pequena região arruada, ou seja, não faziam parte do circuito urbano, e apesar de não estarem isoladas da cidade, mantinham certo distanciamento como destaca a publicação oficial da prefeitura de Fortaleza de 1982:

Consoante a planta de Herbster, a cidade era totalmente circundada por “casas de palha” em número realmente impressionante. Ressalta-se, curiosamente que entre os circuitos das palhoças e a parte construída da cidade se desenvolvia uma cinta aparentemente despovoada, talvez constituída por sítios ou ruas por arruar, funcionando como uma espécie de cordão de isolamento social.⁹⁸

Os “circuitos de palhoças”, destacados pela publicação fazem referência a grande aglomeração desse tipo de moradia justamente nas regiões de saída da cidade, elas se dispunham ao redor das estradas de terra que levavam ao Coco, Mecejana, Paiol, Pacatuba, Arronchis, Maranguape, Soure e Jacarecanga. E a direita do mapa, circulavam o rio pajeú e o enorme “terreno cultivado”, como destacado na legenda.

A localização das palhoças fora do perímetro urbanizado fazia parte do projeto de planejamento urbano estatal, como aponta Thaís Oliveira Ponte:

A população mais pobre que não tinha onde morar era abertamente ignorada pelo Estado ou era expulsa de suas casas sem direito a nenhum tipo de reassentamento. Essa conduta adotada pelo Estado é característica do mecanismo de repressão/exclusão que procura excluir a população pobre para o mais longe possível das áreas mais abastadas da cidade, dispensando os conflitos sociais em torno da questão da moradia.⁹⁹

Mais tarde, na última planta feita por Herbster em 1888, é interessante perceber que com o avanço do plano de urbanização, as casas de palha dessa região somem, apesar da ampliação dos arruamentos ter seguido a organização que essas casas já se dispunham em 1852, o que pode denotar dois contextos: o de que a ampliação da malha urbana optou por respeitar as estradas de terra já existentes e ocupadas de maneira orgânica pela população habitante das casas de palha, ou que essas moradias mesmo antes do projeto de expansão da cidade respeitavam as delimitações feitas em um momento anterior por Silva Paullet.

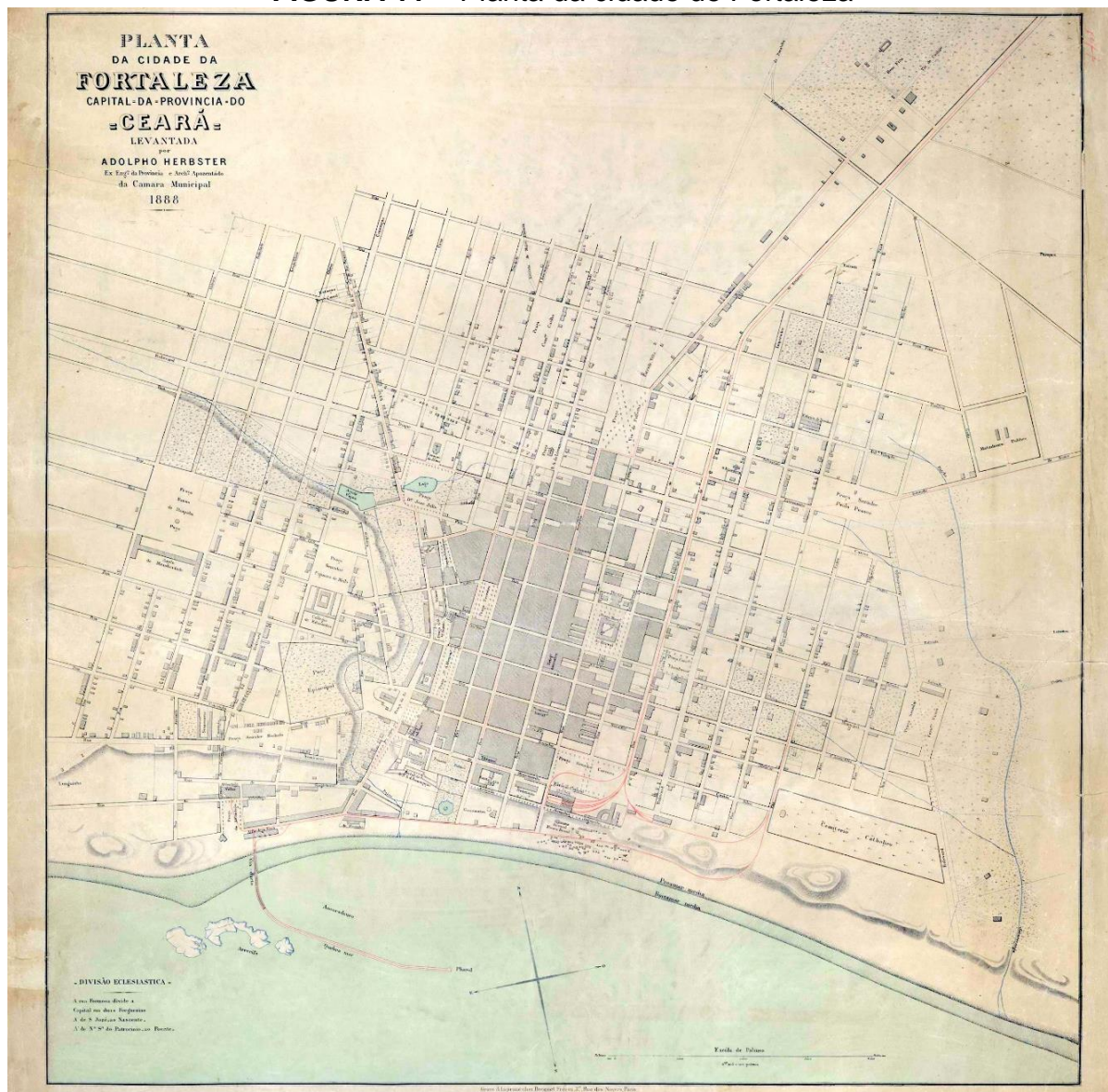
⁹⁸ DIÁRIOS OFICIAIS. Fortaleza: Prefeitura de Fortaleza, 1982. Disponível em: <https://diariooficial.fortaleza.ce.gov.br/>. Acesso em: 03 fev. 2023.

⁹⁹ PONTE, 2019, p. 6.

Nesse momento, o rio Pajeú ainda cortava a cidade e seus arredores ainda possuíam cultivos, mas as casas não aparecem na planta de 1988 e para isso existem duas possibilidades: elas não se enquadravam no projeto e, assim como o rio Pajeú, que teve contornos de quarteirões desenhados por cima do leito indicando o desejo de executar o aterramento do rio, a planta ignorou essas moradias e apenas sobrepôs como a disposição das casas deveriam ficar futuramente, já que se tratava de uma planta de planejamento.

Ou, ao longo dos 36 anos que separam as duas plantas, o antigo cinturão de casas de palha foi retirado do local e substituído por casas de alvenaria que melhor se enquadrassem na proposta urbana da Câmara Municipal:

FIGURA 11 – Planta da cidade de Fortaleza



Fonte: Adaptado de Hebster (1888).

De uma ou de outra forma, o fato é que as casas de palha não cabiam mais no projeto de cidade em execução. No entanto, o avanço urbano não significou o sumiço das casas de palha, pois como destacado anteriormente, a cada 200 moradias, cerca de 18 se tratavam de palhoças¹⁰⁰.

Dispostas no mapa, apenas a comunidade Moura Brasil, próxima a praia, permanece fora dos arruamentos, não sendo possível afirmar de que tipo de casas se tratavam, mas seguindo o padrão dos arrabaldes mapeados pelo Censo da Chefia de Polícia em 1887, um ano antes, o número de palhoças tendia a ser maior nessa região.

Essas casas, sendo minorias e constantemente atacadas pelo discurso estatal higienista, acabavam por sofrer represálias também por parte da população, pela qual se espalhou a visão de ordenamento social e controle das habitações.

Quem morava no perímetro urbanizado sentia-se incomodado com as palhoças que ainda resistiam, mesmo diante do crescimento da cidade, e usavam tanto dos discursos higienistas como das diretrizes para a construção de casas ou arruamentos para deslegitimar esse tipo de morada:

Um Aleijão na rua da Assumpção

Sr. Redactor,

Em proveito da serie de melhoramentos que digno sr. Prefeito Municipal de Fortaleza está pondo em prática, ousamos lembrar a sr. O aleijão que se nota ali na rua da Assumpção, á esquina da travessa conhecida por São Sebastião ou que melhor nome tenha.

Trata-se de uma casa de taipa, uma verdadeira arapuca esparramada e amarella, produzindo um abcesso na referida Travessa, de, mais ou menos, dois a trez metros de extensão.

Referida protuberância afeta muito não só aquella Travessa como a própria rua da Assumpção.

Por isso que a frente da casinha-aleijão fica naquella rua, e o “abcesso”, a que nos referimos, fica localizado no oitão que dá para a Travessa.

São duas vias publicas inutilizadas por effeito de um monstro de taipa.¹⁰¹
(Grifo nosso)

Na publicação da coluna “Queixas do Povo”, de 1928, o morador faz uma reclamação diante de um abcesso de dois a três metros na Travessa da rua da Assumpção. Esse problema, segundo o autor da queixa, se dá no “oitão”, na lateral da casa a quem ele responsabiliza pelo problema.

O que chama atenção, no entanto, é a forma como o morador se refere a casa de taipa, usando palavras pejorativas, como “aleijão”, uma deformidade, “uma

¹⁰⁰ CEARÁ, 1887.

¹⁰¹ O CEARÁ. Fortaleza: [s. n.], Ano 4, n. 1.026, 07 nov. 1928.

verdadeira arapuça esparramada e amarela”, e até “monstro de taipa”. Muito embora a queixa se deva ao fato de a via pública estar inutilizada pela protuberância gerada no chão e que provavelmente dificulta a passagem de pedestres e outros meios de locomoção, boa parte do texto é voltada para a culpabilização da habitação de taipa.

A forma como texto caminha não é o pedido de concerto do abcesso que inutiliza a rua que parece ser o foco do queixoso, mas a própria casa de taipa em si. Para ele a casa é uma deformidade e a causadora primordial do problema. E apesar de não explicitar isso de maneira nítida, provavelmente, seria do seu agrado que naquele lugar estivesse uma casa de alvenaria. A “serie de melhoramentos” feitas pelo então prefeito, também destacada na queixa, tinha incluída em seu bojo justamente o afastamento no perímetro urbanizado esse tipo de habitação.

Esse tipo de reclamação e cobrança partia principalmente das classes em ascensão, que com a intensificação da participação brasileira e cearense no comércio internacional, criou novos grupos de classes médias e altas, grupos esses que, alinhados as influências europeias, buscavam vigiar o processo de modernização de Fortaleza:

Com efeito, as noções de progresso e civilização tornaram-se eixos básicos dos discursos e práticas desses novos setores dominantes, autoproclamados como restauradores da situação de “atraso” em que o país estaria encerrado. Em torno desses conceitos tratavam-se vibrantes campanhas e renhidas lutas sobre como organizar o novo Brasil republicano, incluindo, entre outras, a questão da reordenação urbana.¹⁰²

Mas embora fossem as casas de palha constantemente o maior alvo dos discursos burgueses, pelo menos no que tange à questão da moradia, para a lógica urbana elitista não bastava apenas retirá-las do circuito urbano, era preciso minar todos os comportamentos que poderiam estar atrelados a não civilidade.

Sendo a urbanização também um artifício de diferenciação de classes, o problema da habitação acabava por se estender mesmo em residências de alvenaria, quando essas guardavam em seu interior formas de habitar incondizentes com a moralidade moderna, ligadas as classes baixas, como no caso das moradias coletivas.

¹⁰² PONTE, 2001, p.27.

3.2.2 O privado é interesse público: as moradias coletivas e cortiços

As moradias coletivas eram comuns para as camadas mais baixas nas principais cidades do Brasil. Em Fortaleza, serviam como uma forma mais acessível de morar em regiões centrais, com acesso a iluminação pública, aos bondes, ao lazer e ao trabalho, abrigando parte da população mais precarizada da cidade.

Normalmente se tratavam de vilas com vários quartos disponíveis onde os moradores compartilhavam os corredores ou pátio. As famílias, pelo baixo preço, tinham pouco espaço disponíveis, compartilhando um ou dois cômodos com todos os membros, com apenas uma porta e muitas vezes sem janelas. Mas não obstante, também poderiam ser casas ou sobrados com uma estrutura convencional, apenas com os cômodos divididos por famílias e alugados separadamente pelo proprietário.

No sobrado de número 10 da rua Conde D'eu, se achava uma moradia coletiva. Eram 20 moradores pertencentes a quatro famílias diferentes, muitos com profissões como jornaleiros e jangadeiros, e até uma meretriz¹⁰³.

Não era comum que sobrados abrigassem esse tipo de moradia, mas ao observar outros sobrados da cidade percebemos que, mesmo quando junto ao núcleo familiar principal, se essas moradias também abrigassem as famílias dos empregados, eles sempre estariam marcados como criados ou prestadores de serviços da casa pelo senso. Nesse caso, todos estão marcados apenas como moradores. Também nos chama atenção a falta de profissões com maior renda, capazes de gerir e manter um sobrado.

Apesar de detalhado em muitos aspectos, por algum motivo a chefia de polícia não registrava de maneira explícita as moradias coletivas no censo, fazendo-se necessário rastrear os indícios que nos levam a esses locais, que por serem mais acessíveis economicamente, eram extremamente procurados pelas camadas mais pobres que queriam permanecer dentro do circuito urbanizado de Fortaleza.

Ainda na rua Conde D'eu salta aos olhos um caso ainda mais explícito: uma casa com 101 moradores. Dentro do exorbitante número para uma moradia comum, 71 são jovens entre 13 e 16 anos que não possuem parentesco entre si e parecem morar separados de suas famílias, exceto por uma jovem de 16 anos que

¹⁰³ CEARÁ, 1887.

possui uma filha de 2 anos¹⁰⁴. Outro fato curioso é que esses 71 jovens estão todos sem profissão.

Não sabemos ao certo quem eram esses adolescentes, porque viviam distantes do seu núcleo familiar ou o que faziam para sobreviver no local, já que outros lugares que também abrigavam jovens da mesma faixa etária constavam sempre como “*lar de seminaristas*” ou “*marinheiros*”, levando a crer que nesse caso não se tratava de nenhuma dessas opções.

No entanto, os outros 29 moradores da casa dividiam-se entre barbeiros, foguistas, prestadores de serviços domésticos, carpinas, caxeiros, meretrizes e agricultores. Sendo estas profissões de baixo poder aquisitivo, supomos que se tratava de uma moradia simples e que possivelmente esses jovens, independentemente de sua origem, não possuíam grandes recursos financeiros para bancar os altos custos de um aluguel em melhores condições habitacionais, que se tratando de moradias coletivas eram muito mais acessíveis em comparação ao custo de uma casa maior e em boa região: “ali, presentemente, estão residindo, devido a crise de habitações em nossa capital, onde nem todo pai de família pode pagar 150\$, 180\$ e 200\$ por uma casa de duas portas em melhor local de Fortaleza”¹⁰⁵.

O trecho assinalado acima trata-se de uma queixa publicada no jornal O Ceará em 1928, onde o autor da carta pede ao poder público que controle as festas que aconteciam em um cortiço, por respeito as famílias que ali residiam e que não poderiam pagar por um lugar melhor.

O valor assinalado dos aluguéis de casas com um padrão mais elevado pelo queixoso é realmente alto. Até 1889 os menores salários giravam em torno de 25\$000 mensais, profissões mais estáveis como a de professora primária recebia 45\$000 e ofícios de maior prestígio, como o de professor secundário 167\$000.

É impreciso converter os valores entre 1889 e 1928 (ano ao qual se referem os valores de aluguel citados acima), já que mesmo considerando os índices inflacionários, uma conversão monetária dessa natureza nunca pode ser considerada exata. Mas se levarmos em consideração que mesmo em 1940, com o Decreto-Lei 2162, que institui o salário mínimo, este era de 240\$000¹⁰⁶, podemos

¹⁰⁴ CEARÁ, 1887.

¹⁰⁵ O CEARÁ, 7 nov. 1928.

¹⁰⁶ BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.162, de 01 de maio de 1940**. Institui o salário mínimo e dá outras providências. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1940. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/>. Acesso em: 07 mar. 2023.

chegar à conclusão que 150\$000, 180\$000 e 200\$000 em um aluguel eram valores extremamente altos para o trabalhador comum e inviáveis para os mais pobres.

Os altos valores seguiam uma lógica de especulação imobiliária própria do início do século XX, que juntamente com a crise econômica e a perseguição as casas de palha, ajudaram a classificar o ambiente urbano, sendo cada vez mais difícil manter-se dentro do perímetro arruado com uma baixa renda:

No início deste século, o processo de urbanização de Fortaleza produz um aumento do preço da terra e conseqüentemente e conseqüentemente disputa de grupos sociais por melhores localizações na cidade e entorno da valorização de suas rendas fundiárias.¹⁰⁷

Se considerarmos que entre 1857 e 1873 o Brasil passou por fortes crises econômicas e o valor da moeda, que seguia o padrão do ouro, e era diretamente impactado por fatores como a queda nas vendas do café como produto de exportação e as fragilidades do sistema de crédito, fazendo com que até depois da virada para o século XX a inflação continuasse a crescer; as moradias coletivas eram as mais acessíveis para quem estava na faixa do “salário mínimo”.¹⁰⁸

Com o avanço da urbanização, esse tipo de moradia tornou-se um alvo moral forte. Ao passo que as casas de palha eram repudiadas por não cumprirem com os parâmetros de higiene previsto pelas leis locais, as moradias coletivas eram comumente associadas a ambientes de depravação, crime, festas e comportamentos que não se alinhavam com a “civilidade” buscada:

Ali todas as noites faz-se sentir um desassocêgo terrível uma turumbamba dos diabos, um alarido infernal, que prejudicam as famílias pobres porém honestas que ali residem.

Varias vezes os joenaes desta capital teem publicado reclamações merecidas contra aquella inferneira de todas as noites, sem que, ate agora, tenha havido um paradeiro.

Pelo contrario, aquella numeroso cortiço cada vez mais fica assanhado, com o reboiço terrível das abelhas vadias controlados pela abelha mestra Maria Cafê que explora uma porção de infelizes em proveito próprio.¹⁰⁹

O referido cortiço se tratava de uma moradia coletiva localizada na rua Floriano Peixoto entre o edifício da Associação dos Merceeiros e a travessa próxima

¹⁰⁷ RUFINO, Maria Beatriz Cruz. **Incorporação da Metrópole**: centralização do capital no imobiliário e nova produção de espaço em Fortaleza. 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

¹⁰⁸ O salário mínimo só fora implementado em 1940. Aqui nos referimos aqueles que ganhavam menos, independentemente do decreto de lei.

¹⁰⁹ O CEARÁ. Fortaleza: [s. n.], Ano 3, n. 784, 22 jan. 1928.

a José Bonifácio, onde ficava localizado o quartel da polícia do Estado. O Cortiço pertencia a Maria Café, que alugava diversos quartos a famílias pobres.

O morador queixoso, se refere a Maria Café como a “abelha rainha” que lidera as festas que cotidianamente aconteciam em suas dependências e se vale do discurso de empatia com os moradores que precisavam dormir, mas que tinham seu sossego perturbado pelo ambiente:

E as famílias vivem sobressaltadas. A’ noite quando procuram descansar por meio de um somno reparador, são despertadas pelo barulho de gritos, de assuadas e ás vezes de tiros [...]

Urge um paradeiro áquellas diatiabes, áquellas brutalidades inomináveis que não podem ser justificadas em uma cidade que goza de fóros de civilizada.¹¹⁰

As festas, estavam dentro da lista de comportamentos inadequados e incivilizados para uma cidade que se pretendia moderna. E por isso, na carta o morador parece estar tão incomodado com a desordem. As queixas diante das moradias indesejadas seguem sempre o mesmo padrão, se valendo dos discursos higienistas e de ordenamento social pregados pelas elites e pelo poder estatal:

Insistir na importância de conceitos como “civilização”, “ordem”, “progresso” e outros afins – os correlatos como “limpeza” e “beleza”, e os invertidos tais como “tempos coloniais”, “desordem”, “imundície” etc. – não nos leva muito além da transparência dos discursos, da observação da forma como eles se estruturam e daquilo que eles procuram afirmar na sua própria literalidade, e através da repetição *ad nauseam*. O que se declara, literalmente, é o desejo de fazer a civilização europeia nos trópicos; o que se procura, na prática, é fazer política deslegitimando o lugar da política na história.¹¹¹

A obsessão com os padrões de civilidade europeus era forte marca da burguesia local, que se valia principalmente da inspiração francesa para seguir parâmetros bem delimitados na construção da paisagem. A disputa entre classes era também estética, com praças que seguiam as formas afrancesadas, códigos que destituíam a vestimenta padrão, estabelecimentos que, quando frequentados por freguesia burguesa, carregavam nomes em francês, ruas e casas que se alinhavam em quarteirões simétricos:

¹¹⁰ O CEARÁ, 22 jan. 1928.

¹¹¹ CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 35.

Os seguimentos modernizadores locais – prefeitos e jornalistas, entre outros- estavam informados e alinhados com as reformas urbanas ocorrida na Europa, sobretudo as da França e Inglaterra, países com os quais as cidades brasileiras mantinham mais contatos. Tal era o caso de Fortaleza que na época contava com a presença de capitalistas, técnicos e firmas inglesas e francesas.¹¹²

Hora valendo-se do discurso científico higienista, hora valendo-se das ideias de embelezamento, os alvos de maior perseguição eram sempre as moradias ocupadas pelas classes pobres. A estética e a paisagem construídas pelas elites intelectuais e políticas entravam diretamente em conflito com as ocupações populares, porque eram validadas pelas experiências de beleza e saúde do exterior, muito inalcançáveis e até incompreensíveis para o morador comum.

Mesmo que as moradias em tese se constituíssem de um espaço privado, quando nos referimos a crescente urbanização de Fortaleza, tudo parecia público, uma vez que em discurso e em lei, todas as armas eram apontadas para moradias coletivas e palhoças, que aos poucos se afastavam cada vez mais do núcleo central. Habitar Fortaleza entre o final do século XIX e início do século XX fora uma constante disputa de territórios e narrativas, mas sobretudo uma disputa entre que classes pertenciam a cidade.

A urbanização aqui, é percebida como uma consequência do avanço do capitalismo e da industrialização no espaço citadino, mas mesmo como um resultado, como um “efeito induzido”, é capaz de gerar uma realidade social própria.¹¹³

Como um resultado do sistema capitalista, a cidade em processo de urbanização, tem suas disputas pautadas na classe. Se vale de categorias próprias desse sistema como o trabalho, pauta a realidade prática e material dos indivíduos, incidindo em elementos como a moradia, delimitando e conduzindo o processo habitacional, e, por fim, chegando a espaços ainda mais singulares como o lazer e a cultura.

¹¹² PONTE, 2001, p.37.

¹¹³ LEFEBVRE, 2001.

4 CIDADE DE SENSAÇÕES

4.1 O lazer e as ruas

As ruas de Fortaleza nunca se configuraram apenas como um espaço de ir e vir. Apesar das pretensões urbanísticas serem a de tornar este espaço o mais socialmente limpo e ordenado, o que incluía esvaziá-lo o máximo possível de pessoas e suas expressões culturais, ao caminhar pelas ruas durante o dia era possível encontrar crianças brincando de futebol e subindo nas árvores e vizinhos sentados a calçada papeando sobre a vida¹¹⁴. Conforme a noite chegava, músicas invadiam a paisagem em diversos pontos da cidade, com os sambas, maracatus e congadas, celebrações típicas da população escravizada ou descendente¹¹⁵, além do batuque dos bares e bodegas, onde os moradores mais humildes se reuniam para consumir bebidas alcóolicas¹¹⁶.

No entanto, as mudanças socioespaciais propiciadas pelo avanço da modernidade e da urbanização entre o final do século XIX e início do século XX, trouxeram, dentre outras coisas, uma série de restrições atreladas a esferas do lazer. O planejamento urbano vinha fortemente aparatado nos Códigos de Postura que, por sua vez, versavam em vários artigos sobre os costumes e hábitos de lazer da população. Assim, para sanar os problemas de ordem social se reelabora o espaço público¹¹⁷.

O controle para fins de civilidade em Fortaleza desde muito já havia sendo pautado e usado por instituições como a polícia, mas são nos Códigos Municipais, que se desenham de maneira mais objetiva diretrizes em torno do lazer e das ruas. Sendo esses documentos amplamente utilizados e tendo o direcionamento implícito de

controlar a vida pública do operário e distanciá-los das influências negativas do "botequim", da greve e de contatos transgressores entre vizinhos, era

¹¹⁴ O CEARÁ. Fortaleza: [s. n.], Ano 3, n. 828, 14 maio 1928.

¹¹⁵ MARQUES, Janote Pires. **Festas de Negros em Fortaleza**: Territórios, sociabilidades e reelaboração (1871-1900). 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) - Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

¹¹⁶ O CEARÁ. Fortaleza: [s. n.], Ano 3, n. 843, 01 abr. 1928.

¹¹⁷ PECHMAN, Robert Moses. Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular. In: BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Imagens da Cidade: séculos XIX e XX**. São Paulo: ANPUH, 1994. p. 29-34.

combater a desordem sem jamais eliminar a possibilidade de contar com um vasto contingente de mão-de-obra disponível integralmente.¹¹⁸

Dessa forma, não era interessante para o aparato público livrar-se de todo o contingente de moradores indesejados, mas ordená-los diante da urbanidade, através dos códigos e das plantas, transformando suas experiências urbanas em potentes braços para a indústria, o que foi ainda mais reforçado com a passagem para o século XX e o alargamento da industrialização na capital, embora no período em apreço, essa industrialização fosse de escala ainda modesta para o tamanho da cidade, embora em gradativo crescimento. O controle do uso dos espaços públicos e mais potencialmente das ruas pelos moradores e trabalhadores já era evidenciado através dos códigos no que tange a moradia e a própria esfera do trabalho, e encontra ainda mais proibições e normas em tratando-se do lazer.

O controle dos códigos perpassa desde questões estruturais como a largura mínima das ruas e o ângulo dos cruzamentos, até normas de convivência, com a justificativa de “oferecer a mais ampla e conveniente disposição para o embelezamento, ventilação, salubridade e higiene da cidade e para o conforto e bem estar de seus habitantes.”¹¹⁹, como observamos no código municipal de 1932:

Art. 399 –E’ proibido, sob pena de multa de 20\$000:

1-Dar gritos á noite dentro das zonas central e urbana, depois das 22 horas, sem necessidade ou utilidade;

2- Discutir ou alterar em altas vozes nas ruas, praças, passeios ou casas de entrada publica;

[..]

4-Tocar ou ensinar musica, com pancadaria, depois das 23 horas, sem licença da Prefeitura, exceto nos locais permitidos.¹²⁰

As normas estabelecidas em 1932 contêm um artigo específico que aborda a questão do barulho. Essas normas demonstravam uma preocupação principalmente com a área central da cidade, onde a urbanização era mais intensa. O objetivo dessas normas era garantir a ordem e a civilidade, e, frequentemente, elas se concentravam em preservar os costumes nessas áreas centrais.

As regulamentações eram mais rigorosas à medida que a urbanização avançava. É interessante observar que a abordagem em relação a esse assunto era

¹¹⁸ ALVES, Marco Aurélio de Andrade; CARVALHO, Alba Maria Pinho de. As Marcas do Progresso: alguns códigos urbanos na cidade de Fortaleza dos séculos XIX e XX. **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 9, n. 17, p. 13-24, 2011.

¹¹⁹ FORTALEZA, 1932.

¹²⁰ *Id.*

utilitarista, enfatizando que os sons considerados desagradáveis eram aqueles que não possuíam "necessidade ou utilidade". Isso significa que ruídos relacionados ao lazer, como conversas, brincadeiras e festas, não eram permitidos de acordo com os códigos estabelecidos.

A transformação de Fortaleza envolvia a implementação de um estilo de vida disciplinado e adaptado às demandas da época, com foco nos espaços públicos e nas ruas como elementos centrais desse processo. Gradualmente, práticas que eram consideradas incivilizadas pela classe burguesa foram sendo restringidas por meio de leis em todos os locais públicos de convívio social da cidade.

Com a limitação das manifestações sociais em praças e ruas, que eram acessíveis à grande maioria da população, surgiram fortes divisões em relação ao que era considerado um lazer digno e civilizado, em contraposição ao que era percebido como desordem e tumulto, sendo as duas concepções fortemente demarcadas por fatores raciais, econômicos, de trabalho e espaciais.

A cidade do lazer passou a ser dividida em duas: o lazer privado dos chalés, cafés, cinemas e clubes, que cumpriam os requisitos do que era bem visto pelas elites e pelo aparato público. E as bodegas, botequins, sambas, congadas e outras expressões culturais de lazer que ocupavam as calçadas, praças, terrenos baldios e ruas com "*desordem*" e "*atentado a ordem pública*", termos fortemente repercutidos pelos documentos legais e colunas policiais dos jornais da época para enfatizar comportamentos incondizentes com as normas.

Os jogos de azar são um exemplo dessa conformidade, pois os estabelecimentos privados possuíam privilégios em relação aos jogos realizados nas ruas, que não conseguiam obter autorização legal para funcionar. Podemos observar isso a partir da resposta fornecida ao ofício enviado pelo senhor Julio Pinto a Intendência Municipal, que solicitava, com sucesso, que seu bar fosse uma exceção às proibições estabelecidas para os jogos:

Em resposta ao vosso officio n 993 desta data informo que até o presente apenas o Sr. Julio Pinto, com salão de bilhares no Café Caio Prado, sito no Passeio Público obtem desta municipalidade licença para manter salão de jogos onde são permitidos somente os de bilhar e dominó (lotto).¹²¹

¹²¹ FORTALEZA. **Ofício da Intendência Municipal**. Fortaleza: [s. n.], 2 de julho de 1913.

A obtenção da licença para o uso de jogos de bilhar e dominó, que eram proibidos na época, pelo Café Caio Prado não foi surpreendente. Os cafés de Fortaleza eram altamente valorizados e desempenhavam um papel essencial no embelezamento da cidade como estabelecimentos comerciais de prestígio, contando com a proteção do poder público. E esse dito prestígio aumentava ainda mais se esses estabelecimentos estivessem localizados em pontos embelezadores do centro, como é o caso do Passeio Público, onde o Café Caio Prado estava situado.

Um exemplo significativo da importância central dos cafés para essa lógica é a remodelação da Praça do Ferreira em 1920. Nela, havia quatro cafés localizados um em cada ponta da praça: o Java, o Comércio, o Elegante e o Iracema. Todos esses cafés foram construídos em estilo Chalé francês e atraíram a visita de renomados intelectuais, como Antônio Sales, Adolfo Caminha e Rodolfo Teófilo.

Em contrapartida, os jogos realizados em estabelecimentos mais humildes, que normalmente não possuíam um grande espaço para acolher todos os clientes internamente e acabavam gerando certa aglomeração de pessoas em torno das ruas onde ficavam concentrados, como é o caso da rua da Misericórdia, que a noite recebia uma série de pessoas interessadas em consumir bebidas, música e jogos, mas que ocupavam as ruas e não o interior dos estabelecimentos¹²², atraíam olhares mais críticos, onde parte da própria população cobrava para que fossem investigados e denunciavam, constantemente, aos veículos de comunicação da época, o seu funcionamento:

E' clamar no deserto esta nobilitante campanha que a imprensa de Fortaleza tem promovido contra a jogatina desenfreiada que campeia impunemente e desavergonhadamente em todo o Estado principalmente nesta capital.

Os antros, as espeluncas, continuam a funcionar com apoio franco da policia que se confessa coagida pelos politicoides da actualidade.

Ahi está, sr-redactor, o máximo expoente do desbrio desta gente que arrota prestígio politico por todos os poros e que á ultima hora, lança mão dos fósforos, dos jogadores, dos batoteiros para esta outra batota da eleição, não satisfeito da fraude, da compressão, do pneu de outras bellas de hortaliça da situação política actual.

Repressão a jogatina desenfreiada?!

- Só depois das eleições.¹²³

¹²² O CEARÁ, 01 jan. 1928.

¹²³ O CEARÁ. Fortaleza: [s. n.], Ano 3, n. 850, 11 abr. 1928.

A queixa acima, em caráter de denúncia, fala sobre como as jogatinas ocorrem de maneira ampla na capital e não são fiscalizadas pela polícia da maneira devida. Desta reclamação, é possível tirar duas conclusões: primeiramente, se as jogatinas acontecem de fato de forma “desenfreada” isso significaria que uma parcela considerável da população consome esse tipo de espaço e, provavelmente, não vê problema nos jogos que acontecem fora dos pubs e cafés, em locais proibidos. Tanto que, a vista grossa por parte dos políticos é atribuída pelo escritor da carta ao fato da proximidade das eleições, ou seja, os políticos não queriam se indispor e correr o risco de perder o voto dessa parcela considerável de moradores.

Por segundo, é notório que o hábito de jogar como algo malvisto tem uma localização precisa, “os antos, as espeluncas” são os substantivos utilizados para caracterizar esses lugares. Ambas as expressões, podendo ser relacionadas a espaços de lazer sem prestígio social ou requinte, onde permeiam comportamentos inaceitáveis e incivilizados.

A questão dos jogos figura uma das contradições dos conflitos em torno das práticas cotidianas de sociabilidade usadas pelas pessoas consideradas populares nas ruas e a esfera do direito à cidade, do direito à uma vida urbana em sua plenitude não restrita ao espaço privado, uma vez que a valorização do espaço privado em relação ao espaço público é própria da elite do período, acabando por destinar o uso pleno do espaço urbano apenas para uns em detrimento de outros¹²⁴. Por uso pleno, no entanto, se entende o caminhar livremente, pois mesmo os lugares pensados para receber trocas sociais, são também dotados de limitações:

As edificações cuja finalidade precípua é permitir o movimento, a troca, o intercâmbio – cinemas, cafés, o mercado de ferro, a estação ferroviária. Antes de mais, constituem lugares de passagem, concebidos não para a fixidez, o abrigo e a contemplação (a exemplo dos monumentos públicos, residências e igrejas), e sim projetados de molde a intensificar os fluxos, difundir comunicação, acelerar a circulação, multiplicar a errância urbana.¹²⁵

Se os espaços “permitidos” são elaborados para uma comunicação e trocas sociais aceleradas, os estabelecimentos mais populares, onde se aglomeram pessoas na calçada e nas ruas, sem uma fachada afrancesada, não sendo elaborados pelo aparato estatal e muitas vezes não estando de conformidade a ele,

¹²⁴ LEFEBVRE, 2001, p.108.

¹²⁵ SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. Volteios da letra nas memórias urbanas. **Trajeto Revista de História UFC**, Fortaleza, v. 5, n. 9/10, p. 53-65, 2007. p. 58.

ferem inevitavelmente a preocupação vital do processo de urbanização diante do espaço da rua, a pretensão de que essas ruas se configurem apenas como um espaço de circulação de pedestres que vêm e vão, e não como um espaço de construção do lazer e das sociabilidades.

Dentro dessa perspectiva, o Código de Posturas de 1865 traz alguns apontamentos que versam sobre a utilização de animais nas ruas. Estava expressamente proibido “*equipar-se ou correr a cavalo ou em burro pelas ruas...*”; “*conduzir-se magotes, de gado vacum, cavalari, e muar pelas ruas desta cidade*”. A restrição da utilização de animais é uma tentativa de tornar a cidade “livre” para os transeuntes que desejavam passar pelas vias urbanas:

A condução de animais é prática comum em Fortaleza, no entanto, os planejadores começaram a condenar este tipo de conduta tendo em vista que o espaço público começava a ser organizado para permitir o trânsito dos indivíduos. Nesse sentido as vias deveriam estar livres para “caminhar seguro” do “ir e vir” entre os municípios.¹²⁶

Mas além disso, ter a utilização de animais como alvo, também é um demarcador e um controle do lazer direcionado a pessoas pobres, principalmente ao contingente que carregava hábitos rurais ou considerados “matutos”. O que observamos é uma inconformidade entre uma cidade que se pretende civilizada e moderna aos moldes coloniais e uma cidade ainda não colonizada, que carrega traços de selvageria, rebeldia e falta de modos, de acordo com o pretendido pelo avanço da urbanização. Como aponta Franz Fanon: “*O mundo civilizado é um mundo cindido em dois.*”¹²⁷, onde coexistem os dois tipos de experiências:

A zona habitada pelos colonizados não é complementar da zona habitada pelos colonos. Estas duas zonas se opõem, mas não em função de uma unidade superior. Regidas por uma lógica puramente aristotélica, obedecem ao princípio da exclusão recíproca: não há conciliação possível, um dos termos é demais. A cidade do colono é uma cidade sólida, toda de pedra e ferro. É uma cidade iluminada, asfaltada [...] Pés protegidos por calçados fortes, enquanto que as ruas de sua cidade são limpas, lisas, sem buracos, sem eixos. [...] A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a cidade negra, a cidade médina, a reserva, é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados. Aí se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa o quê. É um mundo sem intervalos onde os homens estão uns sobre os outros, as casas umas

¹²⁶ ALVES; CARVALHO, 2011, p.15.

¹²⁷ FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005. p.28.

sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz.¹²⁸

Essa contraposição, embora o processo de urbanização em capitais como Fortaleza tenha tendido a maior fluidez e porosidade entre essas ditas 'zonas', nos fornece artifícios para compreender que urbanizar, então, está em grande parte relacionado ao restringir, cercear e podar experiências não coloniais, muito embora não seja possível livrar-se por completo delas.

Busca-se então, uma série de artifícios para delimitar o espaço da civilidade e não civilidade, onde algumas demarcações sociais, alguns elementos imprescindíveis vão ser um alvo expressamente mais perseguido pelo aparato estatal. Aqui, abordaremos dois desses elementos: o consumo de álcool e as festas de negros¹²⁹.

4.1.1 O lazer de corpos negros

Um dos maiores alvos estatais no que tange a esfera do lazer entre 1862 e 1932, foram aqueles praticados por corpos negros. Podemos entendê-los por dois vieses: o lazer realizado por cativos até 1884, ano em que foi abolida a escravidão no Ceará, que eram expressamente proibidos em lei, e aquelas manifestações culturais que se perpetuaram ao longo das décadas como uma manutenção da memória e da cultura do povo negro cearense, que mesmo depois da abolição foram alvo de perseguição e preconceitos.

No período anterior à abolição, quando a escravidão estava em declínio como importante pilar econômico no Ceará, tanto os negros livres quanto os cativos encontravam nos espaços públicos o principal ambiente para se divertirem. O lazer cotidiano, em parte, não necessariamente se relacionava a celebrações, mas sim a atividades mais comuns, como conversas e bate-papos informais. Contudo, todas essas formas de lazer que envolviam os escravizados eram frequentemente proibidas, como destacado por Janote Pires em referência ao Código de Posturas de 1865:

prever multa aos comerciantes que permitissem jogos ou reuniões de cativos [...] Também proibía gritos e "vozerias" que incomodassem os

¹²⁸ FANON, 2005, p.28.

¹²⁹ MARQUES, 2008.

habitantes [...] para tudo isso, previam-se multas. Se o multado fosse escravo, o responsável pelo pagamento era o seu senhor.¹³⁰

O termo vozerias, empregado no código, descreve um comportamento barulhento. A palavra "vozeria" deriva do substantivo "vozeria", que se refere ao ato de falar ou gritar em voz alta, geralmente em um tom tumultuado ou caótico. Essa expressão é usada para descrever situações em que várias pessoas estão falando ao mesmo tempo, criando um ambiente ruidoso e desordenado.

No contexto do código, o termo é usado de forma pejorativa para descrever um comportamento descontrolado ou desrespeitoso, muito embora, a interpretação do termo possa variar de acordo com o contexto e o local onde é usado. As "vozerias" podem ser vistas como uma manifestação saudável de entusiasmo e alegria, assim como podem ser consideradas como um incômodo ou uma perturbação.

A multa pela "perturbação" designada aos senhores no caso de escravizados acabava por forçar esses sujeitos a tornarem as rédeas ainda mais curtas para seus escravos, já que teriam que pagar pela falta de "controle" que tinham sob os comportamentos e rotina dos mesmos, ou até inflamar castigos mais violentos para aqueles que ousassem sair e infringir o código que lhe traria uma dívida.

Cinco anos mais tarde, em 1870, 14 anos antes da abolição da escravidão no Ceará, o Código de Posturas mais uma vez versava sobre o encontro de negros, dessa vez, dando maior ênfase as reuniões despretensiosas e não ao barulho em si, ou seja, reforçando que o proibido não seria, nesse caso, necessariamente o barulho, mas o lazer propiciado pelo encontro de corpos racialmente marginalizados, que ocupavam principalmente estabelecimentos de porta para rua:

Art. 72. E' prohibida a reunião de escravos, filhos de familias, famulos ou creados nas lojas, tavernas e calçadas, por mais de 15 minutos, para qualquer fim; sob pena de 20\$000 rs. de multa ao dono da casa, em que se fizer a reunião.¹³¹

¹³⁰ MARQUES, 2008, p.51.

¹³¹ FORTALEZA. **Resolução nº. 1365, de 20 de novembro de 1870**. Approva o codigo de posturas da camara municipal desta capital. In: Colleção de Leis da Provincia do Ceará no anno de 1870. Fortaleza: Typ Cearense, 1870. p. 79.

Neste trecho, é estabelecida uma proibição específica. Fica proibida a reunião de escravos, filhos de famílias escravas, servidores domésticos, (“famulos ou creados”) em determinados locais, como lojas, tavernas e calçadas, por um período superior a 15 minutos. Essa proibição é válida independentemente do motivo ou propósito da reunião. O artigo também estabelece uma consequência em caso de descumprimento dessa proibição. Caso ocorram, o dono da casa (proprietário do estabelecimento ou local onde a reunião acontecer) será responsabilizado.

É relevante notar a ênfase na tipificação dos locais mencionados no documento. As reuniões não ocorrem em qualquer lugar, mas o texto estabelece nitidamente que são nas lojas, tavernas e calçadas que tais encontros têm lugar. A característica comum a esses locais é a ausência de um ambiente fechado e restrito, uma vez que eles se encontram nas ruas da cidade, espaços públicos de circulação.

É importante frisar que os corpos negros não são vistos como civilizados ou assimilados à cultura da cidade, apesar de constituírem parte essencial da estrutura urbana. A presença de escravos reunidos não é considerada uma cena agradável nas ruas, deixando uma impressão negativa. Esses espaços públicos não foram concebidos levando em conta a presença dessas pessoas. Dessa forma, os estabelecimentos que ousam acolher esse tipo de público, que por escolha ou limitações econômicas e de legislação não têm a capacidade de frequentar espaços internos mais refinados, são responsabilizados.

Nota-se, portanto, que o texto aborda de maneira formal a segregação social presente na época, onde, se seguissem a lei, as reuniões de escravos e negros livres eram restringidas a espaços públicos ao ar livre, com a imposição de multas aos proprietários de estabelecimentos que abrissem as portas para recebê-los.

Para além dos encontros casuais entre pessoas negras, existiram também durante todo o recorte temporal aqui trabalhado, as festas de negros, organizadas a fim de celebrar festejos africanos, e preservar a memória e ancestralidade de seu povo. Janote Pires ressalta que as festas de negros, não se restringiam a pessoas negras¹³², embora fosse possível observar o protagonismo na organização e interpretação em todos os festejos, a participação era livre e muitos

¹³² MARQUES, 2008, p.14.

moradores, brancos ou mestiços, principalmente os pobres, participavam como espectadores e aproveitavam a música para consumir bebidas alcóolicas e festejar.

Dessa maneira, os congos eram a principal expressão festiva fortalezense no sentido aqui empregado. Eram realizados principalmente durante o mês de dezembro e início de janeiro, aproveitando os recessos dos festejos natalinos e de ano novo, onde a cidade se encontrava em um ritmo um pouco menos acelerado. Organizados pela Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Fortaleza, tratavam-se de um teatro representando a coroação do rei e rainha do Congo, na África, mas também podiam ser uma apresentação dos “autos de rei Congo”, onde o ator ou atores, recitavam um texto dramático, de caráter alegórico ou religioso, representando cenas específicas da história da coroa do congo, afim de perpetuar ensinamentos e valores a plateia.

Os congos eram sempre encenados em espaços abertos como praças e terrenos baldios, mas para acontecerem, precisavam de uma autorização concedida pela polícia, que cobrava uma taxa para a liberação do documento. Conforme o século XIX chegava ao fim, e com a abolição, os Congos foram cada vez mais reprimidos pelos órgãos públicos, que pressionados por parte da população, concediam cada vez menos autorizações para as suas realizações:

As associações de festas populares à baderna e à desordem, bem como o preconceito contra práticas de raízes africanas (congos, sambas, bumba-meu-boi), motivaram a iniciativa pessoal de alguns chefes de polícia (muitas vezes pressionados por parte da elite local) para reprimirem tais manifestações.¹³³

O sentimento de repulsa por parte das elites em relação aos festejos negros acabou por trazer um certo esvaziamento dos mesmos. Na virada do século XIX para o século XX, só restavam dois grupos de congos acontecendo de maneira regular e aprovada pela polícia, sendo eles organizados, respectivamente, por João Ribeiro, em um terreno baldio, e pelo açougueiro e pedreiro João Gorgulho, na praça de Pelotas¹³⁴. João Gorgulho, aliás, é citado em um dos textos do memorialista Otacílio de Azevedo, que relembra as celebrações em meados do século XX:

¹³³ MARQUES, 2008, p.74.

¹³⁴ BARROSO, Oswald. **Reis de Congo**. Fortaleza: Ministério da Cultura, Museu da Imagem e do Som, 1996.

Ainda hoje me recordo a figura principesca que fazia, naquele esplêndido meio, o Gorgulho, um simples analfabeto pedreiro que residia na minha rua. Vestido na roupagem de seda colorida, cheia de fitas e arabescos, minúsculas lantejoulas, vidrilhos e brilhantes pedrarias, pavoneava-se e aparecia ao público com gestos de um verdadeiro rei.¹³⁵

Esses festejos ressignificavam o olhar sobre os corpos negros, os dotando de poder e imposição. Se no dia a dia uma simples conversa poderia ter restrições de tempo ou ser considerada baderna e incômodo aos demais cidadãos, são nos congos que negras e negros encontram espaço para exercer a humanidade em sua plenitude. Não precisavam diminuir a sua presença para agradar a urbe “e todos sentiam-se diminuídos por aquela grandeza”¹³⁶.

O olhar de memorialistas sobre as festas de negros, nos trazem pistas para um aspecto fundamental. Muitas vezes lembradas com nostalgia, a sociabilidade e lazer de corpos negros apenas são toleradas na urbanização em celebrações específicas, e ainda assim, cada vez mais restritas conforme a crescente urbanização avança em leis e códigos. Dessa maneira, também podemos ressaltar que os sentimentos gerados em torno das festas, poderiam ser diversos e nem sempre positivos:

O maracatu é mais apavorador do que grotesco. Ao avistá-lo, os meninos correm, gritando com medo, escondendo-se nas casas (...). Na vida brasileira, vão morrendo vagarosamente todas as tradições da escravidão. Foi-se o rei do congo e desapareceram “reisados” e “candomblés”. O “cordão” e o “maracatu” serão, talvez, as últimas que desaparecerão porque o entusiasmo carnavalesco do povilêu ainda lhe dará vida nos últimos estertores da raça que produziu e que a comunidade dia a dia absorve¹³⁷

A crônica carioca de Gustavo Barroso, lamenta o desaparecimento das tradições e festejos de matriz africana com o passar do tempo, mas embora a lembrança gere certo sentimento nostálgico, e admita que em parte, a cultura afro-brasileira esteja inserida em nosso dia a dia, o autor também ressalta o medo que as “tradições da escravidão” geravam nas crianças. Esse sentimento, no entanto, não era restrito aos mais jovens, aos meninos, mas vinha de classes sociais que continuaram, por décadas a observar os costumes de negros como um outro estranho, que apesar de habitar o mesmo espaço, não faz parte dele, transitando

¹³⁵ AZEVEDO, Otacílio de. **Fortaleza descalça**: reminiscências. 2º ed. Fortaleza: UFC; Casa José de Alencar, 1992. p. 62.

¹³⁶ *Id.* p. 63.

¹³⁷ BARROSO, Gustavo. **Ideias e palavras**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro & Maurillo, 1917. p.51.

*“entre o preconceito, o estranhamento, a nostalgia e a responsabilidade de se restringirem as manifestações das “raças inferiores”, condenadas ao desaparecimento e esquecimento.”*¹³⁸

Ao fim, a questão em torno das proibições do lazer de negros, antes e após a abolição, são um reforço bem delimitado de quem teria o direito irrestrito de gozar dos prazeres da cidade. Se *“todo o conjunto de suas festas, rituais e práticas habituais são postos na ilegalidade”*¹³⁹, podemos concluir que são os corpos negros que não se encaixam na urbe e não o contrário. O lazer, em suas mais variadas formas, não é um problema para as ruas da cidade, mas quem tem o pleno direito de o exercer, isso sim é uma questão.

4.1.2 Cidade Bohemia ou cidade desordenada?

À medida que a cidade expandia, os desdobramentos sociais dessa expansão eram inúmeros. O habitante cidadão, primordialmente identificado como um trabalhador, viu emergir uma nova ética de trabalho, acompanhada por uma variedade de comportamentos distintos. Gradualmente, práticas antigas, como o consumo de bebidas alcoólicas, foram se tornando foco de debates abrangentes. O que outrora representava uma fonte corriqueira de diversão, entretenimento, alívio e lazer passou a ser percebido de maneira diferente pelas autoridades urbanas.

O consumo de bebidas alcoólicas passou a suscitar preocupações de cunho científico. Em contraposição à antiquada crença de que o álcool possuía a habilidade de combater males como azia, miasmas e micróbios¹⁴⁰, surgiu a apreensão de que tais substâncias pudessem desencadear ou agravar doenças. Além disso, tais bebidas afastavam os trabalhadores de suas trajetórias, representavam uma violação das normas de conduta civilizada tidas como essenciais para o bem-estar urbano e tinham o potencial de atrair indivíduos rotulados como "vadios", "ébrios" e ociosos.

No entanto, os efeitos não se restringiam apenas à esfera da produtividade. O consumo excessivo de álcool também podia fomentar a ociosidade,

¹³⁸ MARQUES, 2008, p.58.

¹³⁹ SEVCENKO, Nicolau. Modernidade, cultura popular e táticas de preservação na alvorada republicana. **Revista de História**, São Paulo, n. 148, p. 205-220, 2003. p. 207.

¹⁴⁰ GIFONI, Luciana *et al.* **Cantares Bohêmios**: Ramos Cotôco. Fortaleza: Laboratório de Estudos da Oralidade; Museu do Ceará, 2006. p. 111.

uma vez que a atração pelo ato de beber frequentemente desviava os trabalhadores de seus compromissos, resultando em um estado de apatia e baixa produtividade:

A preocupação com o consumo de bebidas alcólicas e sua associação a patologia e ao crime é uma peculiaridade urbana. Foi no espaço da cidade que circulou os ideais antialcoólicos em prol do trabalhador sóbrio e produtivo, e da boa ordem do corpo social.¹⁴¹

A inquietação em relação ao consumo de bebidas alcoólicas e sua conexão com problemas de saúde e atividades criminosas apresenta-se como um traço distintivo das áreas urbanas. Foi no contexto das cidades que os princípios antialcoólicos ganharam circulação, destacando a importância do trabalhador sóbrio e eficiente, bem como da harmonia dentro do tecido social.

No entanto, essa visão estava longe de ser uma realidade tangível para grande parte dos trabalhadores. Muitos deles encontravam-se frequentemente imersos em estados de embriaguez durante suas jornadas laborais. Em algumas situações, o consumo de álcool tornou-se um hábito tão arraigado que se repetia quase que mecanicamente, de maneira cotidiana. Em outros casos, o álcool servia como uma espécie de âncora, ajudando-os a suportar as demandas extenuantes do trabalho árduo ao qual eram submetidos.

Essa prática, embora prejudicial para a produtividade e saúde, constituía uma forma de enfrentar as adversidades do cotidiano laboral, como no trecho destacado da obra do memorialista Otacílio de Azavedo nos aponta: *“Cruzavam-se nas ruas os estranhos carregadores. E quando, cansados ou bêbados, descansavam a barrica nas calçadas ou num providencial batente que lhes servisse de apoio...”*¹⁴²

Na crônica “Os Carregadores de Quimoas” do memorialista, a normalização do consumo de bebidas alcoólicas por parte dos carregadores de quimoas é notável. As quimoas eram recipientes feitos de madeira onde eram armazenadas as fezes dos moradores, recolhidas de porta em porta pelos carregadores no período anterior a implementação das fossas. Nesse relato, não se lança questionamento sobre a condição desses trabalhadores, que frequentemente se encontravam em um estado de embriaguez tão profundo a ponto de precisarem

¹⁴¹ COSTA, Raul Max Lucas da. **Tensões Sociais no Consumo de Bebidas Alcoólicas em Fortaleza (1915-1935)**: trabalhadores, boêmios, ébrios e alcoólatras. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009. p. 14.

¹⁴² AZEVEDO, 1992, p. 129.

interromper suas atividades para descansar. Pode-se conjecturar que, dada a natureza desagradável da tarefa que desempenhavam, o "mau hábito" de estar embriagado fosse considerado quase esperado ou mesmo compreensível.

No entanto, essa realidade não se restringia unicamente aos carregadores de quimoas. Em toda a cidade, diversos trabalhadores que atuavam informalmente ou sob condições precárias encontravam-se frequentemente alcoolizados enquanto desempenhavam suas atividades. Um exemplo notório são os carroceiros, cujas ocorrências de condução de carroças por indivíduos embriagados eram quase que diariamente registradas nas páginas policiais. No ano de 1928, o jornal "O Ceará" trouxe uma notícia na coluna "Na Polícia e nas Ruas" sobre um incidente envolvendo Francisco Bezerra de Almeida, um carreteiro de 34 anos, residente na rua do Cauhye, cuja chapa de identificação era o número 489.

Embriagado, perturbava a ordem

[...]

Domingo último, á tarde, referido carregador meteu-se em terrível carraspana, nessas condições dirigindo-se á rua São Luiz.

Com o juízo completamente transtornado, o nosso heroe queria pôr tudo em polvorosa, provocando a todos a quem encontrava, com serio prejuízo a ordem publica.

Aparecendo, porem, no momento, o guarda n. 1, Francisco Bezerra foi preso, sendo recolhido ao xadrez.¹⁴³

De acordo com o relato do jornal, o indivíduo estava provocando tumulto e perturbando todos os que encontrava na rua. Suas ações estavam causando sérios problemas para a ordem pública, pois estava perturbando a tranquilidade do local, o que acabou com sua prisão. Esse tipo de incidente ocorria com frequência e ao analisarmos mais detalhadamente, é perceptível a existência de uma característica marcante em relação ao olhar que o Estado e as classes elitistas tinham em relação ao consumo de álcool pelos trabalhadores.

Nesse contexto, pode-se identificar uma clara tentativa de segmentar de maneira distinta as práticas vinculadas ao trabalho e aquelas associadas ao lazer. O consumo de bebidas alcoólicas, de maneira notável, não estava intrinsecamente ligado às atividades laborais, sendo uma demarcação importante entre os domínios ocupacionais e recreativos.

Se o consumo de álcool estava associado ao lazer, então não era apropriado fazê-lo nos dias e horários designados para atividades produtivas;

¹⁴³ O CEARÁ. Fortaleza: [s. n.], Ano 3, n. 864, 27 abr. 1928.

contudo, nos dias e horários alheios a essas atividades, era essencial dispor de um espaço apropriado para tais práticas. Consumir bebidas alcoólicas não representava, segundo a perspectiva da urbanização, um costume que deveria ser incorporado ao espaço comum das vias públicas. Isso se dava pelo risco latente de minar o estabelecimento do princípio fundamental de mobilidade e circulação, que fundamentava o propósito das vias públicas.

Podemos notar que o lazer e o álcool eram vivenciados de maneira diferente nas classes sociais mais baixas, especialmente quando elas se reuniam nas ruas para interagir. A distinção entre essas classes e os locais frequentados pela elite, como os já mencionados pubs e cafés, é ainda mais evidente nesse contexto. Isso acontece porque o consumo de álcool era legalmente aceito nesses lugares de elite, mas não nas bodegas e botequins frequentados pelas classes mais baixas. Para a classe alta e os intelectuais, o álcool estava associado a uma ideia romântica de boemia. Porém, para as pessoas de baixa renda, o álcool tinha uma conotação negativa, relacionado a comportamentos desordeiros de trabalhadores.

Para lançar luz a essa questão, usaremos o caso de Agostinho Moniz, um sujeito conhecido pelos boêmios da cidade. Proprietário de um botequim que se localizava na rua da Praia, em frente a Alfândega, corriqueiramente estava envolvido em discussões, seja ele mesmo o autor das brigas ou sua clientela já embriagada, o que o fazia sempre aparecer nas páginas policiais dos jornais. Especialmente o mês de agosto de 1928 trouxe uma série de turbulências para Agostinho, que era mais conhecido pelo apelido de Augustinho da Porangaba. Nesse mês, ele foi destaque várias vezes nas notícias policiais.

Em um sábado, 28 de julho, dois portugueses estavam bebendo em seu estabelecimento. Um deles era Armando Antunes, de 26 anos, marítimo de profissão, e o outro era José Bernardino, vendedor ambulante de doces, com 30 anos. Por alguma razão infeliz ou por uma artimanha, José acabou consumindo uma quantidade excessiva de álcool e deixou a conta inteira para Armando pagar. Irritado com a situação, Armando sentiu desejo de agredir o amigo. Na quarta-feira seguinte, 1º de agosto, o nome de Agostinho apareceu nas notícias, envolvido em uma briga da qual sequer participou: "No último sábado, ambos saíram para passear à noite e

foram tomar uma boa quantidade de bebida no botequim do Sr. Agostinho, perto da Alfândega, resultando em uma bebedeira considerável."¹⁴⁴.

Após 29 dias da briga que levou o seu estabelecimento as páginas policiais, em uma quinta-feira, 30 de agosto, Agostinho estaria novamente na coluna “na polícia e nas ruas”:

Ante-hontem, á noite levando em sua companhia as mundanas de nome Rosa e Laura, derigiu-se a Porangaba, para desfrutar um passeio puxado a farra.

A'volta, com o cérebro a escaldar, por haver deglutido em demasia o liquido estonteante, quis fazer com que Laura tomasse igualmente com ele algumas tragadas.

Esta oppoz-se tenazmente a obedece-lo.

Ante tal resistencia, Augustinho encolerizou-se, descarregando, então, no rosto da meretriz, pesados murros.

Chegados nesta capital, a mundanna ofendida retirou-se para a residência, indo ontem mesmo comunicar o fato a polícia.¹⁴⁵

O texto relata um incidente onde Augustinho saiu à noite acompanhado por duas mulheres, Rosa e Laura, que são descritas como "mundanas", um termo que se refere a mulheres com um estilo de vida considerado socialmente desaprovado na época, muitas vezes associado à prostituição. Todos foram para Porangaba, região que estava fora dos limites de Fortaleza, de onde Augustinho era, para aproveitar um passeio e se envolver em diversão e entretenimento.

Na volta desse passeio, Augustinho, que estava nitidamente embriagado, com o "cérebro a escaldar" devido ao excesso de consumo de álcool, tentou convencer Laura a também “fumar algo com ele”, expressão que possivelmente se refere ao consumo de álcool, já que é também mencionada como "liquido estonteante" (algo que causa tontura ou confusão). Ao recusar firmemente a seguir a vontade de Augustinho, o mesmo descontou sua frustração física no rosto de Laura, desferindo socos fortes nela. Quando eles retornaram à Fortaleza Laura, que foi agredida, foi para sua residência. No dia seguinte, ela tomou a decisão de denunciar o incidente à polícia, possivelmente para buscar justiça ou para relatar o ocorrido como um crime.

Laura, Rosa, Armando e José talvez não se conheçam. Não foi possível encontrar indícios de que suas histórias estão interligadas por qualquer coisa além da cidade que habitam, e do consumo do álcool em suas histórias. No entanto,

¹⁴⁴ O CEARÁ. Fortaleza: [s. n.], Ano 4, n. 943, 01 ago. 1928.

¹⁴⁵ *Id.* Fortaleza: [s. n.], Ano 4, n. 968, 30 ago. 1928.

existe um fio condutor comum: o espaço das ruas. Elas são o grande delimitador de que perfil socioeconômico estampa em larga escala as páginas policiais dos jornais e são repleta pela polícia pelo consumo de bebidas alcólicas. As classes mais altas, que frequentavam os espaços privados, raramente eram mencionadas em matérias como essas, sendo um padrão encontramos personagens com profissões precarizadas ou médias e sujeitos marginalizados, moradores de regiões mais empobrecidas.

Possivelmente, os vexames causados pelo consumo excessivo de álcool também aconteciam nas camadas mais abastadas da população fortalezense, mas se tratando de ocorrências em espaços privados, que eram acessíveis e atendiam a essa parcela dos moradores, ficavam distantes das páginas policiais e do olhar público. As proibições eram direcionadas aos espaços públicos, e consequentemente, as classes pobres em sua maioria. A rua é a materialização mais eficaz do que se entende por espaço público e como Roberto DaMatta já alertava, o sentido da rua pode estar no centro da cidade ou em tudo o que está fora da redoma do lar e da casa¹⁴⁶. A rua pode ser a calçada, a praça ou o botequim, basta que alguém a enxergue dessa maneira.

4.2 A paisagem sonora das ruas em transformação

À medida que as transformações sociais, políticas e econômicas ganhavam impulso, as ruas da cidade, antes calmas e provincianas, se transformavam em cenários efervescentes, palcos de intensas disputas entre as diferentes camadas sociais que habitavam a urbe em franca expansão. Fortaleza crescia e se modernizava, as ruas se enchiam de vida, proporcionando um mosaico de experiências sensoriais que refletiam as tensões e os conflitos presentes na sociedade cearense. Nesse contexto, era possível perceber uma multiplicidade de vozes e aromas que dialogavam entre si, revelando as dinâmicas sociais que se desenrolavam na cidade:

Nela, cada sujeito desenvolve percursos, atitudes, práticas, afetos que, embora idiossincráticos em seus traços mais evidentes, reportam também, a crenças, valores e opiniões que tecem o mundo social. Todo e qualquer núcleo urbano, por sua capacidade mesma de agregar pessoas e abrigar atividades diversas, desencadeia inúmeras interações, favorece encontros

¹⁴⁶ DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987. p. 178.

inesperados, potencializa novas experiências sociais, fomenta a constituição de percepções singulares de tempo e espaço.”¹⁴⁷

As vias urbanas da cidade apresentavam um crescimento constante na interseção de inúmeras vivências, resultando em uma ampla gama de sensações distintas. À medida que se percorriam as ruas, os sentidos eram despertados e aguçados, uma vez que essas vias serviam como condutores de aromas e sons reveladores das complexas tramas sociais tecidas dentro desse cenário urbano. Ao longo do dia e da noite, durante os dias úteis e nos intervalos não produtivos, a localização geográfica e as manifestações de disparidades socioeconômicas, fossem elas vinculadas à escassez ou à opulência, cada uma dessas características contribuía para a formação de percepções singulares sobre o que era considerado prazeroso ou desagradável ao sentido humano.

Essas percepções, embora arraigadas na natureza inerente do ser humano como um animal sensorial, eram submetidas à avaliação crítica daqueles imersos na vida cidadina cotidiana. Essa avaliação estava intrinsecamente entrelaçada com perspectivas sociais estabelecidas, influenciadas por um discurso higienista que impregnava o imaginário coletivo da época¹⁴⁸.

Essa mentalidade higienista desempenhava um papel crucial na moldagem e na regulação dos comportamentos e do próprio espaço urbano. Essa visão filtrava e definia o que era considerado aceitável e ordenado na esfera urbana, impondo padrões de limpeza, comportamento e estética que ecoavam através das ruas e praças da cidade. Dessa forma, os sentidos humanos se viam não apenas guiados pelas experiências sensoriais, mas também pela filtragem e interpretação socialmente influenciada, que impelia os indivíduos a aderirem a normas e códigos pré-estabelecidos.

Em suma, as vias urbanas transcenderam sua função puramente física, tornando-se um cenário complexo onde múltiplas sensações e experiências se entrelaçavam. Essas sensações, influenciadas por fatores sociais e pelo contexto higienista, delinearam a maneira como os habitantes urbanos percebiam e

¹⁴⁷ SILVA FILHO, 2007, p. 53.

¹⁴⁸ RIBEIRO, Palmira Margarida Ribeiro da Costa; SANTOS, Nadja Paraense dos. O olfato como objeto de História: a estética dos cheiros. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 16., 2018, Campina Grande. **Anais eletrônicos** [...]. Campina Grande: UFG; UEPB, 2018. Disponível em: https://www.16snhct.sbhct.org.br/resources/anais/8/1545175831_ARQUIVO_TrabalhoPalmiraeNadja-rev.pdf. Acesso em: 21 out. 2023.

interagiam com o ambiente ao seu redor, criando uma tapeçaria sensorial que refletia as complexidades e os desafios da vida na cidade.

Os sentidos, em especial o olfato e a audição, se tornam vestígios da forma como a vida urbana corria em seu cotidiano. Sendo assim, fazia-se necessário os observar, regular e restringir. Muitas vezes, é possível observar os cheiros e o barulho como prova de comportamentos não alinhados a vida urbana civilizada média, em outras, as leis e códigos se utilizam dos odores e sons para traçar parâmetros, para criar uma mentalidade do que é ou não aceitável, que acabava por se enraizar de maneira extremamente naturalizada entre parte dos moradores que passam a controlar então os cheiros e os sons, os tornando uma pauta constante do dia a dia fortalezense, uma vez que *“para o povo, todo perigo se manifesta pelos sentidos”*¹⁴⁹.

Nesse contexto, se delineava a paisagem sonora das ruas de Fortaleza. Ao caminhar pelas vias movimentadas, os ouvidos eram inundados por uma cacofonia de sons distintos. O ecoar de passos apressados de comerciantes, trabalhadores e transeuntes se mesclava ao rumor constante dos veículos de tração animal que atravessavam as ruas de paralelepípedo. O apregoar dos vendedores ambulantes ecoava no ar, competindo pela atenção dos pedestres. O som dos ventos fortes do litoral se entrelaçava com o burburinho das conversas animadas, revelando a diversidade linguística e cultural daqueles que compartilhavam as ruas da cidade.

A paisagem sonora das ruas da pequena Fortaleza em expansão era um verdadeiro retrato das transformações sociais e urbanas que vivenciava. Ao longo da semana, dentro do perímetro urbanizado, os sons eram preenchidos pelos trabalhadores que iam e viam ou que exerciam suas funções nas ruas, pelo som do bonde e de outros transportes como as bicicletas. Aos fins de semana, algumas ruas tendiam a ficar mais silenciosas, já em outras, o ambiente era tomado pelas festas, sambas e pelo barulho das bodegas.

A mesma lógica pode ser empregada se pensarmos nos horários de um único dia: ruas como a da Misericórdia poderiam ir de uma madrugada silenciosa aos sons suaves da manhã, com os pássaros cantando e o começo das atividades diárias. Mas que se intensificavam à medida que as pessoas se dirigem ao trabalho

¹⁴⁹ CORBIN, 1987, p. 83.

e à escola, ou à estação de trem, que tornava essa via uma das mais movimentadas da cidade¹⁵⁰. A tarde, os ruídos de restaurantes, cantinas e áreas de almoço se misturam com o tráfego de pessoas, criando uma combinação de sons urbanos e sociais e à medida que o comércio fecha, há uma diminuição temporária na atividade da cidade antes do aumento nos deslocamentos da tarde, abrindo espaço para o barulho das atividades de lazer, como bares, sambas, botequins e entretenimento noturno em geral.

Em resumo, a paisagem sonora de uma cidade é dinâmica e evolui constantemente, refletindo as atividades, os horários e os padrões de vida das pessoas que a habitam. As variações entre dias úteis e não úteis, bem como os diferentes horários do dia, contribuem para a riqueza e diversidade dessa experiência auditiva urbana.

Nas primeiras décadas do século XX, a paisagem sonora noturna de Fortaleza ganhava um caráter peculiar. Entre os sons que emergiam das sombras da noite, destaca-se o característico ruído das máquinas de caça-níqueis, que tomavam o ambiente da cidade, embora fossem proibidas pela legislação vigente. Essas máquinas clandestinas, presentes em locais discretos, como bares e casas de jogos, emitiam um som metálico singular, composto por cliques e giradas de engrenagens:

Decididamente Fortaleza está transformada em um enorme antro de jogatina desenfreada.
Por todas as ruas e travessas da cidade ouve-se o zumbido das rodas e o barulho dos jogadores.
Joga-se ostensivamente por toda parte, tanto no centro da capital como nos subúrbios.¹⁵¹

Nesse trecho de uma queixa publicada no Jornal *O Ceará* em 1928, o autor está expressando uma crítica forte e negativa sobre a situação em Fortaleza, afirmando que a cidade se transformou em um local onde a prática de jogos de azar (jogatina) está ocorrendo de maneira intensa e sem controle. A palavra "antro" sugere um lugar escuro e imoral, e talvez por isso as pistas apresentadas pelo queixoso sobre a prática dos jogos estão relacionadas ao som, pois por serem as jogatinas proibidas, costumavam acontecer em locais mais reclusos, longe das vistas dos transeuntes.

¹⁵⁰ O CEARÁ. Fortaleza: [s. n.], Ano 3, n. 769, 05 jan. 1928

¹⁵¹ *Id.* Fortaleza: [s. n.], Ano 3, n. 842, 31 mar. 1928.

No entanto, mesmo que não fosse possível vê-las, os ruídos denunciavam sua prática "desenfreada", descontrolada e excessiva. A expressão "ouvir o zumbido das rodas" provavelmente se refere ao som das rodas de jogos de azar, como roletas, que giram durante o jogo. O "barulho dos jogadores" indica que as atividades associadas à jogatina estão sendo realizadas de maneira audível, possivelmente acompanhadas de vozes, conversas e emoções dos jogadores. Também se enfatiza que os jogos de azar estão ocorrendo de forma clara e evidente em todos os lugares da cidade, sem distinção entre o centro da cidade (área mais urbanizada e movimentada) e os subúrbios, mesmo que não seja possível vê-las, não estão sendo realizadas de maneira discreta ou escondida, mas sim de forma nítida e pública, o que afeta a moralidade e o ambiente da comunidade.

A presença das máquinas de caça-níqueis, mesmo que ilícitas, criava uma atmosfera sonora distintiva durante a noite, marcando um contraste com os sons diurnos da cidade. Os sons das jogatinas, clandestinamente presentes nas ruas de Fortaleza, traziam consigo a aura de práticas ilícitas. Era através dessa paisagem sonora que as noites fortalezenses revelavam uma faceta oculta da cidade, que se destacava apenas no espaço da noite, distante do horário comercial:

As mutações da paisagem podem ser estruturais ou funcionais. Ao passarmos numa grande avenida, de dia ou à noite, contemplamos paisagens diferentes graças a seu movimento funcional. A rua, a praça, o logradouro funcionam de modo diferente segundo as horas do dia, os dias da semana, as épocas do ano. Dentro da cidade, e em razão da divisão territorial do trabalho, também há paisagens funcionalmente distintas. A sociedade urbana é uma, mas se dá segundo formas-lugares diferentes.¹⁵²

Essa polifonia sonora, composta pelos diversos sons diurnos e noturnos da cidade, evidencia as transformações sociais e as disputas presentes na Fortaleza daquele período. Os sons das ruas refletiam não apenas as atividades cotidianas, mas também as dinâmicas sociais, econômicas e políticas que moldam o tecido urbano. Enquanto as mudanças estruturais da cidade dizem respeito às transformações físicas, as mudanças funcionais referem-se à maneira como os espaços urbanos são usados e percebidos pela população e as diversas paisagens sensoriais possíveis.

Geralmente, observa-se que as diversas percepções das paisagens sonoras por parte dos moradores estavam associadas a diferentes sistemas de

¹⁵² SANTOS, 1996, p. 76.

valores morais, que frequentemente divergiam entre si, provocando assim conflitos e debates de opinião. Não é surpreendente, portanto, que a seção "Queixas do povo" seja o espaço onde se encontram a maior concentração de referências ao ruído decorrente de práticas, predominantemente ligadas ao lazer, que resultavam em desconforto e perturbações nos jornais. Um exemplo emblemático é o caso da rinha de galos, uma atividade que ocorria na rua Major Facundo, e que frequentemente era mencionada nas queixas apresentadas:

Sr. Redactor,

Ainda uma vez vimos chamar providências das autoridades competentes contra o barulho ensurdecedor provocado pelos frequentadores da "rinha" que existe á Major Facundo, lado ímpar, depois do número 259.

Ali, sob um largo telheiro de zinco, todos os domingos surgem vários conflitos de língua e cacête, e, algumas vezes, de punhal e tiros de pistola, entre os torcedores do "gallo pedrez" e do "preto-urubu".

Acorrem dezenas de curiosos e o turumbamba torna-se medonho.¹⁵³

Uma rinha de galos é um tipo de atividade que envolve a competição entre galos domesticados, especialmente criados e treinados para lutar entre si. Nas rinhas de galos, os animais são preparados para o confronto, muitas vezes com treinamento rigoroso e cuidados específicos para aumentar suas habilidades de luta e agressividade. Os galos são colocados em uma arena ou ringue, onde são liberados para se enfrentarem. A luta ocorre até que um dos galos seja considerado incapaz de continuar ou desista. Em alguns casos, essas lutas podem ser até a morte do animal, embora regras e práticas possam variar.

O autor reclama que, todos os domingos, ocorrem conflitos intensos envolvendo palavras acaloradas e, às vezes, até violência física, incluindo brigas com cassetetes e, em algumas ocasiões, até o uso de facas e tiros de pistola. A situação atrai muitos curiosos, causando um alvoroço e um barulho ensurdecedor, o que o autor descreve como "turumbamba medonho". O queixoso faz um apelo enfático para que as autoridades tomem providências em relação a essa perturbação, insinuando que essa situação está causando desconforto e tumulto para os moradores locais.

No entanto, vinte e dois dias depois da publicação da queixa referente a rinha, o mesmo jornal publica uma resposta escrita pelo organizador do evento, o

¹⁵³ O CEARÁ. Fortaleza: [s. n.], Ano 4, n. 921, 06 jul. 1928.

senhor João Epiphanio de Carvalho, que defende a prática da rinha destacando o seu ponto de vista sobre os barulhos gerados pelos frequentadores do evento:

Ora, Sr. Redactor, muito tempo já faz que dois frequentadores da minha rinha, aliás por motivos alheios á briga de galos, tiveram forte rixa, sem nenhuma consequencia.

Pois bem, é sobre esse facto único que o aludido queixoso sempre se refere, pedindo espalhafatosamente rigoroso policiamento para a rinha referida [...]

Em todas as competições desportivas, quer seja no box, nas corridas de cavalos ou no foot-ball, a natural exaltação dos ânimos provocada pelo entusiasmo dos torcedores, origina frequentemente pequenas desavenças entre os mesmos, cousa que, aliás, acontece em todas as partes do mundo.¹⁵⁴

Em resumo, o trecho do jornal aborda que os barulhos referidos pelo queixoso anônimo sobre a rinha de galos, foram fruto de um incidente entre frequentadores da rinha, que não estava relacionado diretamente às lutas de galos em si. Para João Epiphanio a singularidade deste episódio, que rapidamente ganhou notoriedade entre os frequentadores do estabelecimento, atraiu a atenção do queixoso em questão. De maneira recorrente, esse indivíduo direciona o foco para esse acontecimento específico, empregando uma retórica que ressoa com urgência e veemência. É essa postura que o impulsiona a demandar com ostentação a aplicação de um policiamento mais estrito e inflexível dentro do ambiente da rinha.

Por conseguinte, o autor do texto, habilmente, amplia a discussão para incluir observações sobre como o entusiasmo dos torcedores pode levar a pequenos conflitos em várias competições esportivas. Ele traça paralelos valiosos entre as ocorrências passionais que frequentemente desencadeiam em desentendimentos, ele observa que essa intensa exaltação dos ânimos, resultado do fervor e entusiasmo dos espectadores, pode, de maneira não incomum, gerar conflitos de menor magnitude, o que para ele é naturalizado como um fato do cotidiano esportivo, não ficando restrito unicamente à rinha de galos, estendendo-se a outras esferas de competição esportiva, como o boxe, as corridas de cavalos e o futebol.

A resposta dada pelo proprietário da rinha é interessante na medida em que através dela podemos observar que uma passagem sonora agradável ou desagradável pode variar de acordo com interesses pessoais, local social e culturais. A interação desses elementos complexos permite que o cérebro humano

¹⁵⁴ O CEARÁ. Fortaleza: [s. n.], Ano 4, n. 940, 28 jul. 1928.

processe e interprete uma ampla variedade de sons, desde música e linguagem até os sons ambientais do dia a dia de formas completamente distintas, baseadas em percepções pessoais:

A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos. Por isso o aparelho cognitivo tem importância crucial na apreensão, pelo fato de que toda nossa educação, formal ou informal, é feita de forma seletiva – pessoas diferentes apresentam diversas versões do mesmo fato.¹⁵⁵

Logo, não é possível traçar uma linha nítida ou moral sobre a paisagem sonora de Fortaleza entre os séculos XIX e XX, uma vez que as múltiplas experiências citadinas poderiam ser percebidas através dos sons por todos os moradores ouvintes, mas os valores empregados, o incômodo ou prazer gerados pelos mesmos sons, não são os mesmos. Mesmo as fontes apresentadas, são apenas recortes de percepções possíveis, de onde podemos extrair narrativas e linhas de raciocínio que encontram de certa forma uma amplitude coletiva, mas que estão sempre deformadas pelas percepções pessoais:

A percepção é sempre um processo seletivo de apreensão. Se a realidade é apenas uma, cada pessoa a vê de forma diferenciada; desse modo, a visão – pelo homem – das coisas materiais é sempre deformada.¹⁵⁶

Dessa maneira, mesmo que haja uma única realidade objetiva, cada pessoa a percebe de maneira única e distintamente sua. Ou seja, quando observamos o mundo físico e as coisas ao nosso redor, essa observação não é uma representação completamente precisa da realidade. Em vez disso, nossa visão é influenciada por nossas percepções pessoais e subjetivas, que podem alterar ou "deformar" a maneira como interpretamos os objetos e eventos.

Logo, para pensar as ruas de Fortaleza através da dimensão dos sentidos, primeiramente é preciso admitir que a percepção humana é seletiva e subjetiva, influenciada por nossas experiências individuais e perspectivas pessoais. Para cada transeunte, existe uma visão das coisas materiais que muitas vezes não reflete uma imagem puramente objetiva, pois as predisposições e filtros perceptivos entram em jogo, moldando como é interpretado o mundo ao redor.

¹⁵⁵ SANTOS, 1996, p. 68.

¹⁵⁶ *Ibid.*

4.3 A paisagem olfativa

Os cheiros característicos das ruas fortalezenses eram uma mescla de odores sedutores e repugnantes, uma verdadeira sinfonia olfativa. No centro as flores dos jardins e as árvores das praças enchiam o ar com suas fragrâncias adocicadas, convidando os transeuntes a se deleitarem com a natureza em meio a efervescência urbana. No entanto, os odores dos detritos fecais não recolhidos, da sujeira acumulada nas vielas estreitas, das feiras populares e do matadouro, em que frutas e peixes se misturavam, assim como o forte odor de sangue, também se faziam presentes, criando um contraste marcante.

Os odores são uma percepção fundamental na construção das representações sociais e no estabelecimento de hierarquias na sociedade que se pretende moderna¹⁵⁷, uma vez que é o avanço do discurso modernizador presente nos processos de urbanização da França que posteriormente inspira a expansão de Fortaleza, que aos poucos pauta o que são bons e maus cheiros, o que Alain Corbin denomina de "*revolução olfativa*".

O conceito de "*revolução olfativa*" proposto por Corbin refere-se à transformação significativa na experiência sensorial do olfato ao longo da história, especialmente durante a transição do século XVIII para o XIX. Nesse sentido, a urbanização, a industrialização e as mudanças nos modos de vida durante esse período levaram a uma reconfiguração das percepções olfativas nas cidades. As antigas paisagens olfativas, muitas vezes caracterizadas por odores naturais e orgânicos, foram substituídas por novos aromas advindos da crescente presença de indústrias, esgoto urbano e aglomerações humanas. Essa mudança não apenas alterou a maneira como as pessoas experimentavam o ambiente urbano, mas também teve implicações sociais e culturais, influenciando as atitudes em relação à higiene, à saúde pública e à estruturação dos espaços urbanos.

Nas sociedades pré-modernas, o olfato desempenhava um papel fundamental na vida cotidiana, influenciando a forma como as pessoas se relacionavam, se orientavam e percebiam o mundo ao seu redor¹⁵⁸. Esse sentido era comumente utilizado para o diagnóstico de doenças, e muitos odores como o de fezes ou suor, poderiam ser até necessários para garantir certo controle sobre os

¹⁵⁷ CORBIN, 1987.

¹⁵⁸ *Ibid.* p. 83.

processos biológicos corporais ou para a ingestão segura de alimentos. Isso porque o olfato é um sentido muito mais animal que outros, processamos os cheiros em nosso sistema neurológico em frações de segundo e uma vez que, diferentemente de outros sentidos, não temos poder de escolha sobre ele, está presente no dia a dia quer queiramos ou não, seja com cheiros que consideramos socialmente como bons ou ruins:

Os sentidos da visão, do tato, do paladar e da audição são controláveis, o olfato não, ele é fugaz. Se o cheiro não é “filtrado”, ele precisaria, diante de um processo civilizatório que se esforçava para conter e disciplinar as emoções, ser equilibrado ou silenciado.¹⁵⁹

Pela falta de controle que os seres humanos possuem sobre este sentido, a ascensão da modernidade e o avanço da industrialização concentrou as energias na supressão e controle dos odores considerados indesejáveis. Na sociedade moderna, as mudanças olfativas foram amplamente influenciadas pelo higienismo. Com o crescimento das cidades, ocorreu uma padronização e homogeneização dos odores, os espaços públicos passaram a ser controlados e higienizados, resultando em uma redução da diversidade olfativa e na diminuição dos odores naturais do ambiente.

Fortaleza, que no século XIX estava fortemente influenciada pelo processo de urbanização francês, também passou a carregar em sua bagagem cultural e científica os odores como um fator demarcador dos espaços. Além de ruas alinhadas, com construções que seguiam os parâmetros arquitetônicos modernos, do comércio regulado, do controle desse espaço como vias de circulação, as vias também precisavam estar limpas, asseadas, arejadas e cheirosas. Esses eram os parâmetros básicos para uma rua com aspecto modernizado.

No entanto, algumas estruturas urbanas, principalmente aquelas ligadas ao comércio de gêneros alimentícios, não tinham como se adaptar à revolução olfativa e excluir os ditos maus cheiros. É nesse ponto que a urbe precisa remodelar-se para conseguir contemplar dois aspectos distintos: a manutenção da economia local e a satisfação olfativa da cidade. O maior exemplo dessa contradição do espaço urbano fortalezense é a construção e manutenção do matadouro público municipal.

¹⁵⁹ RIBEIRO; SANTOS, 2018, p. 2.

Um matadouro público do século XIX era uma instalação onde animais como gado, porcos e ovelhas eram abatidos e processados para a obtenção de carne e outros produtos de origem animal. Essas instalações eram de propriedade municipal e tinham como objetivo principal fornecer uma fonte regulamentada e controlada de carne para a população, além de garantir padrões mínimos de higiene e qualidade na produção de carne.

Em Fortaleza, a discussão em torno da construção de um matadouro público era uma resposta às preocupações crescentes relacionadas à saúde pública e segurança alimentar. Antes do surgimento dessas instalações, o abate de animais do Ceará era frequentemente realizado de forma desorganizada, em locais considerados inadequados e insalubres, como quintais e sítios dos produtores, o que poderia levar à propagação de doenças e contaminação da carne.

Além disso, o espaço do matadouro também garantia um maior controle sobre o processo de abate por parte das autoridades, que puderam impor padrões sanitários mais rigorosos. Isso incluía a inspeção dos animais antes do abate, a supervisão do processo de abate em si e a inspeção da carne resultante para garantir que estivesse em boas condições para o consumo humano, como podemos observar através da Resolução aprovada pela Câmara Municipal de Aracati, em 1848:

Art. 4^a Fora do matadouro publico só se poderá matar gado com licença da câmara municipal.

Art. 7^a No matadouro publico a custa da câmara municipal serão mortas as reses, e esartejadas com maior aceio, e limpeza, e depois entregues a seus donos que as poderão conduzir para onde lhes convier.¹⁶⁰

Esse artigo estabelece que no matadouro público, às custas da câmara municipal, os animais (no caso, "reses" se refere a gado) serão abatidos e desmembrados de maneira cuidadosa e higiênica. Após o processo de abate e esartejamento, as partes da carne resultante serão entregues aos proprietários dos animais. Estes proprietários têm o direito de transportar a carne para onde desejarem, indicando que o objetivo principal do matadouro público é garantir a qualidade e higiene do processo de abate, bem como o cumprimento das regulamentações municipais.

¹⁶⁰ Resolução nº 443 de 31 de julho de 1848. *apud* O CEARENSE. Fortaleza: Typographya Brasileira, n. 194, 16 out. 1848.

No entanto, apesar da intensão de tornar o abate mais higiênico e salubre, essas instalações eram frequentemente construídas em áreas urbanas, próximas aos mercados e centros de consumo, para facilitar o transporte e a distribuição da carne fresca. O que em cidades como Fortaleza, em que o comércio e as moradias coexistiam sem um limite físico nítido, ao longo do tempo, acabou por fortalecer as críticas devido aos problemas de higiene e saneamento que resultavam em um forte mau cheiro. E, não podendo livrar-se do local, que era parte fundamental do comércio citadino, a instalação teve que mudar de lugar diversas vezes ao longo do tempo.

Em primeiro, o matadouro público fortalezense funcionava a partir de um contrato firmado entre a prefeitura da cidade e um administrador e investidor disposto a gerir o espaço e obter lucros através das taxas que os usuários lhe conferiam diariamente. Os primeiros matadouros públicos registrados são o “*cajueiro do Fagundes*” localizado entre as atuais ruas do Pocinho e Sena Madureira, mas que pouco tempo depois mudou-se para um terreno do prédio nº 50 da rua formosa (atual Barão do Rio Branco)¹⁶¹. Posteriormente, mudou-se para a rua Boa Vista nº 20 (entre as atuais ruas Dr. João Moreira e Castro e Silva). Por fim, passou a funcionar na praça do Encanamento (atual praça Clovis Beviláqua), na Bezerra de Menezes próximo à estação Otávio Bonfim, nome que também batizou o matadouro até 1926, ano em que parou de funcionar nesses conformes.

Essas mudanças em busca de uma localização ideal eram fruto principalmente dos debates de saúde, que atribuíam o vento que carregava os odores de espaços considerados insalubres, como um fator importante para a circulação de epidemias por toda a província. Logo, era necessário buscar um lugar estratégico tanto do ponto de vista comercial e de transporte, como para garantir o bem estar da população:

Esta cidade também eh sadia, mas muito mais saudável de tornaria: 1º, se por ventura o matadouro publico fosse removido do lugar em que está estabelecido a sota-vento da cidade, ou em sitio apartado e fora do alcance dos miasmas deletérios, que, exalando do mesmo matadouro, produzem febres perniciosas, e outras terríveis enfermidades.¹⁶²

¹⁶¹ BRÍGIDO, João; BARBOSA, Ivone Cordeiro. **Ceará: (Homens e Fatos)**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

¹⁶² O CEARENSE, 16 out. 1848.

Esse trecho está presente em uma matéria do jornal "O Cearense" de 1848 que aborda questões relacionadas à saúde pública na cidade de Fortaleza. O autor expressa preocupações sobre a saúde dos habitantes e apresenta sugestões para tornar a cidade mais saudável. No trecho em questão, a primeira sugestão dada é a de que a cidade se tornaria mais saudável se o matadouro público fosse movido de sua localização atual para um lugar onde não afetasse negativamente a saúde da população.

O termo "sota-vento" refere-se a uma posição em relação ao vento que permite que o vento sopra em direção contrária a algo. No contexto, isso significa que o matadouro atual está emitindo miasmas (gases ou vapores nocivos) que estão sendo levados pelo vento em direção à cidade. O autor explica que esses miasmas deletérios que estão sendo liberados pelo matadouro estão causando problemas de saúde na população, especificamente, menciona que esses miasmas estão resultando em febres perniciosas (febre grave e prejudicial).

Essa preocupação revela a interconexão entre o ambiente construído e a qualidade de vida dos habitantes, lembrando-nos das limitações da urbanização em mitigar totalmente os impactos de atividades como essa. De fato, espaços como matadouros públicos servem como uma lembrança tangível das complexas interações entre a sociedade e seu ambiente, destacando que, por mais efetiva que fosse, a urbanização não conseguia afastar por completo nosso status de animais, o que está diretamente relacionado ao discurso de saúde, mas que também guarda em seu âmago uma preocupação com a civilidade, com o afastamento de comportamentos e sensações naturais:

os cheiros de origem animal aguçavam por ressonância a condição de bicho, as vísceras, fezes e sensações emocionais mais animais e primitivas. O comportamento irracional e as sensibilidades passam a ser questão de civilidade e não exatamente de saúde.¹⁶³

Com isso, os matadouros públicos no formato de casas adaptadas e geridas para o abate tiveram seu encerramento com a construção de um matadouro modelo, inaugurado em 18 de julho de 1926 e pertencente a Antônio Diogo de Siqueira Abel Ribeiro e Arthur Temóteo, localizado onde hoje fica o colégio Paulo VI. Por fim, em 4 de maio de 1932 passou a ser administrado por Manuel Freire de

¹⁶³ RIBEIRO; SANTOS, 2018, p. 3.

Andrade até que fosse fechado em 1962. Essa localização, foi a mais longa diante do histórico de mudanças constantes da instalação.

Na ocasião, Cesar Cals de Oliveira, médico e então deputado, foi o orador da inauguração, em um discurso felicitador ao prefeito e aos futuros administradores do local, verbalizando, dentre outras coisas: *“Fortaleza, sr. Prefeito, não precisa mais ocultar aos olhos dos visitantes logar de onde sae, para o abastecimento publico, o seu primeiro gênero de alimentação.”*. Essa frase é interessante na medida em que demonstra que os antigos matadouros precisavam ser escondidos das vistas daqueles que vinham de fora, ou seja, não representavam os valores que a cidade gostaria de passar aos visitantes em suas impressões. E segue dizendo que:

Fortaleza, sr. Prefeito, não se envergonhará mais e terá, bem ao contrário, motivo de justificado orgulho, em mostrar aos visitantes este majestoso prédio que é um imenso contraste, daquilo que até ontem se chamou o matadouro.

Em grande parte, esse discurso representava os desejos do Estado perante o crescimento da cidade. O desejo de tornar locais como o matadouro mais asseados e com mais regras, parâmetros sanitários a serem seguidos. Junto ao novo modelo de matadouro também foram remodeladas as taxas de impostos e o custo para os abates, tornando o processo mais controlado de maneira geral. Ao longo da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX outras instalações e serviços infra estruturais também passariam por processos similares, mudando as técnicas adotadas e sua localização para evitar que o mau cheiro, e consequentemente as moléstias, como se acreditava à época, se alastrassem pela cidade.

Dentro dessa perspectiva, estão os múltiplos conflitos entre moradores e o Estado no que diz respeito aos detritos fecais da população fortalezense. No passado, antes da introdução de sistemas de saneamento modernos, as cidades frequentemente tinham problemas sérios de higiene e saúde devido à disposição inadequada dos resíduos humanos. As fezes e outros resíduos eram frequentemente descartados a céu aberto ou em valas, resultando em mau cheiro e em proliferação de doenças. O odor era considerado um incômodo constante, e a associação direta entre o cheiro desagradável e os excrementos era evidente.

Como alternativa para o despejo inadequado dos detritos fecais na cidade, em primeiro, os excrementos eram recolhidos de porta em porta por carregadores, trabalhadores que em vasilhames de madeira levavam os dejetos para serem descartados. Passavam por diversas vias recolhendo o material e desciam a rua lateral à Santa Casa de Misericórdia para despejar o conteúdo dos vasilhames no mar:

Os Carregadores de Quimoas

E lá saiam, ruas afora, os carregadores de quimoas (era o nome que se dava ao depósito), enchendo da maior fedentina os lugares por onde passavam. Aquele horrendo vasilhame era uma séria ameaça não só a saúde, mas também aos brios de uma província que se dizia civilizada.

[...]

A passagem dos quimoeiros havia grandes correrias, de homens, mulheres e crianças agarradas e arrastadas pelos pais. Portas e janelas fechavam-se com o estrépito.¹⁶⁴

Na crônica do memorialista Otacílio de Azevedo, é possível observar que esse tipo de modelo como resolução para a questão dos dejetos não era agradável para a população em geral. Ao passarem os profissionais que faziam o desafiador trabalho de recolher as fezes, o fedor se instalava na cidade, tanto que, ao ouvirem a sua chegada, os moradores rapidamente fechavam as portas e janelas, numa tentativa de barrar a entrada do mau cheiro e do que mais aquela situação pudesse acarretar em relação a saúde.

O problema do mau cheiro causado pelo recolhimento das fezes, no entanto, não parecia apenas um acusatório de falta de assepsia e cuidado sanitário, na crônica o autor ressalta que aquele tipo de hábito “*era uma séria ameaça não só a saúde, mas também aos brios de uma província que se dizia civilizada.*”. Se de um lado o discurso relativo a saúde e a ciência da época era um argumento positivista assertivo para o convencimento da eliminação de odores, por outro, a preocupação com a ideia de civilidade e requinte era ainda uma forte inquietação.

Com isso, aos poucos Fortaleza passou a adotar o desenvolvimento das fossas sépticas, um sistema mais eficaz de manejo de resíduos. As fossas sépticas são estruturas projetadas para tratar resíduos humanos e dejetos, permitindo uma decomposição mais controlada. Esse sistema, acarretou em um efeito de "privatização" dos excrementos, já que esses resíduos passaram a ser tratados em

¹⁶⁴ AZEVEDO, 1992, p. 129.

um local específico, afastados do convívio público. Ou seja, o cheiro que anteriormente era sentido as ruas e era tratado como um problema público, passa a ser uma preocupação para o interior das residências:

O cheiro de merda teria se tornado pouco a pouco intolerável, enquanto o excremento se privatizava com a difusão das fossas sépticas. Já que todo odor se refere ao do *stercus*, o édito de Villers-Cotterêts, que determina que todo particular deve conservar seus excrementos para si mesmo, é o que teria induzido a um desaparecimento tendencial do sentir cheiro.¹⁶⁵

O trecho menciona o "édito de Villers-Cotterêts", que é uma referência à legislação estabelecida na França em 1539 por Francisco I. Essa legislação determinava que os particulares deveriam manter seus excrementos para si mesmos, ou seja, era proibido despejar os resíduos diretamente nas ruas ou em locais públicos. Essa regulamentação teve um impacto significativo na forma como as pessoas gerenciavam seus resíduos em Paris, contribuindo para a melhoria da higiene urbana.

Como resultado da combinação desses fatores - a introdução das fossas sépticas e regulamentações como o édito de Villers-Cotterêts - os odores desagradáveis associados aos excrementos começaram a ser contidos e afastados do espaço público. Isso levou a uma percepção reduzida do odor no ambiente cotidiano, o que contribuiu para a sensação de que o cheiro de fezes estava desaparecendo gradualmente.

Com a tentativa de trazer os modelos de desenvolvimento citadino francês para Fortaleza, passa-se a adotar uma série de artifícios infra estruturais para lidar com as fezes e com o lixo de maneira mais privativa. Dentre eles, o saneamento e a coleta regular de lixo por carroças, assim como na França, mas esses serviços acabavam por não chegar em todos os moradores e localidades, mesmo dentro do perímetro urbanizado, e essa falta de acesso acabava por gerar uma série de reclamações:

Os habitantes da rua Senador Pompeu no trecho mais próximo a travessa das Trincheiras, solicitam as autoridades competentes providencias enérgicas no sentido de ser saneada aquella travessa, uma das mais centraes da capital, especialmente nos quarteirões entre as ruas Senador Pompeu e Barão do Rio Branco.

¹⁶⁵ CORBIN, 1987, p. 83.

Alludido quarteirão, ultimamente, vem desprendendo um mau cheiro insuportável, devido, conforme se presume, á grande quantidade de agua pôdre que é solta no meio do quarteirão, lado opposto do Hotel Guarany. Aquela agua vem produzindo um fétido intolerável que faz náuseas ao estomago de qualquer cachorro menos achacado.¹⁶⁶

Os moradores da rua Senador Pompeu, na área próxima à travessa das Trincheiras, estão fazendo um apelo às autoridades competentes por medidas visando à limpeza da referida travessa, que ocupa uma localização central na capital. Especialmente nos quarteirões entre as ruas Senador Pompeu e Barão do Rio Branco, há um quarteirão em questão que tem emitido um odor extremamente desagradável. O mau cheiro é atribuído à grande quantidade de água deteriorada que aparentemente é liberada no meio desse quarteirão. A presença dessa água contaminada tem causado um fedor insuportável que é repugnante e a população solicita ações imediatas para resolver essa situação, devido ao incômodo e à afetação da qualidade de vida.

O que é possível notar, é que muito embora o desenvolvimento desses sistemas tenha demorado quase 100 anos para chegar até a cidade de Fortaleza, em comparação à implementação desses sistemas na França, o olfato do fortalezense parecia já não tolerar esse tipo de odor mesmo antes de sua implementação completa. A dita “revolução olfativa” não viria então a partir apenas de novos modelos infra estruturais adotados pelo Estado, mas aconteciam de maneira dialética. Ou seja, ao mesmo tempo que imposições como a de uma localização específica para o abate de animais para o consumo era capaz de mudar os hábitos rurais de parte da população, essa mesma população, já convencida de valores civilizatórios próprios da modernidade, também pautava e cobrava medidas para tornar a paisagem olfativa das ruas da cidade mais agradáveis:

Ora, sr. Redactor, avalie v. s. que os quintaes das casas da referida rua estão transformados em depósitos permanentes de lixo e animaes mortos em estado muito adiantado de decomposição. Quem transitar pelas travessas de São Paulo, Senador Alencar e Castro e Silva, terá que levar o lenço ao nariz porque não supportará o mau cheiro dos animaes mortos que se acham depositados nos fundos dos quintaes das casas da aludida rua do Imperador.¹⁶⁷

¹⁶⁶ O CEARÁ. Fortaleza: [s. n.], Ano 4, n. 923, 08 jul. 1928.

¹⁶⁷ O CEARÁ. Fortaleza: [s. n.], Ano 4, n. 1.044, 29 nov. 1928.

No fragmento do jornal "O Ceará" de 1928, na coluna "Queixas do Povo", o autor destaca a problemática dos quintais das casas no Boulevard Imperador, que se converteram em depósitos permanentes de lixo e animais mortos em um estágio avançado de decomposição. Essa situação é agravada pelo fato de que as carroças de limpeza pública ainda não têm acesso à referida rua, apesar de estar localizada dentro do perímetro da área urbana da cidade.

A intensidade do mau cheiro oriundo dos animais falecidos armazenados nos quintais das casas da mencionada rua do Imperador é tão perturbadora que quem transitar pelas proximidades não conseguirá suportá-la sem a necessidade de recorrer a um lenço no nariz. O apelo ao editor reflete a urgência de abordar esse problema de saneamento que afeta a qualidade de vida dos residentes de forma incômoda e insalubre.

Dessa forma, podemos apontar que os valores culturais da cidade mudavam rapidamente e o desenvolvimento e urbanização tentava correr atrás dos novos parâmetros, que também eram pautados e estabelecidos pela população e não apenas pela Câmara Municipal e pela Prefeitura, principalmente a parte mais abastada, residentes as ruas centrais da área já urbanizada e mais distantes dos antigos hábitos rurais. Embora as ruas de Fortaleza se pretendessem modernas, o odor referente ao lixo não recolhido e as fezes servem como uma lembrança constantemente das contradições e insuficiências da urbanização:

Todavia sentir o cheiro de fezes e vísceras não cabia mais entre os modos do homem moderno, sendo necessário padronizar os odores, catalogar quais representariam limpeza, frescor ou beleza, tornando os odores animais e víscerais um universo fora da conduta esperada de um cidadão civilizado e com o seu lado farejador completamente mudo e domesticado.¹⁶⁸

Essas mudanças olfativas na sociedade moderna também têm impacto na esfera social, nas relações interpessoais e na percepção em torno das ruas da cidade. Odores que antes eram considerados normais e aceitos, passaram a ser vistos como indesejáveis e socialmente constrangedores. A busca por uma aparência e odor "limpos" se tornou uma norma cultural, e a constante higienização das vias, o recolhimento de lixo e a construção de espaços adequados para atividades que exalavam maus cheiros se tornaram essenciais na rotina urbana. Isso

¹⁶⁸ RIBEIRO; SANTOS, 2018, p. 3.

influenciou a forma como as pessoas interagem umas com as outras e com a rua, influenciando diretamente a construção e produção desse espaço.

Nesse contexto, os discursos higienistas, que ganhavam força à medida que a urbanização avançava, influenciavam a percepção dos odores e a forma como eram interpretados. O odor dos espaços populares, muitas vezes considerado fétido e insalubre pelas classes mais abastadas e pelo Estado, reforçava as noções de segregação social e as tentativas de controle sobre as populações, mas também demonstram como, diante dos novos parâmetros sociais, essa população também se colocava como agente transformador do espaço.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciamos a pesquisa, a ideia era analisar os conflitos em torno dos diversos significados atribuídos as ruas de Fortaleza entre os séculos XIX e XX: a forma pelo qual os moradores de diversas camadas sociais percebiam os arruamentos, em detrimento da lógica empregada pelo Estado e pela burguesia, que defendia este espaço apenas como um caminho, uma passagem, entre um ponto de partida e um de chegada.

Nesse primeiro momento, entender as ruas como um espaço primordial para a construção das sociabilidades cidadinas era a maior preocupação desta pesquisa. No entanto, conforme se pôs em andamento, como é comum ao ofício do historiador, outras demandas foram sendo estabelecidas.

Logo, alargou-se não necessariamente o sentido primordial, mas os campos de análise que levariam a este fim, incluindo outras experiências e chaves de leitura como a compreensão dos projetos de implementação desses arruamentos, as esferas do trabalho, da moradia, do lazer e dos sentidos. Todos esses aspectos, integrando o hall que possibilita a existência de uma rua como uma categoria espacial ampla e social de análise.

Esse movimento ocorreu principalmente a partir da análise de fontes e da inclusão de novas tipologias na pesquisa. Além de jornais, códigos de postura e censos, recorreremos as plantas de expansão, que passaram a figurar como protagonistas na primeira fase desta dissertação pela necessidade de pesquisar a partir de documentos que estivessem disponibilizados online, devido ao fechamento dos arquivos públicos em decorrência da pandemia de COVID-19 em 2020.

Cruzamos a análise dessas fontes com o debate teórico que fundamenta a categoria de espaço, sob a luz de Milton Santos em sua vasta literatura, compreendendo que não é possível acessar a ciência dos homens no tempo e no espaço, sem dar a devida atenção para as duas esferas. Por muito, e até hoje, é comum que o tempo seja amplamente discutido, através de diferentes análises e repertórios teóricos dentro de nossa ciência, no entanto, o espaço acaba por ser naturalizado como um recorte de menor importância ou como uma categoria menos mutável, mais passível, naturalizada como um resultado da geografia física de um lugar.

Porém, ao escolher as ruas como objeto de pesquisa, tornou-se inevitável o deleitar-se sobre o espaço como uma esfera social e pulsante. Como um resultado das ações e elaborações humanas. O sujeito, o tempo e o espaço se criam simultaneamente em uma relação dialética de produção. Na história, só se é sujeito se há espaço e tempo e, igualmente, o espaço se cria a partir do momento em que o tempo corre e os sujeitos agem sobre a natureza.

Percebemos, a partir da análise e contraposição entre fontes e teoria, que os comportamentos e experiências das camadas menos abastadas da população que figuram as ruas aqui analisadas, eram extremamente diversas e interseccionais. A pobreza é sim um delimitador importante, mas não o único. Racialidade, gênero, idade, ocupação, moradia, todos esses aspectos, dos mais estruturantes aos circunstanciais, interferem de maneira direta na percepção sob as ruas da cidade.

Por isso nos é cara a compreensão desses cidadãos como “classes populares”, termo cunhado por Natalie Zemon Davis que propõe a investigação de universos culturais “*apenas com relação a certos segmentos da ordem social, e apenas por meio de um conjunto de casos, e não sistematicamente*”¹⁶⁹ – diferenciando-se, com isso, de análises sobre as práticas culturais que partem de uma visão generalizante e articulada com a homogeneidade financeira, de vivências e sentidos da “cultura popular”. Sendo assim, optamos por essa noção de cultura popular, classes populares, camadas populares e práticas culturais, uma vez que buscamos em nosso trabalho lidar com as multiplicidades presentes nas ruas de Fortaleza, nem sempre uniformes e muitas vezes contraditórias.

Todos os aspectos que permeiam o local social dos populares, dessa forma, transformam a relação que essa população estabelece para e com as ruas ao longo do tempo, e também torna-se uma delimitação da forma como cada sujeito é atingido pelo avanço da urbanização, aqui expressa no processo de planejamento, execução e manutenção de arruamentos, além de toda a carga de sentidos civilizatórios empregados neste espaço pelos Códigos de Postura defendidos pela Câmara Municipal, urbanistas, pela classe médica, pelos intelectuais e burguesia.

Não sendo as cidades e a urbanização um resultado apenas das relações materiais e de trabalho, mas de toda uma dinâmica de interação mais ampla, as ruas passam a existir e a corresponder as necessidades das pessoas que convivem nela,

¹⁶⁹ DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do povo**: Sociedade e cultura no início da França Moderna. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990. p. 7.

muito embora em seu âmago se reproduza também uma lógica de segregação. Aqui é onde nos deparamos com o conceito de “*direito à cidade*”¹⁷⁰, compreendendo com que limites e em quais percursos os cidadãos “segregados” possuem ou não o direito de vivenciar a cidade de forma ampla, de usufruir dos espaços públicos de acordo com suas morais e preceitos.

Observamos que, dentro desta perspectiva, embora não se possa falar sobre “resistência”, a experiência das e nas ruas pelas camadas populares se dá a partir de dissidências em torno dessa segregação, uma disputa em torno o do direito à cidade. Desde o início do processo de expansão dos arruamentos observamos que há uma forte divergência entre as propostas estatais e a forma de habitar o espaço de uma parcela de populares, o que, em muitos casos, acaba forçando o aparato estatal a reorganizar os planos de urbanização.

Ou seja, as camadas populares não são alheias, não recebem os arruamentos e, posteriormente, a imposição de um uso e sentido “corretos” para essas ruas de maneira apática. Ao contrário, consciente ou inconscientemente, realizam movimentos que adotam percursos completamente opostos para essas ruas. A rua como ir e vir, proposta pela burguesia e pelo Estado, por exemplo, nunca existiu em prática. E os inúmeros exemplos disso, são analisados ao longo de todos os capítulos desta pesquisa.

Para ampliar ainda mais esses debates, também dialogamos com o conceito de produção, também defendido por Milton Santos, mas aqui referenciado a partir de Michel de Certeau, onde compreende-se que as cidades não são frutos daquilo que é imposto pelo poder do Estado e do Capital, mas do que o homem comum faz com aquilo que é apreendido pelo consumo desse poder¹⁷¹.

Assim, a ideia das instituições como poder disciplinar¹⁷² balizador é importante, uma vez que nos ajuda a compreender o que é elaborado na tentativa de impor uma lógica urbana para a população, mas não é determinante, pois a todo momento observamos a construção de novos procedimentos e lugares de vivência, focalizando “táticas”, “maneiras de fazer” antidisciplinares, que se esquivam, insinuam-se, contrapõem-se e infiltram-se na heterogeneidade social¹⁷³.

¹⁷⁰ LEFEBVRE, 1991.

¹⁷¹ CERTEAU, 1994.

¹⁷² FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

¹⁷³ CERTEAU, *Op. Cit.*, p. 39.

Ou seja, todos os movimentos aqui analisados, seriam na verdade fruto do consumo das imposições modernas, civilizatórias, coloniais e higienistas por parte dos moradores. E é o que se realiza com a cisão desse consumo e da bagagem cultural dessa população advinda de outros lugares que produz o espaço urbano e as ruas. Logo, não há como fazer uma análise do cotidiano considerando apenas os desejos contidos na elaboração da lei e a ordem, mas sim como esses artifícios são vividos de maneira orgânica no dia a dia popular.

É apenas a partir do aprofundamento desses conceitos que conseguimos perceber que os problemas e conflitos aqui analisados no período comumente referenciado como Belle Époque, não fazem parte de uma falha metodológica dos projetos de expansão. Ao contrário, essas nuances são, em suma, o processo capitalista de urbanização moderna dando certo.

Para que a ampliação da malha urbana, proposta em 1863, fosse posta em prática e perdurasse, a partir de novas elaborações, mas com a mesma base, até 1932, necessariamente precisa-se marginalizar sujeitos, habitações e experiências. Delimitar onde e como funciona uma cidade, perpassa também pela delimitação do que não funciona e do que não se enquadra no modelo de capital urbano moderno. E as ruas, são a linha material que traçam essas delimitações.

Tais elaborações nos são caras também ao presente. Sendo cada produção historiográfica fruto de preocupações do seu próprio tempo, deleitar-se sobre as ruas da cidade e o processo de urbanização entre 1862 e 1932 também nos foi uma forma de lançar luz sobre questões atuais do cotidiano urbano fortalezense. Na atual era da metropolização da urbe, que nos parece tão distante em forma da antiga Fortaleza aqui analisada, ainda se estruturam as segregações próprias da expansão urbana no presente Plano Diretor de Fortaleza.

Previsto pela constituição federal, o plano diretor é o documento que estabelece diretrizes, metas e políticas para o desenvolvimento urbano de municípios com mais de vinte mil habitantes ou que fazem parte de regiões metropolitanas, abordando questões como uso do solo, infraestrutura, transporte, meio ambiente e crescimento econômico. Ele busca orientar o crescimento de forma ordenada das cidades, sendo a preocupação com a dita ordem um elemento fundante da urbanização fortalezense.

Em Fortaleza, temos um modelo participativo de elaboração do Plano Diretor desde 2009¹⁷⁴, com as etapas de mobilização e capacitação comunitária, fóruns de discussão, elaboração e discussão de propostas, conferências de deliberação das propostas e, por fim, o processo legislativo que encaminha em forma de projeto de lei os resultados de todas as etapas. No entanto, as camadas populares, em grande parte, estão a parte desses processos, se quer sendo informada ou, se informadas, sem uma dimensão prática de como os processos de elaboração da urbanização impactam diretamente o dia a dia da população comum.

A partir dessa perspectiva, reiteramos que as segregações, dispostas em processos unilaterais ou pouco democráticos de elaboração das cidades pelo aparato estatal, em especial em Fortaleza, são um aspecto fundante e fundamental do avanço do capital urbano que ordena, divide, coíbe, restringe e expulsa diariamente sujeitos do espaço citadino por não se enquadrarem no modelo de desenvolvimento proposto. Mas dialeticamente esses sujeitos encontram novos caminhos e elaborações dissidentes para sobreviver neste espaço, ressignificando as cidades a partir do que comumente chamamos de rua.

¹⁷⁴ Lei Complementar nº 062, de 02 de fevereiro de 2009.

REFERÊNCIAS

ALVES, Marco Aurélio de Andrade; CARVALHO, Alba Maria Pinho de. As Marcas do Progresso: alguns códigos urbanos na cidade de Fortaleza dos séculos XIX e XX. **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 9, n. 17, p. 13-24, 2011.

ANDRADE, Margarida Julia Farias de Sales. **Fortaleza em perspectiva histórica: poder público e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade 1810-1933**. 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ANDRADE, Margarida Julia Farias de Salles. **A Legislação no campo da Habitação Popular em Fortaleza**. [s. l.: s. n.], 1994. Disponível em: <https://acervo.fortaleza.ce.gov.br/download-file/documentById?id=3a95dbdc-1405-4bae-a330-3aa64e5cac7a>. Acesso em: 20 out. 2023.

BORGES, Maria Eliza Linhares. Atlas Histórico: Com eles também se escrevem memórias nacionais. *In*: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. **Política, Nação e Edição: o lugar dos impressos na construção da vida**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 369-390.

BARROSO, Oswald. **Reis de Congo**. Fortaleza: Ministério da Cultura, Museu da Imagem e do Som, 1996.

CASTRO, José Liberal de. Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana da cidade de Fortaleza. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v. 108, p. 43-90, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano I: as artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CORBIN, Alain. **Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COSTA, Raul Max Lucas da. **Tensões Sociais no Consumo de Bebidas Alcoólicas em Fortaleza (1915-1935): trabalhadores, boêmios, ébrios e alcoólatras**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do povo: Sociedade e cultura no início da França Moderna**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GIRÃO, Raimundo. **Geografia Estética de Fortaleza**. 2. ed. Fortaleza: Casa José de Alencar, 1979.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Paulo César Cunha. **A produção do espaço na cidade de Fortaleza-CE: uma análise das ações, políticas, projetos e planos diretores**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2013.

LINHARES, Julia Magalhães. **Entre a casa e a rua: trabalhadores pobres urbanos em Fortaleza (1871-1888)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

LUCA, Tania Regina de. **Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MAIA NETO, Emy Falcão. **Cartografias da água: territorialidade, políticas e usos da água doce em Fortaleza (1856-1926)**. 2015. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

MARQUES, Janote Pires. **Festas de Negros em Fortaleza: Territórios, sociabilidades e reelaboração (1871-1900)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) - Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

OLIVEIRA, Cláudia Freitas de. **O traço do personalismo das instituições assistenciais: doadores, doações e projeção social no Ceará oitocentista**. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, vol. 26, núm. 1, Suppl., p. 129-145, 2019.

PECHMAN, Robert Moses. **Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular**. In: BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Imagens da Cidade: séculos XIX e XX**. São Paulo: ANPUH, 1994. p. 29-34.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reforma urbana e controle social 1860-1930**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2001.

PONTE, Thaís Oliveira. **A construção institucional do direito à moradia em Fortaleza de 1812 a 1972**. In: ENCONTRO DA ENANPUR, 17., 2019, Natal. Anais eletrônicos [...]. Natal: Anpur, 2019. Disponível em: <https://xviiienganpur.anpur.org.br/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1515>. Acesso em: 21 out. 2023.

QUEIROZ, Priscilla Régis Cunha de. **Trabalho e cotidiano: produção e comércio de gêneros alimentícios em Fortaleza, no final do XIX e início do século XX**. 2011.

Dissertação (Mestrado em História) –Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

RIBEIRO, Palmira Margarida Ribeiro da Costa; SANTOS, Nadja Paraense dos. O olfato como objeto de História: a estética dos cheiros. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 16., 2018, Campina Grande. **Anais eletrônicos** [...]. Campina Grande: UFG; UEPB, 2018. Disponível em: https://www.16snhct.sbhct.org.br/resources/anais/8/1545175831_ARQUIVO_TrabalhoPalmiraeNadja-rev.pdf. Acesso em: 21 out. 2023.

ROLNIK, Raquel. **O que é Cidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

RUFINO, Maria Beatriz Cruz. **Incorporação da MetrÓpole**: centralização do capital no imobiliário e nova produção de espaço em Fortaleza. 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SANTIAGO, Pádua. A cidade como utopia e a favela como espaço estratégico de inserção na cultura urbana (1856-1930). **Trajets Revista de História UFC**, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 115-130, 2002.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SEVCENKO, Nicolau. Modernidade, cultura popular e táticas de preservação na alvorada republicana. **Revista de História**, São Paulo, n. 148, p. 205-220, 2003.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. Volteios da letra nas memórias urbanas. **Trajets Revista de História UFC**, Fortaleza, v. 5, n. 9/10, p. 53-65, 2007.

THEÓFILO, Rodolfo. **Variola e vacinação no Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara. 1997.

APÊNDICE A – FONTES

Anuários.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil: 1 ano (1908-1912): cultos, assistência, repressão e instrução.** Rio de Janeiro: Tipografia de Estatística, 1927.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil: 1 ano (1908-1912): território e população.** Rio de Janeiro: Tipografia de Estatística, 1916.

BRASIL. **Recenseamento do Brasil em 1872:** Ceará. Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger, [1874?]. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v4_ce.pdf. Acesso em: 03 set. 2023.

CEARÁ. **Arrolamento da população de Fortaleza de 1887.** Fortaleza: [s. n.], 1887.

Códigos Legislativos

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.162, de 01 de maio de 1940.** Institui o salário mínimo e dá outras providências. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1940.

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850.** Dispões sobre as terras devolutas do império. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, 1850.

Decreto de 29 de julho de 1848.

FORTALEZA. **Decreto lei nº 1.643 de 08 de novembro de 1918.** Aprova, com modificações, o Regulamento da Diretoria Geral de Hygiene, expedido com o Decreto do Poder Executivo n. 145, de 2.9.1918. Fortaleza: Câmara Municipal, 1918.

FORTALEZA. **Decreto nº 70, de 13 de dezembro de 1932.** Põe em execução o Código de Posturas do Município de Fortaleza. Fortaleza: Prefeitura Municipal, 1932. Disponível em: <https://acervo.fortaleza.ce.gov.br/download-file/documentById?id=fad9a320-1c0d-484c-9c75-6838f7ee99e9>. Acesso em: 03 set. 2023.

FORTALEZA. **Resolução nº. 1365, de 20 de novembro de 1870.** Aprova o código de posturas da camara municipal desta capital. In: Colleção de Leis da Provincia do Ceará no anno de 1870. Fortaleza: Typ Cearense, 1870.

FORTALEZA. **Resolução nº 1.818 de 1º de fevereiro de 1879.** Aprova o código de posturas da Câmara Municipal de Fortaleza. Fortaleza: Câmara Municipal, 1879.

Portaria de 2 de abril de 1847.

Portaria de 3 de abril de 1845.

Portaria de 26 de julho de 1852.

Relatórios

-Relatório dos presidentes de Estado (REP):

REP 1910/ REP 1911/ REP 1912/ REP 1913/ REP 1914/ REP 1915/ REP 1916/ REP 1017/ REP 1918/ REP 1919/ REP 1920/ REP 1921/ REP 1922/ REP 1923/ REP 1924/ REP 1925/ REP 1926/ REP 1927/ REP 1928/ REP 1929/ REP 1930

Ofícios da Intendência Municipal: (APEC).

Fundo: Câmaras municipais; Série: Correspondências expedidas; Local: Fortaleza; Caixa: 41: 28 de janeiro de 1913 / 02 de abril de 1913 / 2 de julho de 1913/ 23 de março de 1915 / 15 de abril de 1915 / 26 de junho de 1915.

Periódicos.

JORNAL DO CEARÁ: político, comercial e noticioso. Fortaleza: Typográfica Cearense, Ano 1, n. 9, 6 abr. 1904.

O CEARÁ. Fortaleza: [s. n.], Ano 3, n. 766, 01 jan. 1928.

O CEARÁ. Fortaleza: [s. n.], Ano 3, n. 769, 05 jan. 1928.

O CEARÁ. Fortaleza: [s. n.], Ano 3, n. 784, 22 jan. 1928.

O CEARÁ. Fortaleza: [s. n.], Ano 3, n. 842, 31 mar. 1928.

O CEARÁ. Fortaleza: [s. n.], Ano 3, n. 843, 01 abr. 1928.

O CEARÁ. Fortaleza: [s. n.], Ano 3, n. 850, 11 abr. 1928.

O CEARÁ. Fortaleza: [s. n.], Ano 3, n. 853, 14 abr. 1928.

O CEARÁ. Fortaleza: [s. n.], Ano 3, n. 864, 27 abr. 1928.

O CEARÁ. Fortaleza: [s. n.], Ano 3, n. 828, 14 maio 1928.

O CEARÁ. Fortaleza: [s. n.], Ano 4, n. 921, 06 jul. 1928.

O CEARÁ. Fortaleza: [s. n.], Ano 4, n. 923, 08 jul. 1928.

- O CEARÁ. Fortaleza: [s. n.], Ano 4, n. 940, 28 jul. 1928.
- O CEARÁ. Fortaleza: [s. n.], Ano 4, n. 943, 01 ago. 1928.
- O CEARÁ. Fortaleza: [s. n.], Ano 4, n. 958, 18 ago. 1928.
- O CEARÁ. Fortaleza: [s. n.], Ano 4, n. 968, 30 ago. 1928.
- O CEARÁ. Fortaleza: [s. n.], Ano 4, n. 1.012, 20 out. 1928.
- O CEARÁ. Fortaleza: [s. n.], Ano 4, n. 1.014, 23 out. 1928.
- O CEARÁ. Fortaleza: [s. n.], Ano 4, n. 1.017, 26 out. 1928.
- O CEARÁ. Fortaleza: [s. n.], Ano 4, n. 1.020, 30 out. 1928.
- O CEARÁ. Fortaleza: [s. n.], Ano 4, n. 1.026, 07 nov. 1928.
- O CEARÁ. Fortaleza: [s. n.], Ano 4, n. 1.044, 29 nov. 1928.
- O CEARENSE. Fortaleza: Typographya Brasileira, n. 194, 16 out. 1848.
- O CEARENSE. Fortaleza: Typographya Brasileira, Ano 15, n. 1502, 17 dez. 1861.
- O CEARENSE. Fortaleza: Typographia Brasileira, Ano 24, n. 275, 10 dez. 1869.

Obras Literárias.

- AZEVEDO, Otacílio de. **Fortaleza descalça**: reminiscências. 2º ed. Fortaleza: UFC; Casa José de Alencar, 1992.
- BARROSO, Gustavo. **Ideias e palavras**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro & Maurillo, 1917.
- BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**: tomo 1. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1863.
- BRÍGIDO, João; BARBOSA, Ivone Cordeiro. **Ceará: (Homens e Fatos)**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.
- GIFONI, Luciana *et al.* **Cantares Bohêmios**: Ramos Cotôco. Fortaleza: Laboratório de Estudos da Oralidade; Museu do Ceará, 2006.
- MENEZES, Antonio Bezerra. **Descrição da cidade da Fortaleza**. Fortaleza: Ed. UFC, 1895.

Plantas da Cidade de Fortaleza

HERBSTER, Adolphe. **Planta da cidade de Fortaleza capital da provincia do Ceará.** Paris: Becquet Frères, 1888. 1 planta, col litografada, 82 x 80cm. Escala [1:4.400]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart519681/cart519681.jpg. Acesso em: 3 set. 2023.

HERBSTER, Adolphe. **Planta da cidade de Fortaleza e sobúrbios.** [s.l.: s.n.], 1875. 1 planta. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Planta_fortaleza_Hebster.JPG. Acesso em: 03 set. 2023.

HERBSTER, Adolphe. **Planta exacta da capital do Ceará.** [s.l.: s.n.], 1859. 1 planta. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Planta_exata_da_Capital_do_Ceara_1859.jpg. Acesso em: 03 set. 2023.

HEBSTER, Adolphe. Província do Ceará. In: ALMEIDA, Candido Mendes de (Org.). **Atlas do Imperio do Brazil comprehendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judicarias:** dedicado a Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, destinado á instrucção publica do Imperio, com especialidade á dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868. p. 49

PAULET, Silvia. **Planta do porto, e Villa de Fortaleza.** [s.l.: s.n.], 1813. 1 planta. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Planta_do_Porto_e_Villa_da_Fortaleza_em_1813.jpg. Acesso em: 19 out. 2023

Portais Consultados.

DIÁRIOS OFICIAIS. Fortaleza: Prefeitura de Fortaleza, 1982. Disponível em: <https://diariooficial.fortaleza.ce.gov.br/>. Acesso em: 03 fev. 2023.

<https://www2.camara.leg.br/> (Último acesso em 07/03/2023)

<https://biblioteca.ibge.gov.br/> (Último acesso em 05/09/2023)